

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO E CONTINUADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2008 E 6 DE JANEIRO DE 2009.** -----

----- **ACTA NÚMERO SESSENTA E SEIS** -----

----- No dia 6 de Janeiro de 2009, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do Primeiro Secretário, Excelentíssimo Senhor Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas, no impedimento da Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Belo Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Patrícia de Lamy Barreiros, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel de Melo Barroso, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, José Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Joaquim Vieira Pires, José Luís Sobreda Antunes, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de

Assunção, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rui António Francisco Coelho, Rui José Silva Marques, Rui Manuel Pessanha da Silva, Timóteo Rodrigues Macedo, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, José Luís Português Borges da Silva, Manuel Fernando Dias de Almeida, José Manuel Cal Gonçalves, Rosa Maria Carvalho da Silva, António Manuel Mendes de Almeida, Gonçalo Melo Portugal Saluce de Sampaio, Paulo Alexandre dos Santos Silva, Alexandre Frank, Luís Filipe da Costa Vieira da Silva, Pedro Manuel Tenreiro Biscuais Pereira, Luís Jorge Teixeira Mendes Silva, Luís José Morales de Los Rios Coelho, José Carlos Alegre, Maria João Bernardino Correia, Rui Manuel Santos Matos Alves, Feliciano Marques Martins da Cruz David, José Guilherme Figueiredo Nobre Gusmão, José Manuel do Nascimento Fernandes, João Vitorino da Silva, João Gordo Martins. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Maria Bravo Martins de Campos, António Paulo Quadrado Afonso, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva e António da Conceição Tavares. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Paula Teixeira da Cruz (PSD), Presidente da Assembleia Municipal, por um dia, tendo sido substituída na presidência da Mesa pelo Primeiro Secretário e no Plenário pelo Deputado Municipal Paulo Alexandre dos Santos Silva.-----

----- António Preto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Tavares. -----

----- Henrique Freitas (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Manuel Cal Gonçalves.-----

----- David Valente (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- Pedro Portugal (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- Rodrigo Neiva Lopes (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gonçalo Melo Portugal Saluce de Sampaio. -----

----- Rodrigo Neiva de Oliveira (PSD), por sete meses com início no dia 7 de Janeiro, sendo substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva.-----

----- Maria de Belém Roseira (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luís Coelho. -----

----- José Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Pereira. -----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria João Correia. -----

----- Rogério Santos (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Carlos Alegre. -----

----- Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Maria João Faria, Nuno Pintão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria Teresa Val de Matos, Maria Vitória de Melo, Carlos Poiars, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro, Pedro Lopes, América Coelho, Carlos Machado, António Amaral da Silva, Carlos Faria, Maria de Fátima Dias, Margarida Mota, Alexandra Bandeira, Margarida Velho, Carlos Castro, Maria Teresa Pires, José Oliveira Costa, Januário Costa, Diogo Leão, Alfredo Alves, Filipe Costa, Guilherme de Oliveira Martins, Carolina Tito de Moraes, António Rebelo, Joaquim Capucho, Emílio Rincon Peres, Luís Cavaco, Odete Ferrajota, Manuel Poças, Manuel Jeffree, Mário Paiva, João Valente Pires, Fátima Cavaco, Luís Novaes Tito, Pedro Costa, Teresa Estrela, Eurico Dias, António Rêgo, Deolinda Santos, Alberto Seguro Dias, António Lopes, Maria Antonina, David Amado, Alexandre Mateus, Anabela Pilar, Bruno Inglês, Pereira da Costa, Catarina Martins, Alberto Pereira, Rute Florêncio, Osvaldo Sousa, Fernando Gonçalves, Ena Bonfim, Lurdes Menor, Artur Oliveira, Luís Silva, Susana Martins e Vítor Formiga, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. (6 de Janeiro de 2009). -----

----- Deolinda Machado (PCP), para os dias 5 e 6 de Janeiro, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- Carlos Marques (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Gusmão. -----

----- João Bau (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Manuel Nascimento Fernandes. -----

----- Raquel de Sousa (BE), Deputada Municipal suplente, por um dia. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vitorino da Silva. -----

----- José Luís Ferreira (PEV), de 17 de Dezembro de 2008 a 6 de Janeiro de 2009, inclusive, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Afonso Costa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São João, por António Manuel Mendes de Almeida. -----

----- João Mourato Grave (PSD), Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, por Luís Filipe da Costa Vieira da Silva. -----

----- Athayde de Carvalhosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco Xavier, por Alexandre Frank.-----

----- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Teixeira Mendes Silva. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Justificou faltas o seguinte Deputado Municipal: -----

----- António Preto (PSD), relativamente às reuniões realizadas nos dias 11 e 16 de Dezembro de 2008. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente em exercício** declarou aberta a reunião, terceira da Sessão Ordinária iniciada no dia 11 de Dezembro de 2008, desejando a todos os presentes: Câmara, Deputados Municipais, jornalistas, público e funcionários, um Bom Ano de 2009. ----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTAS 1217/2008 e 1218/2008 – APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2009-2012 E O ORÇAMENTO PARA 2009, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 1217/2008 -----

----- Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2009/2012 -----

----- “Considerando que é competência da Câmara Municipal a elaboração das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o Município, de acordo com alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e ainda do disposto no parágrafo 1º do ponto 2.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL); -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as Grandes Opções do Plano para o quadriénio de 2009-2012.” -----

----- (As grandes Opções do Plano, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam devidamente arquivadas, junto da proposta, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- PROPOSTA 1218/2008 -----

----- Orçamento do Município de Lisboa para o ano de 2009 -----

----- Considerando que é competência da Câmara Municipal a elaboração das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o Município, de acordo com alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e ainda do disposto no parágrafo 1 do ponto 2.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL); -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Orçamento para 2009.” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que se faria a discussão conjunta das propostas, sendo que, obviamente, a votação se faria em separado. -----

----- Disse, ainda, que havia sete Relatórios/Pareceres já distribuídos sobre a matéria, que foram produzidos pelas Comissões em devido tempo para serem apreciados nesta reunião. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, depois de dirigir a todos votos de um excelente ano de 2009, e agradecer a disponibilidade sempre demonstrada pelo Sr. Vereador Cardoso da Silva para reunir com a Comissão e prestar os esclarecimentos necessários, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- **PARECER** -----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, reunida em 15 de Dezembro de 2008, para análise das Propostas n.º 1051/2008 e 1133/2008, da Câmara Municipal de Lisboa, deliberou, por unanimidade (PSD, PS e PCP): -----

----- 1. Que a proposta de Orçamento para 2009 e Grandes Opções do Plano se encontra apta à discussão em sessão plenária da Assembleia Municipal; -----

----- 2. Manifestar a sua preocupação relativamente ao nível de endividamento municipal; -----

----- 3. Mostrar preocupação com o valor de venda de património orçamentado, o qual dificilmente será atingido, pondo em causa o plano de investimentos da autarquia; ----

----- 4. Salientar que o aumento da dotação para as Juntas de Freguesia de 0,2% não contemple sequer a taxa de inflação prevista pelo Governo para 2009; -----

----- 5. Reafirmar a necessidade de introdução de maior clareza na elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, recomendando que, doravante, sejam oferecidos à Assembleia Municipal dados comparativos relativos aos orçamentos iniciais e à execução orçamental dos dois últimos anos financeiros, assim como a necessidade de elaboração de orçamentos de demonstração de resultados por natureza e do respectivo balanço.” -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de Secretário da Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, apresentou o Relatório que a seguir se transcreve: -----

----- **RELATÓRIO** -----

----- “A Assembleia Municipal solicitou à Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida a elaboração de Parecer quanto ao conteúdo das Propostas constantes dos documentos designados Orçamento 2009 e Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2009-2012, apresentados pela Câmara Municipal de Lisboa para apreciação da mesma Assembleia Municipal. -----

----- Em conformidade e no sentido de atender à urgência e necessidade de economia de tempo e esforços, solicitou esta Comissão a comparência em Reunião conjunta com a Comissão Permanente da Urbanização e Mobilidade, dos Srs. Vereadores responsáveis pelas Finanças, Mobilidade, Ambiente, Espaço Público e Urbanismo. ---

----- Estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Marcos Perestrello e os Srs. Vereadores Sá Fernandes e Manuel Salgado, a fim de explicitarem as razões que, nos respectivos pelouros, estiveram na base das opções quanto às verbas inscritas nos referidos documentos de gestão camarária. -----

----- Não compareceu porém o Sr. Vereador Cardoso e Silva, o que obstou a que cabalmente se cumprisse a tarefa desta 2.^a Comissão Municipal, pela impossibilidade de obter resposta às questões de técnica orçamental com importância fundamental para a gestão do Ambiente e Qualidade de Vida na cidade de Lisboa em 2009. -----

----- Mais dificultada resultou também essa tarefa pelo facto do Sr. Vice-Presidente e os outros Srs. Vereadores terem declarado não se encontrarem em condições de responder a quaisquer questões relacionadas com a contenção de despesas imposta pela situação económico-financeira da Câmara Municipal de Lisboa e suas consequências nos documentos orçamentais, assim como quanto à evolução e preparação dos grandes investimentos estruturantes anunciados a nível governamental e municipal, como seja a Terceira Travessia, as intervenções na Zona Ribeirinha, a Urbanização do Vale de Alcântara, etc. -----

----- Foram respondidas apenas as questões relacionadas com os casos específicos levantados pelos Srs. Deputados e que mais directamente relevam para a vivência e ambiente da cidade de Lisboa, ficando por esclarecer as que respeitam ao conceito base das opções orçamentais e as dúvidas que a análise das Propostas poderá suscitar.

----- Pela leitura simples do Orçamento verifica-se: -----

----- - Às Juntas de Freguesia atribui-se um aumento de 0,2%, inflectindo a tendência anterior de descentralização, para concentração orgânica na Câmara ao arrepió do que a experiência tem demonstrado, de eficiência e rapidez da acção das Juntas quando lhes são atribuídas tarefas municipais. -----

----- - A Participação das Freguesias nas Receitas Municipais cresce apenas 2,5% em 2009 quando em 2008 cresceu 10%, sendo 2009 ano de crescimento orçamental superior a 17,8%, o que não corresponde às garantias prestadas pelo Sr. Vice Presidente na Reunião a que este Relatório se refere. -----

----- - São preocupantes os decréscimos de dotação para a conservação do Património, para as Infra-estruturas viárias, para o Desporto e sobretudo para a Intervenção Local, perante um Orçamento que faz no entanto crescer o investimento municipal em mais de 35%. -----

----- Quanto às vertentes próprias dos pelouros representados pelos Srs. Vereadores presentes, definiram estes o seguinte: -----

----- Sr. Vice-Presidente, Vereador Marcos Perestrello: -----

----- - Mobilidade -----

----- a) Será dada prioridade absoluta às tarefas de manutenção, que sofreram desinvestimento nos anos anteriores, inclusive no ano transacto, evitando rupturas nas redes de sinalização vertical, horizontal, semaforica e de RADAR. -----

----- b) Os projectos mais relevantes incidirão porém, não na mobilidade mas sobre o espaço público, nomeadamente: -----

----- - Rede ciclável -----

----- Quando se encontrar ultrapassado o problema dos custos e existindo concorrentes ao Projecto, voltará este à Assembleia Municipal para aprovar os procedimentos convenientes. -----

----- - *Car-charing* de viaturas de propulsão eléctrica não poluente -----

----- Este Projecto não é financeiramente auto-sustentável como será o caso da rede ciclável, mas os custos serão integralmente repercutidos no utilizador, sem despesas para a Câmara. -----

----- O impacto do projecto é porém inferior ao das ciclovias e o Modelo Contratual não terá que ser submetido à Assembleia Municipal, dada a inexistência de contrapartidas que pelo contrário serão prováveis quanto à Rede ciclável. -----

----- - Pavimentações e Calçadas a necessitar de intervenção urgente -----

----- Os respectivos Orçamentos foram já reforçados, os concursos lançados e prontos para adjudicação, o que ocorrerá se e logo que o orçamento esteja aprovado. -----

----- - Intervenção no Terreiro do Paço a efectuar pela Sociedade Frente Tejo -----

----- Terá um elevado impacto ambiental e incluirá a consolidação do Torreão Poente dos edifícios da Praça. Quanto a estes projectos e outros de origem Governamental ou da Sociedade Frente Tejo, terão de ser submetidos a aprovação camarária, mas não forçosamente à Assembleia Municipal. Eventualmente poderão nem sequer ser presentes a Sessão de Câmara, mas serão sempre objecto de discussão pública. -----

----- - Agência Europeia no Cais-do-Sodré. -----

----- Dispõe de um largo estacionamento subterrâneo e não ocupa mais na Zona Ribeirinha do que a área da sua própria implantação. -----

----- - Juntas de Freguesia – Os critérios para atribuição de verbas às Juntas de Freguesia em 2009 serão absolutamente idênticos ao de 2008, não havendo qualquer diminuição ou redução o que deverá estar reflectido em termos orçamentais. -----

----- A Câmara fará um esforço relevante para que as verbas sejam transferidas periodicamente ao longo do ano, para cobertura dos gastos que forem sendo efectuados. -----

----- Sr. Vereador Sá Fernandes -----

----- 1. Estrutura Ecológica Municipal -----

----- a) Pretende-se tornar irreversível esta concepção da Cidade. A maior obra consistirá em manter as zonas verdes da cidade de Lisboa, beneficiando o Parque do Monsanto de intervenção muito significativa, de forma a ser possível caminhar em segurança pelo parque. -----

----- b) Será efectuado esforço no arranque de cepos e plantação de árvores. -----

----- 2. Espaço Público -----

----- a) Colocação de lâmpadas em todo os candeeiros, o que não tem sido o caso. -----

----- b) A palavra de ordem é poupança para investir em energias saudáveis. -----

----- c) Promover o arranjo de relvados e taludes. -----

----- d) Alargar a rede de Banda Larga. -----

----- Sr. Vereador Manuel Salgado -----

----- 1. Reabilitação Urbana -----

----- a) Eleita como 1.^a prioridade neste ano orçamental, com fundos provenientes de investimento directo da CML; Empréstimo IRHU – Banco Europeu de Investimento; Instituto de Turismo (compensação Casino de Lisboa) -----

----- 2. Equipamentos Colectivos -----

----- a) Prioridade também na execução de acções ou disponibilização de equipamentos que contribuam para o aumento da competitividade de Lisboa. -----

----- b) Aceleração das obras no Museu de Moda e Design e melhoria das condições de acesso da Baixa à sua Zona Ribeirinha -----

----- c) As verbas disponibilizadas são porém insuficientes para tudo o que é necessário em termos de equipamentos e melhoria da qualidade de vidas dos cidadãos. -----

----- 3. Urbanismo -----

----- a) Em Lisboa existem 255.000 fogos, dos quais 22.500 são municipais. Nestes proceder-se-á a intervenções prioritárias nos seguintes Bairros: -----

----- - Marvila, em parceria com o IRHU -----

----- - B.º da Liberdade -----

----- - B.º P. Cruz -----

----- - B.º da Boavista -----

----- - B.º de São João de Brito (Pote de Agua) -----

----- Prosseguirá ainda no Bairro Alto a operação anti-graffitti e a melhoria na iluminação pública. -----

----- b) Nos fogos de propriedade privada, as medidas serão sobretudo de carácter intangível, reflectindo-se nomeadamente na prioridade aos pedidos de Licenciamento, suspensão das licenças não levantadas em sede de Câmara e elaboração de novo Regulamento de Taxas que favoreça a reabilitação. -----

----- c) Na Baixa/S. Nicolau, a suspensão das medidas cautelares do PDM, permitiu desde já aprovar a reabilitação de numerosos edifícios. -----

----- Prevê-se ainda para a zona do Rossio a instalação de Hotel no imóvel da Pastelaria Suíça e é intenção da Câmara vir a reservar todo o estacionamento de superfície para moradores. -----

----- d) Nos bairros de génese ilegal (AUGI's) promover-se-á a instalação das infra-estruturas essenciais correndo o processo em ligação com as Juntas de Freguesia e Comissões de Moradores, já constituídas ou em constituição. -----

----- Perante o exposto pelos Srs. Vereadores e os factos que não puderam ser esclarecidos por falta do interlocutor responsável pela elaboração orçamental, considera a 2.ª Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, que: -----

----- 1. As prioridades e actividades referidas, representam uma opção possível no contexto da situação económica e financeira da cidade e do país. -----

----- 2. O Orçamento proposto para 2009 parece não caminhar no sentido da descentralização de competências que se tem revelado profícua, sendo preocupante o aumento real negativo das transferências para as Juntas de Freguesia. -----

----- Pelo que: -----

----- Entende-se que os documentos designados Proposta das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2009-2012 e o Orçamento para 2009 apresentam as condições necessárias para serem votadas em sede de Assembleia Municipal, sendo de atender as constatações e recomendações incluídas no presente Relatório.” -----

----- **O Deputado Municipal Fernandes Marques (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente Intervenção Social e Cultura, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- **PARECER** -----

----- “ASSUNTO: V/Ofício n.º 1331/AML/2008 – Parecer sobre as Propostas n.ºs: 1217/08 e 1218/08 -----

----- A Comissão de Intervenção Social e Cultura, reunida em 5 de Janeiro de 2009, emitiu sobre as Propostas supracitadas o seguinte parecer: -----

----- 1º. – O aumento proposto para as transferências de 0,2%, relativamente ao ano de 2008, é absolutamente insuficiente para que as mesmas possam continuar a desenvolver as inúmeras actividades que têm de apoio Social à população cada vez mais envelhecida da cidade de Lisboa; -----

----- 2º. – O mesmo se refira relativamente às inúmeras actividades culturais desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, nomeadamente com os apoios as grupos culturais, manutenção de Bibliotecas, etc.; -----

----- A Comissão, após ouvir a Sra. Vereadora do Pelouro de Acção Social, que prestou esclarecimentos sobre o Orçamento e o Plano de Actividades, manifesta a sua preocupação pela diminuição de verbas para a Intervenção Social, mais gravosa ainda um contexto de crise que agravará certamente as condições sociais na cidade, em 2009. -----

----- Deste modo, a Comissão, entende que, apesar de as propostas em causa estarem em condições de ser discutidas e votadas no plenário da Assembleia Municipal, o sentido do voto dos Senhores Deputados Municipais vai depender, certamente, dos esclarecimentos que o Executivo Municipal irá prestar na Assembleia de 6 de Janeiro p.f.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Goncalves (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, depois de, em nome pessoal e em nome dos membros da Comissão, desejar a todos um feliz ano de 2009, apresentou o Relatório que a seguir se transcreve: -----

----- **RELATÓRIO** -----

----- “No sentido de emitir Parecer sobre o Orçamento de 2009 e as Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2009-2012 que o Executivo Municipal enviou a Assembleia Municipal de Lisboa, a Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade em conjunto com a Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida solicitaram a presença dos responsáveis pelos Pelouros das Finanças, da Mobilidade, do Urbanismo e do Ambiente e Espaço Público, a fim de exporem os princípios gerais que nos respectivos sectores fundamentaram aqueles instrumentos de gestão do Município de Lisboa. -----

----- Esta reunião serviria igualmente para que fossem esclarecidas algumas das dúvidas que os deputados municipais entendessem formular nomeadamente relativas ao Orçamento de 2009. -----

----- Compareceram os Senhores Vereadores Marcos Perestrello, Manuel Salgado e Sá Fernandes responsáveis pelos três últimos pelouros, não tendo comparecido o Senhor

Vereador Cardoso da Silva embora tivesse sido convocado pessoalmente pelo presidente da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, pelo Senhor Vereador Manuel Salgado e através de telefone e *e-mail* para o seu Gabinete. -----

----- Este último facto dificultou o estabelecimento da relação que permitiria ajuizar da incidência dos factos financeiros sobre a acção governativa da Cidade para o ano de 2009 e a sua projecção para quadriénio 2009-2012. -----

----- A solicitação feita aos Srs. Vereadores ia no sentido que as suas intervenções se focassem em duas ordens de problemas: -----

----- - Os de grande escala, territorial e temporal -----

----- - Os de resolução imediata ou a médio prazo e directamente relacionados com o quotidiano da população com localização específica ao nível dos bairros. -----

----- De notar o predomínio que os segundos obtiveram durante a troca de impressões com os membros da Comissão possivelmente para serem aqueles com maior incidência imediata sobre a qualidade de vida dos cidadãos com prejuízo no entanto, para a formulação de uma atitude expressa sobre os grandes impactos que a cidade e a região irão sofrer no próximo quadriénio tais como a expansão do Porto de Lisboa, a transferência do aeroporto ou as eventuais novas travessias do Tejo. -----

----- De notar, ainda, para o conjunto dos problemas que os condicionamentos postos pela contenção orçamental imposta pela actual crise económica, irão colocar no curto e médio prazo, que por força da ausência do responsável pelo pelouro não foi possível esclarecer. -----

----- Nesse sentido os Senhores Vereadores apenas referiram o conjunto das fontes financiadoras a que o Município recorreria e que incluem verbas próprias, empréstimos, parcerias e mecenato sem especificidade casual. -----

----- Nos aspectos sectoriais e seguindo o relato dos Senhores Vereadores a Comissão foi posta perante as seguintes questões sobre as quais se debruçou e formulou juízos que fundamentam o presente Parecer. -----

----- 1. Mobilidade: -----

----- - Prioridade à segurança dos utentes do espaço público com recurso a uma fiscalização eficaz e um controle que incluirá o incremento do sistema de radares. -----

----- - Implementação de um sistema de uso partilhado de bicicletas, com especial enfoque no problema de custos e contrapartidas. -----

----- - Estudo de um eventual sistema, igualmente partilhado, de viaturas eléctricas. -----

----- - Em termos mais específicos é encarado o problema da circulação na Baixa em consequência das obras de saneamento da zona central da Cidade -----

----- 2. Ambiente e Espaço Público: -----

----- - Ao nível local, recuperação dos jardins e miradouros de bairro que, pelo uso aberrante ou falta de manutenção se encontra hoje em avançado estado de degradação. -----

----- - À escala da cidade, concretização dos princípios da estrutura verde da Cidade, incluindo, para além da preservação dos vales, o estabelecimento de percursos estruturantes do espaço público através de grandes vias reperfiladas. -----

----- 3. Urbanismo -----

----- - Prosseguimento da política de repovoamento da cidade e melhoria da qualidade do espaço público. -----

----- - Prioridade às acções de reabilitação urbana a levar a efeito à escala dos grandes bairros de génese estatal da Zona Oriental da Cidade ou em bairros e conjuntos dispersos. -----

----- - Prosseguimento da política de reabilitação dos Bairros Históricos, nomeadamente a Baixa através de acções pontuais e indutoras de reequilíbrio e vivificação. -----

----- - Prosseguimento da acção de aceleração do licenciamento de obras particulares com base na revisão de normas em curso. -----

----- Face ao exposto é entendimento desta Comissão que: -----

----- 1. As acções referidas e preconizadas apresentam-se, no contexto em que foram explanadas, válidas e contribuirão, em alguma medida para o equilíbrio da vida urbana e bem-estar dos habitantes e utentes da cidade mas carecem de inserção numa ideia global de cidade e de metrópole, expressa num planeamento a diversas escalas que dê uma antevisão sistémica de Lisboa e da Região e harmonize acções, elimine sobreposição de competências e afaste contradições. -----

----- 2. É evidente a ausência de uma interligação, que caberia ao Executivo garantir, entre a acção de entidades com responsáveis ou interesses no território da cidade, sejam privados, governo central, sociedades estatais ou municipais, incluindo os importantes sectores da administração local que são as Juntas de Freguesia cujo tratamento nomeadamente em sede de orçamento deixa sérias reservas. -----

----- 3. Será necessário encarar a cidade em todas as suas componentes funcionais, incluindo o incremento das fontes de trabalho compatíveis com a vida actual e a preservação do ambiente urbano. -----

----- Conclusão: -----

----- A Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade lamenta a ausência do Sr. Vereador Cardoso da Silva fundamental para uma melhor compreensão do Orçamento de 2009 e todo o processo da execução do orçamento de 2008 até ao momento. -----

----- Entende que as Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2009-2012 tal como foram apresentadas, estão em condições de serem votadas em Plenário recomendando que no prosseguimento da acção governativa do executivo sejam tidas em conta as questões formuladas no que diz respeito a um planeamento global, integrante e participativo. -----

----- A Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade ao contrário que vem sendo sua prática não emite juízos de valor quanto a qualquer recomendação ao Plenário da Assembleia, pela insuficiência da análise e pelas divergências naturais em termos políticos que no seu seio seriam reflectidas pelos representantes das diversa forças políticas que a constituem.” -----

----- **O Deputado Municipal Rui Coelho (PSD)**, no uso da palavra na qualidade de membro da Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, apresentou o Relatório que a seguir se transcreve: -----

----- **RELATÓRIO** -----

----- “A Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, reunida a 2009-01-05, relativamente às Propostas supra enunciadas decidiu, por unanimidade, emitir o seguinte relatório: -----

----- 1º - A remessa destas propostas a um conjunto tão vasto de Comissões deveria ter Implicado por parte da Mesa da Assembleia Municipal, tal como já fez neste mandato sobre a apreciação do Projecto Baixa-Chiado, da responsabilidade da então Vereadora Maria José Nogueira Pinto, uma reunião inicial conjunta destas Comissões com a Vereação, de modo a iniciar-se a apreciação dos documentos, sem prejuízo de reuniões parcelares subsequentes, precisamente para assegurar uma optimização do trabalho destas mesmas Comissões. -----

----- 2º - A Comissão entendeu ouvir os Vereadores com responsabilidades conexas com o âmbito desta Comissão, designadamente a Sra. Vereadora Ana Sara Brito e o Sr. Vereador Manuel Salgado, o que efectivamente ocorreu a 2008-12-19. --

----- 3º - A Comissão constatou a pouca precisão resultante das referidas audiências, em especial a dificuldade de cruzamento entre as Grandes opções e o Orçamento, denotando assim a construção de um Orçamento assente numa base organicista (serviços), com reduzida intervenção política de cruzamento e Interligação dessa mesma estrutura orgânica, uma vez que a informação prestada nesse sentido foi escassa. -----

----- 4º - A matéria atinente à Reabilitação Urbana foi transmitida de uma forma mais inteligível e denotando uma linha de orientação superior à referente da Habitação, sendo contudo de realçar a escassa referência à temática das Áreas Urbanas de Génesis ilegal (AUGIS). -----

----- 5º - As propostas merecem assim a melhor atenção do plenário para a referida discussão e votação.” -----

----- **A Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto** apresentou o Relatório que a seguir se transcreve: -----

RELATÓRIO

----- “A Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto da Assembleia Municipal de Lisboa reuniu no passado dia 17 de Dezembro para elaborar o seu parecer sobre as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2009 apresentados pela Câmara Municipal de Lisboa. Nessa reunião a comissão decidiu solicitar aos Senhores Vereadores Marcos Perestrello (Pelouro do Desporto) e Rosalia Vargas (Pelouros da Educação e Juventude) informações adicionais. -----

----- Reunida a 5 de Janeiro de 2009, a Comissão discutiu e apreciou as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009. No seguimento dessa análise a comissão regista: -----

----- 1 – Na área do desporto: -----

----- 1.1 – Que as verbas para o desporto diminuem face ao orçamento inicial de 2008 de 6,6 milhões de euros para 5,8 milhões de euros. -----

----- 1.2 -Que segundo informação adicional “o Plano de Actividades previsto para 2009 tem condições para ser totalmente implementado”. -----

----- 1.3 – Ainda segundo informação adicional “o Plano de reabilitação e requalificação de infra-estruturas desportivos foi reajustado completamente” tendo o Departamento de Desporto previsto um orçamento de 8,7 milhões de euros, sendo o previsto de apenas 4,3 milhões. -----

----- 1.4 – A sua preocupação face ao custo previsto de verbas para a manutenção das infra-estruturas desportivas da cidade. -----

----- 1.5 – Com agrado a intenção de reforçar a parceria com as Juntas de Freguesia. --

----- 2 – Na área de Educação e Juventude -----

----- 2.1 - Que estas áreas tem um peso de 12% nas verbas inscritas no Plano de Actividades, assumindo particular importância a verba para equipamentos escolares e a cooperação escolar. -----

----- 2.2 – O seu lamento que, apesar do solicitado a 18 de Dezembro informação específica, a mesma não foi fornecida pela Sr.^a Vereadora a esta comissão, não permitindo assim uma análise mais profunda e rigorosa do documento. -----

----- Pelo exposto a Comissão decide que a Proposta está em condições de ser apreciado pelo Plenário da Assembleia. -----

----- Mais informa a Comissão que o original da informação adicional fornecida pelo Vereador Marcos Perestrello se entre na Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Este Parecer foi aprovado por unanimidade.” -----

----- **A Comissão Permanente para a Promoção de Igualdade de Direitos e Oportunidades** apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- **PARECER** -----

----- “Conforme foi solicitado a esta Comissão Permanente para a Promoção de Igualdade de Direitos e Oportunidades através do ofício n.º 133/AML/08, a Comissão hoje reunida emitiu o respectivo parecer sobre a área da Intervenção Social. (1 e 2) ---

----- 1 – Foi solicitada a presença da Sr.^a Vereadora da Acção Social Ana Sara Brito, que prestou os respectivos esclarecimentos às questões então colocadas pelos deputados municipais que compõem esta Comissão e estes ficaram mais esclarecidos em relação às dúvidas levantadas no presente Orçamento de 2009 na área da Intervenção Social; -----

----- 2 – Foi analisada a parte orçamental da área supra citada, com os esclarecimentos da Sr.^a Vereadora do Pelouro da Acção Social, entendendo esta Comissão que o Orçamento se encontra em condições de ser discutido e votado na Assembleia Municipal. -----

----- 3 – Foi também analisada nesta reunião a proposta n.º 1059/2008, e entende esta Comissão que a mesma se encontra em condições para discussão e votação na Assembleia Municipal. -----

(Alteração do Regulamento Geral do Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas).” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação dos documentos, depois de, em seu nome e em nome de toda a Câmara Municipal, desejar a todos um excelente ano de 2009, disse que tinham hoje oportunidade de debater o

Plano de Actividades e Orçamento para o próximo ano, e iam começar, como deviam, por pôr as contas em dia. -----

----- E pôr as contas em dia foi uma marca fundamental da gestão municipal ao longo do último ano. Como se sabia, a Câmara reduzira, de 2007 para 2008, muito significativamente a despesa, a qual efectivamente tivera uma redução de 31,7%, ou seja, uma redução de 253 milhões de euros. Cumpriram! -----

----- Por outro lado, acabaram ao longo de 2008 com as situações de trabalho precário no Município. Fruto do acordo celebrado com todos os sindicatos, foi possível montar um tribunal arbitral que apreciara as situações de precariedade e integrara todos aqueles que eram falsos recibos verdes no Quadro de Direito Privado da Câmara. -----

----- Procederam também à reestruturação do sector empresarial municipal, com excepção do que estava pendente ainda na Assembleia Municipal. A EMARLIS e a SRU Ocidental foram extintas, a SRU da Baixa-Chiado estava em extinção, a EGEAC e a GEBALIS tiveram as suas situações reestruturadas, aguardava-se a reestruturação da EPUL e podiam hoje dizer que fecharam o ano de 2008 sem que nenhuma empresa, cumpridos que foram pela Câmara os contratos-programa, tivesse contribuído para a situação de agravar o endividamento da Câmara Municipal. -----

----- Foi um ano em que o activo da Câmara aumentara 90 milhões de euros e o passivo foi reduzido em 56 milhões. Mas foi, sobretudo, o ano em que foi feito um grande esforço para corrigir a situação de endividamento do Município. -----

----- Como era sabido, o Tribunal de Contas recusara o visto para a contracção do empréstimo necessário ao pagamento da dívida comercial de curto prazo que existia em 31 de Julho de 2007. Mas, não obstante a recusa do empréstimo, não desistiram do objectivo, e hoje podiam chegar ao final do ano e dizer que o objectivo foi largamente cumprido e alcançado, pois dos 360 milhões de euros da dívida pagaram 180 milhões, renegociaram 110 milhões, tinham ainda em renegociação 20 milhões, e restavam 50 milhões de euros, que por resultarem de despesa irregularmente ordenada, processada ou contratada, não podiam legalmente pagar. -----

----- Mas, para além de pagarem essa dívida, reduziram muito significativamente a situação do endividamento líquido do Município. Recordou que em 2006 o Município violara os limites de endividamento e foi multado, e que em 31 de Julho de 2007 o Município excedia em 80 milhões de euros os limites de endividamento. Por isso, era com grande satisfação que podiam chegar ao início de 2009 a dizer que só tinham utilizado, neste momento, 61% dos limites de endividamento, tendo o Município recuperado capacidade de endividamento em 184 milhões de euros. -----

----- Hoje, tinham uma dívida comercial claramente menor que a que herdaram, pois dos 360 milhões de euros a dívida comercial era, em 31 de Dezembro findo, de 131 milhões de euros, dos quais 70 milhões eram anteriores a 31 de Julho de 2007, o que significava que têm vindo a reduzir, muito significativamente, os prazos de pagamento. Recordou que em 30 de Junho de 2007 o prazo médio de pagamento do Município era de 642 dias, e, neste momento, apesar de ainda subsistirem os 70 milhões de euros que tinham de dívida anterior a 31 de Julho de 2007, esse prazo de pagamento já se reduzira em mais de 220 dias, o que significava que, neste momento,

e descontando os 70 milhões de euros que ou estavam em negociação ou não podiam legalmente pagar, só tinham 24 milhões de euros com uma maturidade superior a 12 meses, e tinham, efectivamente, uma maturidade da dívida muito inferior à que existia. -----

----- E dava alguns números para que ficasse bem claro que não se limitaram a pagar, pois corrigiram, efectivamente, uma prática de gestão que vinha sendo continuamente seguida no Município. Em 31 de Julho, o montante em dívida superior a dois meses era de 50 milhões de euros, hoje era de 11 milhões; superior a seis meses era de 102 milhões de euros, agora eram só 9 milhões; superior a 12 meses eram 197 milhões, agora eram 94 milhões de euros, dos quais 70 milhões eram anteriores à tomada de posse deste Executivo, e parte dos quais não podiam legalmente pagar porque foi despesa irregularmente ordenada, processada ou contratada. -----

----- Em suma, podiam dizer que tinham hoje as contas em dia e que, por isso, podiam olhar para o Orçamento de 2009 como sendo um primeiro orçamento de viragem relativamente à situação anterior. Um Orçamento necessário para relançar o investimento, um Orçamento necessário para preparar o futuro. -----

----- Não queria com isso dizer que os problemas estivessem todos resolvidos, e, sobretudo, não podia querer dizer que podiam hoje voltar a repetir os erros anteriores que colocaram o Município na situação de rotura financeira em que ele se foi transformando entre 2003 e 2007, como bem sinalizara o Tribunal de Contas. Por isso, era necessário manter o rigor para que pudessem ter capacidade de relançar o investimento. Essa era a marca fundamental deste Orçamento, manter o rigor para permitir relançar o investimento. -----

----- Disse que as despesas eram contidas com um aumento de 1%, as despesas com pessoal eram contidas com um aumento de 2%, e era nessa poupança do funcionamento interno que conseguiam mobilizar as forças necessárias para poderem ter um aumento de 46% nas despesas de investimento, que cresciam agora para os 94,4 milhões de euros. -----

----- Chamou a atenção que o aumento de 2% nas despesas com pessoal, já incorporava todo o processo de requalificação que ficara concluído, todo o processo de progressões que também ficara concluído, toda a integração do pessoal que era falso recibo verde e que foi integrado no Quadro de Direito Privado, e, ainda, o justificado e merecido aumento anual dos salários. Ou seja, tinham de poupar no funcionamento se queriam ter capacidade de investir na cidade. -----

----- Referiu que para o investimento definiram três prioridades claras: e reabilitação urbana, o espaço público e as escolas. A prioridade nas escolas era absolutamente essencial para o futuro da cidade e para quem tivesse como prioritário o rejuvenescimento da cidade, e este ano o programa “Escola Nova” comportava um investimento, entre sete escolas e jardins-de-infância construídos de raiz, e 18 obras de beneficiação geral que incorporava a construção de refeitórios, espaços verdes, intervenções nas coberturas, requalificação dos interiores, e, efectivamente, a requalificação do parque automóvel. -----

----- Mas continha também uma inovação da maior importância para reforçar a segurança nas escolas e confiança dos pais na escola pública, que era a adopção de um plano integrado de transporte escolar, de forma a securizar o circuito das crianças entre a escola e a casa, e a casa e a escola. -----

----- E uma aposta clara também no investimento no espaço público: na limpeza urbana, nas vias e passeios, na recuperação dos jardins e na recuperação dos miradouros, um conjunto de projectos fundamentais dos quais desejava enfatizar a importância da limpeza urbana. Ninguém se podia conformar com o estado da limpeza da cidade: teriam que adoptar melhor organização, melhores metodologias, e tinham também mais e melhores meios. Já tinham nesta altura a concurso a contratação de 50 novos cantoneiros de limpeza, a segunda excepção que abriram no mandato para a contratação de pessoal, após terem aberto uma excepção para a admissão dos elementos da Polícia Municipal. E essa excepção, que porventura teria que ser alargada ainda este ano, teria que ser complementada com investimento no equipamento que melhorasse a produtividade do serviço, e permitisse, efectivamente, uma melhoria das condições de higiene na Cidade de Lisboa. -----

----- Por outro lado, um conjunto de projectos estruturantes. Já ali tivera oportunidade de apresentar muitos deles, pelo menos aqueles que eram financiados pelas verbas do casino, mas havia outros da maior importância que gostaria de sublinhar, como a conclusão da via central de peões na Freguesia de Marvila, o Parque do Vale Fundão, ou um programa da maior importância estratégica para efectivamente dar uma resposta às dificuldades sociais que grande parte da população da cidade hoje vivia, que era um projecto que estavam a desenvolver em conjunto com a Fundação Aga Khan, tendo em vista a reutilização das hortas previstas no Plano Verde, como fonte de criação de emprego, mas sobretudo de produção de alimentos que, pelo sistema dos bancos alimentares, ajudassem a combater a fome na Cidade de Lisboa. -----

----- Sobre a reabilitação urbana, disse que o grande investimento cabia, naturalmente, aos proprietários e ao investimento privado, porque o grande papel da Câmara seria o de agilizar e criar melhores condições para esse investimento, e daí a prioridade que deram a pôr em funcionamento a Comissão de Arrendamento Municipal que estava paralisada mas que hoje já funcionava. Assim como a prioridade que deram à definição das regras que permitiram descongelar a reabilitação da Baixa, e chamava a atenção que desde que foram aprovadas normas provisórias a Câmara já pudera aprovar quase 60 projectos de reabilitação na Baixa, investimento que estava há muito paralisado por incapacidade da Autarquia em definir as regras necessárias à reabilitação dessa pérola do património histórico da cidade. -----

----- E era por a prioridade ser dada ao investimento privado, que a Câmara podia concentrar o seu esforço, em matéria de reabilitação, naquelas zonas que tinham dimensão social: os bairros históricos, os bairros mais carenciados ou que estavam em piores condições como as áreas urbanas de génese ilegal, como as intervenções que tinham que fazer no Bairro Padre Cruz, no Bairro da Liberdade, no Bairro Pedro Queiroz Pereira, e o programa que tinham concluído com o IHRU para a intervenção nos cinco bairros que foram resgatados à Fundação D. Pedro IV, a quem tinham sido

entregues pelo último Governo do PPD/PSD, mas que a Câmara honrara agora o compromisso assumido de não só os ter resgatado como proceder também à sua reabilitação para que os moradores pudessem viver com a dignidade a que tinham direito a viver na Cidade de Lisboa. -----

----- Disse, ainda, que este era um Orçamento que era possível porque tinham as contas em dia, que era possível porque foram e eram capazes de poupar no funcionamento da Câmara para poder alavancar o investimento nas três áreas prioritárias que referira. -----

----- E, para terminar, permitia-se fazer uma referência a uma marca fundamental do Orçamento. É que este era, efectivamente, o primeiro Orçamento Participativo da Cidade de Lisboa, e sublinhava que nenhuma autarquia, ao nível municipal ou a outro nível, em Portugal, tinha ido tão longe em matéria de orçamento participativo. -----

----- Em primeiro lugar, a participação dos cidadãos não se limitara a ter carácter consultivo, mas sim tivera carácter deliberativo visto que a Câmara incorporara aquilo que foi a decisão maioritária da votação democrática realizada directamente pelos cidadãos, através da Internet. -----

----- Em segundo lugar, os cidadãos não decidiram uma rubrica menor, uma parcela irrelevante do Orçamento. Tiveram poder de decisão sobre uma verba de cinco milhões de euros que foi reservada pela Câmara para a decisão dos cidadãos. Eles propuseram, os serviços orçamentaram, os cidadãos votaram e, assim, tinham um conjunto de projectos fundamentais que foram escolha directa dos cidadãos, que excederam um pouco os cinco milhões previstos sendo arredondado para os 5,133 milhões de euros, de forma a que pudessem ser considerados os projectos mais votados pelos cidadãos. -----

----- Concluiu dizendo que era com grande satisfação que apresentava estas propostas de Plano de Actividades e Orçamento para 2009, com a confiança que as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais as saberiam apreciar, comentar, corrigir e aprovar.

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, começou por, em nome do PSD, desejar a todos os presentes, à Cidade de Lisboa e aos lisboetas, que 2009 pudesse ser um ano melhor que o ano de 2008 em termos de cidade. -----

----- E, para isso, tinham hoje em discussão a proposta de Orçamento da Câmara para 2009 e as Grandes Opções do Plano para 2009-2012, instrumentos de gestão essenciais à vida da cidade. -----

----- Por essa razão, esses instrumentos foram objecto, por parte do PSD, de aturada atenção que, pela primeira vez, envolvera todas as Comissões da Assembleia Municipal na sua análise e debate, iniciativa inédita que merecera, curiosamente, a incompreensão do PS. Mas nada de espantar considerando a falta de dinâmica, empenho e interesse que o PS vinha revelando neste mandato, limitando-se a suportar, de forma cega, acrítica, pouco entusiasmada e pouco interessada, a actividade do Executivo que liderava. -----

----- Este PS não se recomendava à Cidade de Lisboa! -----

----- Mas para além do envolvimento alargado e sectorial de toda a Assembleia Municipal, o PSD realizara um conjunto de reflexões internas que habilitariam e sustentariam a posição do partido na votação desses instrumentos. Fosse qual fosse a posição que o PSD viesse a adoptar nessas votações, certo era que ela repousaria, sempre, numa fundamentação responsável, e alinhada com a defesa dos superiores interesses da Cidade de Lisboa. -----

----- Já sabiam que se este Orçamento não fosse aprovado estariam, no dizer do Presidente António Costa, perante uma atitude inqualificável. Ficavam pois a saber que o Presidente António Costa considerava que o PS tivera uma atitude inqualificável quando, em 2004, sendo maioritário na Assembleia Municipal, chumbara o Orçamento da Câmara para o ano 2005, sem qualquer fundamentação ou razão verosímil do ponto de vista dos interesses da cidade. -----

----- Para aqueles que não se recordavam, sugeria que lessem a acta dessa Sessão, porque ela revelava a mais despudorada irresponsabilidade do PS em Lisboa, que procurara, com esse chumbo e com razões irrelevantes, retirar meros dividendos políticos eleitorais, colocando os seus interesses partidários à frente dos interesses da cidade. -----

----- Mas, afinal, o que caracterizava estes instrumentos de gestão que o Presidente António Costa lhes apresentara, e que não tiveram maioria de votos na Câmara, apenas tendo sido aprovados pelo PS e pelo Vereador Sá Fernandes? -----

----- Desde logo caracterizava-os a falta de rigor. Eram instrumentos muito pouco rigorosos. Para quem, como o Presidente António Costa, afixara cartazes de campanha com a palavra “rigor”, o mínimo exigível seria que este Orçamento fosse preparado com o rigor eleitoralmente apregoado mas não praticado. -----

----- Sucedia que o rigor aplicado neste Orçamento, ou melhor dizendo a falta de rigor, era a mesma que levava a novo chumbo, pelo Tribunal de Contas, do célebre Plano de Saneamento Financeiro, cuja não aprovação implicaria a demissão do Presidente António Costa, como o próprio ameaçara durante a votação do mesmo na Assembleia Municipal. Essa ameaça revelava bem a importância, e mesmo a imprescindibilidade política, desse plano para o Presidente António Costa. Certo era que o plano fora chumbado mais uma vez e o Presidente António Costa ainda não se demitira. -----

----- Seria que, perante esse novo chumbo, iria o Presidente António Costa continuar a batalhar para ver o seu plano, tão essencial à sua gestão, ser aprovado? Não, o Presidente António Costa já desistira desse plano, que agora já considerava desnecessário. Cabia questionar o porquê dessa súbita, radical e decisiva atitude de desistência perante aquele plano, que constituía a sua panaceia para o equilíbrio e saneamento financeiro do Município. -----

----- Pensava o PSD que o Presidente António Costa, à medida que se foi confrontando com a realidade e com a incapacidade do seu Executivo, foi-se afastando cada vez mais do seu Plano de Saneamento Financeiro. Porque o Presidente António Costa foi tendo a percepção, crescente, de que aquele plano era incumprível, exigindo uma vontade política inflexível e inabalável no sacrifício e na diminuição

dos gastos municipais excessivos. E em ano de eleições, cortar na despesa era um risco que o Presidente António Costa não queria correr. -----

----- Esse abandono do Plano de Saneamento Financeiro era o reconhecimento, por parte do Presidente António Costa, de que lhe falta vontade política para reformar a estrutura orgânica municipal e a respectiva estrutura de custos. Era claramente um sintoma de incapacidade política para gerir o Município de Lisboa, e isso teria que ser ali dito e denunciado. -----

----- Tinham, assim, um Orçamento muito pouco rigoroso, de cariz eminentemente eleitoralista e irresponsável, baseado em pressupostos de receita claramente extrapolados, sobrestimados e sobreavaliados. Recentemente, o Governo já alterara os pressupostos do Orçamento, ver-se-ia, agora, quanto tempo levaria a Câmara a alterar esses pressupostos da sua receita. -----

----- Mas se dúvidas houvesse em relação ao que afirmavam, bastaria ler o registo da discussão em Câmara, para que este Orçamento ficasse objectivamente caracterizado e clarificado pela maioria PS/Sá Fernandes. É que, dizia o Vereador Sá Fernandes, citou, “é precisamente o facto de ter havido um orçamento de austeridade em 2008 que permite que este de 2009 tenha alguma folga quer no investimento, quer em outras despesas de funcionamento e do plano de actividades na Câmara”. -----

----- Disse que agradeciam ao Vereador Sá Fernandes ter sido tão claro e transparente na afirmação de que este era um Orçamento preparado para o ano eleitoral porque poupava ao PSD a tarefa e o trabalho de o demonstrar! E demonstrava, também, que o Orçamento de 2008 tivera apenas por objectivo, não sanear e reduzir as despesas camarárias, mas sim abrir caminho a uma folga orçamental que permitisse expandir o Orçamento de 2009, ano de eleições. -----

----- Aliás, as palavras do Vereador Sá Fernandes valiam cada vez mais em Lisboa, na medida em que parecia ser ele o verdadeiro Presidente da Câmara, já que o Presidente António Costa e o Vice-Presidente Marcos Perestrello estavam crescentemente envolvidos e empenhados em actividades de exclusivo interesse do PS, roubando tempo para se dedicarem à defesa dos interesses da cidade. -----

----- Era por força desse afastamento que os interesses de Lisboa não têm sido suficientemente defendidos pelo Presidente António Costa, conforme o PSD já ali demonstrara, sendo paradigmáticos os casos da muralha de aço de contentores, em Alcântara, e a introdução do modo rodoviário na terceira travessia do Tejo. -----

----- Em relação às prioridades ali definidas pelo Sr. Presidente da Câmara, disse que no tocante à reabilitação urbana importaria aguardar pelos resultados, porque de *outdoors* e palavras estavam fartos. Aguardariam pelos resultados, aguardariam a execução do Plano em termos de reabilitação urbana, e então depois veriam se essa era efectivamente uma prioridade. -----

----- Em termos de espaço público, disse que só se fosse através da sua venda despudorada a várias entidades, com prejuízo do seu usufruto pelos munícipes. -----

----- Quanto à escola, disse que não tinham a certeza que a Câmara tivesse grande credibilidade, depois do episódio do falhanço dos prazos de candidatura, para a

reparação das escolas, aos fundos comunitários, para dizer que a escola era um prioridade. -----

----- Por outro lado, entendia o PSD que só por pura demagogia alguém poderia dizer que com as hortas inscritas no Plano Verde, se combatia a fome em Lisboa. -----

----- Em relação à Fundação D. Pedro IV, disse que era importante relembrar, porque pelos vistos o PS já se esquecera, que a Fundação apenas assumira a responsabilidade da gestão dos bairros que hoje detinha, porque o PS, maioritário na Assembleia Municipal, chumbara uma proposta no sentido de que essa responsabilidade passasse para a Câmara Municipal de Lisboa, então liderada por Santana Lopes. -----

----- Continuando, disse que olhando, de forma resumida, para estes instrumentos, havia questões que não eram claras e deviam ser questionadas. -----

----- Desde logo, qual a real situação económico-financeira do Município de Lisboa? Referira agora o Sr. Presidente que pusera as contas em dia. O problema é que elas eram desconhecidas de todos, e que se visse o que dizia o último parágrafo da Comissão de Finanças. De facto, o Sr. Presidente apresentara agora ali dados que nunca apresentara nos locais certos, e nunca os fizera chegar à Assembleia Municipal para que o exercício do contraditório se pudesse exercer. -----

----- Ficavam à espera que rapidamente fosse possível perceber a situação económico-financeira do Município, porque nesta matéria, voltavam a dizer, estavam todos com um desconhecimento total e absoluto que o Presidente António Costa, como agora se viu, usava a seu bel-prazer perante Lisboa e a comunicação social, produzindo declarações e afirmações triunfantes de melhoria e saneamento da situação interna do Município, pese embora vários indicadores, que a pouco e pouco iam conhecendo, estivessem longe de o confirmar. -----

----- Perguntou, depois, para quando a existência de balanços previsionais, que, esses sim, permitiriam um conhecimento claro da situação do Município. Era outro factor decisivo para a opacidade da gestão deste Executivo municipal, que não os elaborava nem apresentava, porque tornava mais confortável a manipulação e a cosmética dos dados e valores orçamentais. -----

----- Como se fundamentava, neste Orçamento, a sobreavaliação do valor que resultaria da derrama em 2009? O Presidente António Costa viveria numa bolha autista, como se Lisboa estivesse fora da realidade portuguesa e mundial? Como podia a Câmara Municipal de Lisboa inscrever, nesta conjuntura de forte crise nacional e global, um aumento de receita na derrama, que dependia do rendimento gerado no Município pelas actividades comerciais, industriais ou agrícolas? -----

----- E também como se fundamentava a sobreavaliação da receita prevista para o IMT? Como podia a Câmara inscrever, nesta conjuntura, ainda ontem reconhecida pelo Senhor Primeiro-Ministro como de recessão, e também pelo Banco de Portugal, um acréscimo significativo dessa receita, que tributava as transacções onerosas de imóveis? Como se fundamentava a sobreavaliação da receita proveniente da alienação do património? -----

----- Não aceitavam que a Câmara não conhecesse a situação de profunda crise que afectava o País, e também a cidade, com repercussões na capacidade dos investidores

assumirem novos encargos. Então porquê essa sobreavaliação na venda de imóveis municipais, que não acreditavam que fosse alcançada? -----

----- Não queriam acreditar que a Câmara fosse vender ao desbarato o seu património, conseguindo receita pela quantidade dos imóveis que alienava, e não pela qualidade dos negócios que fazia e das verbas que deles recebia. -----

----- E como se fundamentava que num Orçamento que crescia quase 18% apenas fosse contemplado um acréscimo irrisório de 0,2% para as Juntas de Freguesia? Dificilmente se entendia essa opção, a menos que considerassem que a Câmara estava interessada em instituir um clima de concorrência desleal com as Juntas de Freguesia em ano de eleições, por recear perder na comparação entre o seu trabalho e o dos autarcas de freguesia, com os inerentes custos eleitorais. -----

----- Disse que pelo seu trabalho a favor dos seus fregueses, as Juntas de Freguesia eram credoras de maior respeito e consideração e as suas receitas deveriam ser reforçadas, no mínimo, em valor semelhante ao da inflação. -----

----- Como se fundamentava que em 2009, a tão propalada contenção e rigor nas despesas de funcionamento fosse deixada cair verificando-se aumentos significativos em diversas das suas rubricas, como era o caso das horas extraordinárias? -----

----- Por que razão, em tempos de crise e de recessão, nacional e internacional, o Presidente António Costa não dava prioridade às áreas sociais e de actividade económica? -----

----- Neste quadro, disse que queria relembrar a iniciativa dos Presidentes de Junta de Freguesia do PSD, aberta às restantes forças políticas, de apoio aos lisboetas carenciados, que estava a ser trabalhada de acordo com o ritmo que as parcas condições que as Juntas dispunham permitiam. Tornava-se evidente que essa iniciativa, que crescera de importância na actual conjuntura, deveria ser objecto, do ponto de vista social, de um apoio do Município. -----

----- Mas, pelos vistos, o apoio social aos munícipes já afectados pela crise e àqueles que o viessem a ser, bem como medidas de apoio ao tecido económico da cidade que sofreria em 2009 com a recessão, não constituíam uma prioridade para o Presidente António Costa. -----

----- E seria que a Câmara contara com as previsíveis reduções de receitas provenientes do Turismo em Lisboa, na actual crise? Por exemplo, a crescente convergência entre a libra e o euro estava, já, a ter reflexos na capacidade das agências de viagem atraírem turistas ingleses para Portugal e também para Lisboa. ----

----- Continuando, depois de perguntar em que medida este Orçamento respondia às dívidas, e onde estavam os milhões de euros em dívida, disse que o PSD tinha sérias dúvidas quanto à situação real do pagamento dessas dívidas, mas, sobretudo, sabiam que novas dívidas se estavam a constituir no dia-a-dia do Município. Que se visse, aliás, o Parecer da Comissão de Finanças sobre essa matéria. -----

----- Por outro lado, gostariam também de saber em que medida e em que base se fundamentava o aumento brutal, quase 200%, no montante das verbas para as empresas municipais EBAHL e EGEAC. Que actividades iriam ocorrer em 2009 para

justificar esse aumento? Ou seria isso já o prenúncio de uma Lisboa sempre em festa com que o Presidente António Costa queria entreter os lisboetas até às eleições. -----

----- Outra nota importante a reter era, segundo disse, que uma base substancial do financiamento do Orçamento que permitia o aumento da receita provinha das verbas do Casino Lisboa, a tal iniciativa do então Presidente Santana Lopes, que foi vilipendiada e atacada pelo PS, mas que estava agora a permitir que o PS fizesse obra em Lisboa. O PSD ficava extremamente satisfeito com o facto dessa iniciativa do Dr. Santana Lopes estar a permitir liquidez à cidade, estar a permitir investimento na cidade, e estar a permitir o Orçamento Participativo que o Sr. Presidente da Câmara, de uma forma encumeástica, ali acabara de referir. -----

----- Enfim, era caso para dizer que à cigarra António Costa bastava o que a formiga Santana Lopes amealhara, e valia a pena dizer que havia cigarras com sorte quando sucediam a formigas com visão. Era uma sorte que esta cigarra tivesse tido uma formiga a trabalhar e a fazer o trabalho de casa antes. -----

----- Disse, ainda, que o que resultava da análise que fizeram aos instrumentos em apreciação, era que eles iam agravar a situação económico-financeira do Município. O PSD tinha vindo a fazer os trabalhos de casa para apresentar uma posição fundamentada na sua votação. Esperavam que do contraditório agora iniciado e a bem da cidade, a Câmara e o PS demonstrassem a postura de responsabilidade, de empenho e de capacidade de gestão política, que até agora tinha estado escondida. ----

----- A terminar, disse que os lisboetas podiam esperar do PSD uma atitude responsável, séria e profunda de análise e apreciação do Orçamento e das Grandes Opções, norteados pela defesa dos interesses da cidade, na linha daquela que tem sido a sua postura e o seu compromisso para com Lisboa. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, no uso da palavra, começou por referir que diz o povo, que é sábio, que quem não se sente não é filho de boa gente, e a cegueira, a falta de sentido crítico e outros defeitos que o Deputado Municipal Saldanha Serra apontava aos Deputados Municipais do PS, repudiava-os de forma veemente. -----

----- Quanto à falta de rigor que o Deputado Municipal Saldanha Serra dizia faltar ao Orçamento, disse que falta de rigor encontrava ela nas suas palavras e na análise que fazia desse documento. De facto, o Tribunal de Contas não chumbara o Plano de Saneamento Financeiro, nem uma, nem duas vezes. Recusara o visto a um empréstimo no valor de 360 milhões de euros, valor negociado pelo PSD na Assembleia Municipal para viabilizar esse Plano. O Tribunal de Contas, numa segunda vez, também não chumbara o Plano de Saneamento Financeiro, mas sim reiterara a recusa de visto a esse mesmo empréstimo, e a Câmara Municipal de Lisboa, como seria óbvio, resolvera o problema que era necessário resolver. -----

----- Em relação à poupança, disse que o que o PS acabara por fazer foi poupar ao PSD a tarefa de encontrar desculpas para, sem qualquer rigor, não viabilizar o Orçamento e o Plano, e só com demagogia lá chegaria. -----

----- Sobre a falta de dados, e ainda respondendo ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que não ouvira, e estava segura que nenhum Deputado Municipal do PSD

ou de outro partido que integrava a Comissão de Finanças ouvira também, alguma novidade nos dados ali apresentados pelo Sr. Presidente, até porque o Sr. Vereador Cardoso da Silva estivera sempre disponível para lhes prestar esses e outros esclarecimentos. -----

----- Antes, nunca a Comissão de Finanças tivera tanta informação, relativamente ao comportamento da derrama, ao comportamento previsível do IMT, à participação variável do Município no IRS. Talvez o Deputado Municipal Saldanha Serra devesse, com maior rigor, articular melhor a informação com os Deputados Municipais do seu partido que tinham assento na Comissão de Finanças. -----

----- E uma vez mais falta de rigor nas acusações e na leitura do Orçamento. Ousaria mesmo dizer que esse formigueiro que era o PSD, era um formigueiro confuso e eleitoralista. -----

----- Passando à explanação dos documentos em apreciação, disse que após ano e meio de governação da cidade, iam hoje votar o primeiro Orçamento municipal que lhes permitia uma visita panorâmica por uma Casa cuja estrutura financeira estava, finalmente, mais arrumada. -----

----- “Arrumar a casa”. Foi essa a primeira proposta de trabalho do Presidente António Costa, e nessa quase doméstica empreitada as contas do Município reclamaram toda a atenção do Executivo e do colégio da Assembleia Municipal. Uma casa de muitas e muitas assoalhadas, muitos e muitos trabalhadores, nem todos com as suas situações laborais sustentadas, e muitas e muitas contas por pagar. -----

----- Uma dívida de dimensão tal que garantira a Lisboa o bilhete de admissão no grupo dos municípios penalizados por desrespeito pelos limites de endividamento municipal. Dívidas de dimensão tal que ameaçaram, e em alguns casos concretizaram, a paralisação na economia local, que provocaram a paralisia dos serviços e bloquearam pequenas a grandes decisões. -----

----- Numa casa onde não se pagavam as contas os serviços essenciais eram cortados, o jardim era deixado por sua conta, da conjuntura passava-se à estrutura e os habitantes dessa enorme casa, que era Lisboa, não tinham porque permanecer nela ou regressar. -----

----- Ainda em matéria de arrumar a casa, disse que o Orçamento para 2008 foi acompanhado de um elemento relevantíssimo para essa arrumação financeira tão urgente, que foi o Plano de Saneamento Financeiro, aprovado pela Assembleia Municipal, após negociação responsável por parte da maioria do PSD. Era fundamental honrar a sua execução, porque honrar a sua execução era honrar os compromissos da Câmara Municipal de Lisboa, pagar a quem se devia, permitir às pessoas, singulares e colectivas, que desenvolvessem as suas actividades económicas sem mais esse ruído. -----

----- Disse que, ainda em 2007, foi possível induzir uma diminuição de 1,6% na dívida a terceiros, e em 2008, perante a recusa de visto pelo Tribunal de Contas do empréstimo de 360 milhões de euros previstos no Plano de Saneamento, foi, ainda assim, possível recorrer a operações financeiras junto da banca nacional, em breve

internacional, por forma a transformar a dívida a fornecedores em dívida intermediada bancária. -----

----- E chegavam ao início de 2009 com o mundo num cenário de crise financeira, um palco que, infelizmente, também já era conhecido em Lisboa, que fazia deste documento de previsões uma presunção previsional, se lhe era permitida a expressão. O comportamento dos preços das matérias-primas e do próprio sistema bancário era vital para a fiabilidade previsional de qualquer orçamento. Mas se nunca se escudaram no passado e sobre ele actuaram, corrigiram e arrumaram, não iriam nunca escudar-se num futuro certo. Iriam, antes, actuar. -----

----- Referiu que o Orçamento para 2009 era de 643.193.846,00 euros, crescendo, portanto, mais de 48 milhões de euros em relação ao do ano anterior. Mantinha Lisboa no grupo dos municípios cumpridores dos limites de endividamento municipal, impostos pela Lei das Finanças Locais, com um serviço de dívida relevante para aqueles cálculos a título de empréstimos de médio e longo prazo de 203.370.098,00 euros. Ou seja, deviam e transportavam para 2009 menos 18.641.991,00 euros daquilo que deviam em 1 de Janeiro de 2008, com a consolidação para longo prazo de 30% da dívida comercial existente em Agosto de 2007, representando 110 milhões de euros. --

----- Por outro lado, a despesa representava uma redução de 253,5 milhões de euros, uma taxa percentual de 31,7 no total da despesa municipal, em parte muito conseguida graças a poupanças estruturais geradas até ao final de Outubro de 2008, no montante de 170 milhões de euros. -----

----- Mas que se concentrassem agora nas inúmeras divisões desta casa, sobretudo na sua despensa e no escritório, locais por excelência onde se aprovisionava e onde se pagavam contas e tomavam decisões financeiras. Votaram, recentemente, a taxa da derrama para 2009, a percentagem correspondente à participação variável do IRS dos contribuintes domiciliados no Município, orçamentada em 65.708.738 milhões de euros, e a percentagem da TMDP. Infelizmente, a situação financeira do Município não permitia libertar, parcialmente, a função tributária sobre o munícipe. -----

----- A receita estrutural prevista para 2009 era de 523,8 milhões de euros, sustentada nos impostos directos e os tributos e receitas parafiscais. Todavia, o cabaz de serviços que se propunham oferecer em 2009, fazia desse esforço colectivo uma mais-valia comum. -----

----- Mas votaram também o Regulamento de Apoios e Subsídios, o Regulamento de Alienação de Imóveis, o Regulamento de Complementos de Lote, o Regulamento dos Ateliers Municipais, o Regulamento da Urbanização e Edificação, o Regulamento das Taxas Urbanísticas, as Medidas Preventivas do Plano Verde e o SIMPLIS. -----

----- Mais. Votaram também várias propostas tendentes à reestruturação do sector empresarial municipal, um anexo da casa onde se foram amontoando tarefas, trabalhadores e dívidas, quando as contas das empresas municipais não eram consolidadas com as contas do Município. Votaram a extinção da EMARLIS, a extinção das SRU's Oriental e Baixa-Chiado, a reestruturação da GEBALIS, o saneamento financeiro da EGEAC. Este Orçamento traduzia um rigor e transparência

absolutos, as normas de realização de despesa, de execução das políticas planificadas nas Grandes Opções do Plano, eram milimetricamente descritas no Orçamento. -----

----- Mas uma casa arrumada merecia e carecia de investimento, e se o edifício financeiro conhecia outra saúde, as divisões e aptidões da casa lisboeta conheceriam um outro nível de investimento. -----

----- Da leitura do Orçamento e das Grandes Opções do Plano era possível comprovar o esforço programado em investimento, cujo aumento previsto era de 46%, ou seja, 94,4 milhões de euros. Questões de magna importância! De onde vinha esse dinheiro? Para onde ia esse dinheiro? -----

----- Começando pela origem, disse que 71% do investimento programado provinha de capitais próprios, a contenção de despesa e realocação de receita, de acordo com as linhas políticas traçadas para o governo da cidade, eram a palavra de ordem, e os demais 29% seriam garantidos através da utilização de verbas do Casino Lisboa, no montante de 20 milhões de euros, e de um empréstimo em negociação com o Banco Europeu de Investimentos, no valor de 50 milhões de euros. -----

----- Contudo, o mais importante era o seu destino: educação, reabilitação urbana e requalificação do espaço público. Dos 94,4 milhões de euros de incremento de investimento, a requalificação do espaço público contaria com uma aplicação de 21,5 milhões, incluindo-se aí a manutenção e requalificação específica dos espaços verdes, e o empréstimo negociado com o BEI seria alocado à reabilitação de edifícios e infra-estruturas da cidade, investimentos considerados prioritários nos quais o Município aplicaria 57,9 milhões de euros. -----

----- Por outro lado, o parque escolar e a educação, no âmbito daquelas que eram competências municipais, contariam com um investimento suplementar de 5,2 milhões de euros. -----

----- E porque, como referira o Sr. Presidente, em Lisboa a voz dos lisboetas era ouvida e o convite à participação cívica realmente valorizado, 5,1 milhões de euros seriam aplicados em projectos indicados pelos munícipes, através do Orçamento Participativo. -----

----- Referiu que Lisboa já foi uma enorme sala de estar onde os actores públicos, algo hipnotizados por um qualquer programa de entretenimento televisivo, tomaram lugares confortáveis ignorando o vazio na despensa, deixando ao pé o livro de cheques para pagamento das contas devidas, contratando empregados para tomar conta da desorganização doméstica, fruto desse sedear municipal na enorme sala de estar sem vista para a cidade e janelas para a realidade. -----

----- Hoje, Lisboa era uma casa arrumada, funcional, pronta a abrir as portas e investir num futuro que vectores externos tornavam incerto, mas que todos os actores internos deveriam querer e tornar certo. -----

----- Convidava, portanto, todos os Deputados Municipais a fazer desta a sua casa e a visitarem todas as divisões, mas a passar antes pelo escritório para que as contas estivessem pagas e as decisões financeiras executadas. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Orçamento para 2009, que ascendia a 643 milhões de euros, não era um Orçamento de

rigor nem de contenção, contrariamente ao que a Câmara queria fazer crer e o Sr. Presidente acabara de lhes referir. -----

----- E não o era porquê? Desde logo porque as receitas correntes estavam sub-orçamentadas e as receitas da venda de património inflacionadas de forma irrealista. --

----- E não era o POCAL que obrigava a essa sub-orçamentação. Em 2007 as receitas correntes atingiram 530 milhões de euros e em 2008 seriam ainda superiores. E citava o caso do IMI, que até Novembro deste ano já tinha atingido 100 milhões de euros e no final do ano seria superior. No entanto, a Câmara apenas orçamentara 88 milhões para 2009, ou seja menos 12 milhões a menos do que já recebera este ano em 11 meses. -----

----- Com efeito, as receitas correntes têm aumentado todos os anos e iriam exceder, seguramente, as orçamentadas para 2009, apesar de ser previsível uma quebra da derrama, que certamente iria ser muito maior em 2010. Em 2009 a quebra da derrama iria reflectir-se naturalmente, mas, de qualquer forma, porque a derrama vinha sempre a subir, estavam orçamentados 90 milhões de euros que certamente iriam ser atingidos. -----

----- E, assim, os lisboetas eram cada vez mais sacrificados e iriam continuar a pagar a crise financeira da Câmara. Entre 2004 e 2007, as receitas do Imposto Municipal sobre Imóveis, da Taxa de Conservação de Esgotos e da Tarifa de Saneamento, os impostos que mais sobrecarregavam as famílias, subiram 55% atingindo 144,7 milhões e, em 2009, seriam ainda maiores, pagando cada alojamento, em média, e *grosso modo* a pesada factura de cerca de 600 euros, o que era muito gravoso para as famílias lisboetas. -----

----- Era, também, irrealista a previsão da receita de 91 milhões de euros com a alienação de terrenos e palácios camarários, que representava 46% das receitas próprias para financiar o Plano de Actividades, devido às dificuldades inerentes à sua concretização e à crise do mercado. O Sr. Vereador explicara-lhes, em Comissão, que todo esse processo já tinha corrido em 2008 e que certamente seria concretizado esse montante. Mas, mesmo assim, tinham fortes dúvidas. Era claro que estavam longe dos 300 milhões que o PSD orçamentara e que depois ficava bem longe da sua concretização. -----

----- Aliás, em 2008, apesar da Câmara ter orçamentado 46 milhões de euros da venda de património, até Novembro só tinha realizado 9 milhões. Portanto, havia aí uma grande diferença. -----

----- Por esse motivo, se as receitas extraordinárias não fossem concretizadas, o financiamento do Plano de Actividades corria o risco de ficar comprometido. -----

----- Prosseguindo, disse que o Orçamento não era também de contenção como referira o Sr. Presidente da Câmara, porque não só crescia 17%, e não 8,2% como dizia a Câmara, como aumentava as despesas de funcionamento em 66,7 milhões de euros relativamente ao Orçamento inicial de 2008. -----

----- E qual a razão dessa diferença de números? -----

----- A Câmara, por uma questão de rigor e transparência, devia ter comparado o Orçamento inicial de 2009 com o Orçamento inicial de 2008, porque era assim que se

devia fazer. Mas não o fizera, compara-o com o orçamento final que, como sabiam, era superior em algumas dezenas de milhões de euros, o que desde logo introduzia um factor de erro muito grande. -----

----- De resto, a situação financeira da Câmara pouco se alterara desde 2007 devido ao fracasso do Plano de Saneamento Financeiro. Decorrido quase ano e meio da gestão PS/BE, o passivo praticamente mantinha-se, 1.200 milhões de euros, menos 60 ou 70 milhões como o Sr. Presidente referira. E dos 360 milhões de euros de dívida aos fornecedores, reportada a Outubro de 2007, a Câmara pagara apenas 18%: 40 milhões em 2007 e 25 milhões em 2008, e não 180 milhões como o Sr. Presidente vinha anunciando publicamente. Aliás, não percebia como era que o Sr. Presidente fazia essas afirmações. -----

----- Se a dívida total da Câmara tivesse de ser paga directamente pelos lisboetas, cada um teria de desembolsar cerca de 2.200 euros. Era evidente que a razão principal não cabia ao PS, mas sim às gestões desastrosas dos anteriores mandatos. -----

----- Era verdade que a situação poderia ser diferente e com muito menos custos se o Tribunal de Contas não tivesse chumbado o empréstimo. Mas a culpa foi da Câmara pela forma como elaborara o Plano de Saneamento Financeiro. Sobre isso já falaram várias vezes e explicaram a razão pela qual o Plano de Saneamento foi chumbado. Aliás, o próprio Tribunal de Contas explicara que chumbara o pedido de empréstimo devido à forma como o Plano de Saneamento estava elaborado.-----

----- Mas era grave, também, a forma demagógica como a Câmara manipulava os números, ao comparar o Orçamento de 2009, ora com o orçamento inicial ora com o final de 2008, de acordo com as conveniências, distorcendo, assim, os resultados e transformando, por exemplo, as Grandes Opções do Plano em mero panfleto eleitoral ao afirmar, referindo-se a 2008: “ajustamos a despesa a uma estimativa da receita reduzindo a despesa em 253,5 milhões de euros (menos 31,7%), e executámos com rigor, tendo gerado uma poupança estrutural de 170 milhões de euros”. -----

----- Não era verdade que se tivesse verificado essa redução da despesa nem gerado essa poupança estrutural nos cinco meses de gestão do PS. Os 253 milhões de euros representavam apenas a diferença entre o orçamento inicial do PSD, que era de 800 milhões, e o orçamento final executado que só atingiu 547 milhões. Enfim, uma forma de manipular os números que não correspondia. -----

----- Disse que o Plano de Actividades, que ascendia a 317 milhões de euros, era claramente eleitoralista porque aumentava a sua dotação em 36% e investia, fundamentalmente, em projectos de “encher o olho”, de grande visibilidade e de concretização rápida, a fim de alindar a cidade antes das eleições, aumentando em 92% as dotações para o espaço público e em 73% para os espaços verdes, procurando ocultar a estagnação verificada este ano. -----

----- O PCP reconhecia que havia necessidade de recuperar o espaço público e os espaços verdes que se encontravam muito degradados. Mas perguntava se seria prioritário “alindar” 16 jardins e 7 miradouros? Parecia demais! -----

----- E tinham um exemplo bem perto que era notável, o caso do jardim da Praça de Londres. Como sabiam, houve uma grande polémica nos jornais sobre essa matéria,

ele próprio fizera uma nota no Público, a que chamara “as guerras do alecrim e da manjerona”, entre o Presidente da Junta de Freguesia de São João de Deus e o Vereador Sá Fernandes, porque o Presidente da Junta dizia que 39 mil de euros eram suficientes para recuperar o jardim, e o Vereador dizia que eram precisos mais 100 mil euros para isso. De facto, algo estava mal! Não sabia quem teria razão, mas 139 mil euros para recuperar o jardim da Praça de Londres, no período de grande contenção que atravessavam, parecia demais. Por isso, recuperar os 16 jardins e os 7 miradouros, só realmente em ano de eleições. -----

----- Em contrapartida, outros objectivos importantes eram preteridos penalizando os lisboetas. De facto, reduziam-se as dotações para a intervenção social e o desporto, para a protecção ambiental, que ficava com menos 343%, bem como em áreas bastante carecidas, que tinham, também, quebras acentuadas: menos 245% no parque edificado, com particular incidência na conservação de edifícios; menos 20,6% na prevenção rodoviária; e menos 168% no desenvolvimento económico. -----

----- Disse que ao fazerem o balanço da acção do Executivo PS/BE relativamente a 2008, permitia-se recordar as palavras proferidas pelo Sr. Presidente no início do mandato em que prometera que iria fazer pequenas grandes coisas. O PCP disse-lhe, na altura, na Assembleia Municipal, que essa afirmação não passava de um eufemismo porque na realidade iria limitar-se à gestão corrente da Câmara. E tinha razão, porque, afinal, foi o que acontecera. -----

----- Era verdade que houve algumas melhorias na gestão da Câmara, o que era natural porque a Câmara passava por um período de caos profundo, mas essas melhorias estavam bem longe de compensar os inúmeros erros e insucessos da Câmara neste ano de mandato. E citava-lhe apenas o maior: o Sr. Presidente fracassara no seu grande objectivo de “arrumar a casa” em 2008. Se arrumar a casa foi saber o que se passava e fazer as contas, então arrumara a casa, mas, de facto, não a arrumara porque os grandes problemas subsistiam, como vinham referindo. -----

----- E, como político hábil, o Sr. Presidente fizera das Grandes Opções do Plano 2009-2012 o seu programa eleitoral de recandidatura, recheado de ideias e projectos mas que não passavam de promessas sem sustentabilidade no actual contexto. Como diz o povo, tinha “muita parra e pouca uva”. Ou, recorrendo à linguagem futebolística, este Executivo do PS lembrava uma equipa que treinava muito, tinha grandes projectos, prometia ganhar os jogos, mas no campo não marcava golos. Até hoje nenhuma obra estruturante foi concretizada. -----

----- A terminar, disse que com este Orçamento iam agravar-se os problemas da cidade e a renovação do tecido urbano, e aumentar a degradação da qualidade de vida em Lisboa. O PCP discordava deste Orçamento e das Grandes Opções do Plano, pelo que, na defesa dos interesses da cidade e dos lisboetas, iriam votar contra. -----

----- **O Deputado Municipal José Gusmão (BE)**, no uso da palavra, começou por desejar um bom ano de 2009 a todos os Deputados Municipais e Vereadores presentes, um ano de 2009 que, a avaliar pelas declarações do Deputado Municipal Saldanha Serra, segundo as quais o Dr. Santana Lopes teria sido a formiga que andara

a amealhar dinheiro para a Cidade de Lisboa, prometia ser um ano cheio de boa disposição e sentido de humor. -----

----- No entanto, para lá dessa boa disposição e sentido de humor, e dessa falta de ligação à realidade que por vezes os ajudava em momentos difíceis, tiveram ontem as declarações do Senhor Primeiro-Ministro, que pela primeira vez veio reconhecer que Portugal, em 2009, iria entrar em recessão. -----

----- Era bom que se dissesse que já toda a gente, minimamente atenta aos indicadores económicos, sabia isso, e o próprio Primeiro-Ministro certamente o sabia há já bastante tempo. Mas que o viesse reconhecer tornava ainda mais incompreensível que, aparentemente, essa notícia ainda não tivesse chegado à Câmara Municipal de Lisboa.

----- Referiu que o Sr. Presidente da Câmara começara a sua intervenção dizendo que depois do Orçamento de 2008, que tinha como função essencial arrumar a casa e pôr as contas em dia, um Orçamento que, convinha registar, o BE votara favoravelmente na Assembleia Municipal, conviria que após a casa arrumada, ou semi-arrumada, não se cometessem erros anteriores. Mas, sobre isso, apetecia dizer: “Bem prega Frei Tomás”. -----

----- De facto, este Orçamento não era comparável, obviamente, ao que eram as alucinações contabilísticas do Dr. Santana Lopes ou do Eng.º Carmona Rodrigues. Fariam a justiça ao Dr. António Costa de não o pôr na mesma divisão. -----

----- Mas era verdade que existiam sinais altamente preocupantes do ponto de vista do empolamento das receitas, e em particular das receitas extraordinárias, que não só lançavam preocupações sobre a evolução do passivo durante o ano de 2009, como também preocupações sobre a criação de vários elementos de receita destinados a iniciativas de tipo eleitoral e de tipo propagandístico. -----

----- Desse ponto de vista, não era verdade que este fosse um Orçamento de rigor, como era, para serem francos, o Orçamento de 2008. E gostariam de ver, ainda durante esta discussão, esclarecidas algumas questões que estavam muito pouco claras no texto do Orçamento. -----

----- Referia, por exemplo, a questão dos 18,7 milhões de euros previstos em participações sociais para as empresas municipais. Que empresas municipais eram essas e quais os montantes previstos para cada uma? É que, ao contrário do que disse a Deputada Municipal Marta Rebelo, eles não estavam milimetricamente descritos, mas estavam, isso sim, apresentados num bolo total que não permitia ver quais eram as empresas municipais que estavam a contribuir para esse buraco, e não permitia ver, nomeadamente, que balanço poderiam fazer sobre a operação de muitas dessas empresas municipais. -----

----- Por exemplo, a EMEL, que era uma empresa cujas funções só poderiam permitir que fosse uma fonte de receitas para a Câmara Municipal de Lisboa, estava a sê-lo? Sabiam que não! Em que medida era que estava a ser prejudicial à Câmara? Essa informação era fundamental para a discussão do Orçamento, e era também fundamental para discutir que futuro se devia dar a essa empresa. A posição do BE sobre o assunto era conhecida, a posição do PS tem sido a que tem sido, mas gostariam que esse balanço pudesse ser feito, pelo menos em termos do conhecimento

dos dados concretos relativos a essa empresa. Não teriam que ser milimetricamente descritos, para o BE bastava que fosse ao quilómetro. -----

----- Seguidamente, disse que o Sr. Presidente da Câmara concentrara a sua apresentação dos documentos naqueles que eram os aspectos de bandeira do Orçamento. Era compreensível que o fizesse, mas, quanto a si, um debate sério sobre o Orçamento exigia que tivessem uma perspectiva um pouco mais global e falassem, também, de outros aspectos do Orçamento que, no contexto que o País vivia, eram de particular importância. -----

----- Por outro lado, pensava que deveriam restringir o debate sobre o Orçamento àquilo que efectivamente hoje ali estava em debate. O BE considerava que foi uma vitória extraordinária, não apenas para o BE enquanto força política, mas para a Cidade de Lisboa, que tivessem sido integrados os 800 trabalhadores precários que estavam ao serviço da Câmara. Foi importantíssimo, foi um exemplo, mas não era isso que estavam ali a discutir hoje. Essa era uma decisão que já vinha do passado e que tinha agora apenas a sua expressão no documento do Orçamento. Portanto, não valia a pena cantar, a propósito deste Orçamento, vitórias que já foram conseguidas há bastante tempo. -----

----- Falara-se também da questão da reabilitação, matéria que tem sido sempre muito cara ao BE, pelo que, sobre isso, desejava dizer algumas coisas. -----

----- Em primeiro lugar, que para o BE a questão da reabilitação foi sempre entendida como um sinónimo do problema da reabilitação, ou seja, que era um instrumento para trazer gente, particularmente jovens e pessoas da classe média e classe baixa, para o centro da cidade. Reabitar a cidade como eixo estruturante de todas as políticas urbanas para Lisboa e para a própria Área Metropolitana. E não lhes parecia que o aumento de verbas para a reabilitação, que o BE considerava em si positivo, fosse acompanhado das melhores escolhas, das melhores prioridades e dos melhores processos, nomeadamente no que dizia respeito à habitação. -----

----- Desde logo, a questão, que era um compromisso do PS, dos 25% de arrendamento a custos controlados, mas, sobre isso, não foi dita uma palavra na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, e conviria que fosse porque se ainda não estava consagrada no PDM a adjudicação de 25% do novos loteamentos para arrendamento ou para venda a custos controlados, isso também não estava proibido no actual PDM, pelo que nada impedia que o PS começasse já hoje a cumprir aquilo que era um seu compromisso e que tem dito ser a sua vontade do ponto de vista das políticas de habitação na Cidade de Lisboa. -----

----- Por exemplo, o Vereador Manuel Salgado tinha neste momento, só na zona da Baixa-Chiado, 42 projectos aos quais podia impor essa condição, porque nada, no actual PDM, o impedia de o fazer! -----

----- Portanto, num momento em que a Câmara tanto falava sobre reabilitação, sobre políticas de habitação e sobre o repovoamento da cidade, gostariam que o Sr. Presidente ali dissesse o que tencionava fazer, a esse nível, e se o compromisso que assumira, aquando das últimas eleições e aquando do acordo que celebrara com o BE, era um compromisso para atirar para outros mandatos. -----

----- Uma outra questão relacionada com a política de habitação tinha a ver com uma parte da política de receitas extraordinárias que constava do Orçamento, que era a alienação de património, e muito particularmente dos 200 fogos para habitação que estavam compreendidos no Plano de Alienação de Património que a Câmara Municipal apresentara. -----

----- Consideravam positivo que esse plano tivesse sido apresentado, mas não concordavam com ele. Não entendiam que as despesas do ano eleitoral devessem ser pagas à custa do património da Câmara, que deveria ser gerido com mais alguma responsabilidade, e, sobretudo, não consideravam que os fogos da Câmara para habitação devessem ser alienados. Pelo contrário, como há muito vinham defendendo, entendiam que eles deveriam constituir uma bolsa de arrendamento que permitisse à Câmara Municipal intervir no mercado de habitação e contrariar os efeitos nocivos da especulação existente no mercado imobiliário. -----

----- De facto, a alienação do património imobiliário da Câmara deixava-a de mãos atadas para combater o problema da especulação, que, ainda por cima, era um problema particularmente grave num contexto de crise imobiliária e de crise económica. -----

----- Ainda no domínio da habitação, disse que uma terceira questão tinha a ver com a habitação social e a absoluta inexistência de qualquer tipo de intervenção ao nível dessa área tão sensível, e tão particularmente sensível ao nível da actual conjuntura. O Plano Especial de Realojamento estava de facto contemplado no Orçamento com uma redução de verbas, mas a virtual totalidade dessas verbas destinavam-se a demolições. Portanto, nem sequer fazia sentido, nesse contexto, falar de uma política de realojamento, e, a manter-se essa rubrica nos termos em que ela existia, o que propunham era que se mudasse a rubrica e em vez de Plano Especial de Realojamento passassem a falar de “plano especial de desalojamento”. -----

----- Um eixo em que, segundo disse, o recuo era particularmente gritante, era o eixo das políticas sociais. Também aí a Câmara parecia não estar a par daquilo que era a evolução real já hoje, e esperada no contexto económico com que se confrontavam, do ponto de vista das consequências sociais da crise económica. Todas as rubricas fundamentais da intervenção social eram diminuídas, e muito em particular aquelas que diziam respeito ao auxílio aos mais desprotegidos. Era incompreensível no actual contexto, era incompreensível num Executivo que afirmava ter uma política de esquerda para a cidade, era incompreensível do ponto de vista das escolhas que este Orçamento teria que fazer. -----

----- Outro eixo em que também parecia não haver preocupação do Executivo com a actual conjuntura, tinha a ver com a questão do desenvolvimento económico, já que essa rubrica era praticamente monopolizada pela verba das transferências para a Associação de Turismo de Lisboa. O Sr. Presidente da Câmara já referira, sobre a Associação de Turismo de Lisboa: “eu não percebo muito bem o que é que aquilo faz”. -----

----- O BE também não percebia muito bem por que era que se davam três milhões de euros a uma entidade que não se percebia muito bem o que fazia, e, por isso,

pensavam que, pelo menos até que se percebesse um bocadinho melhor, que esses três milhões poderiam ser bem melhor gastos noutras actividades. -----

----- Por exemplo no objectivo de desenvolvimento económico, o Executivo previa uma verba menor para o apoio ao comércio, uma prioridade extremamente importante no momento de retracção do consumo como era o momento actual, que aquela que estava prevista para o Pax-Raly. -----

----- A propósito, disse que, nessa coisa dos ralis, já perceberam que certamente haveria dentro do Executivo um aficionado, um fanático das derrapagens desportivas orçamentais e ambientais, mas era um pouco difícil de explicar, no contexto de dificuldades que certamente o comércio local e os pequenos comerciantes da Cidade de Lisboa iriam enfrentar, que essa prioridade fosse menos valiosa do que esse evento desportivo de dimensões incomparáveis. -----

----- Sobre a questão do Orçamento Participativo, disse que era escusado dizer o que o BE tinha lutado, neste e noutros municípios, pela implementação do Orçamento Participativo. Era uma batalha de longa data do BE, e os avanços que se fizeram nos últimos dois anos foram significativos e deveriam ser assinalados. -----

----- Entendiam que estava muito por fazer sobre o Orçamento Participativo, e isso não justificava de forma alguma o discurso que ali foi feito, tanto pelo Presidente da Câmara como pela Deputada Municipal Marta Rebelo. Era muito positivo que tivesse havido uma verba deste Orçamento consignada à participação dos cidadãos, mas BE pensava que as modalidades de participação dos cidadãos teriam que ser mais diversificadas e, sobretudo, mais democráticas. -----

----- Pensavam que a participação, através da Internet, deveria ser um meio complementar de intervenção dos cidadãos no processo do Orçamento Participativo, mas não deveria ser o centro da sua intervenção pelo simples facto de que isso fazia com que o processo do Orçamento Participativo não fosse representativo do conjunto da população da Cidade de Lisboa, que, numa grande parte, não tinha acesso a esse tipo de instrumentos, fosse do ponto de vista técnico, fosse do ponto de vista de qualificações e habituação para trabalhar com eles. -----

----- Ainda no domínio das prioridades do Executivo, disse que desejavam perceber um pouco melhor uma rubrica que permanecia no Orçamento, e que tinha a ver com a rede de bicicletas de uso partilhado. -----

----- Para atalhar qualquer discussão teórica sobre esse assunto, desde já esclarecia que o BE era favorável à existência de uma rede de bicicletas de uso partilhado na Cidade de Lisboa, portanto que não se fizesse a discussão em torno desse tema. Mas, tanto quanto sabiam, foi aprovada, na sequência do chumbo da proposta pela Assembleia Municipal, uma proposta pela Câmara Municipal que não acarretaria encargos financeiros para a Câmara. Aliás, esse mesmo compromisso foi ali reiterado pelo Sr. Vereador Marcos Perestrello, responsável pelo Pelouro da Mobilidade. -----

----- Ora, se era assim, por que era que existia uma rubrica no Orçamento que previa cinco milhões de euros para essa iniciativa? Gostariam de ter uma resposta clara sobre esse assunto. -----

----- Disse, ainda, que não queria terminar sem dizer que existiam no Orçamento aspectos positivos, existiam coisas pelas quais o BE tinha batalhado desde que existia enquanto força política, no plano das políticas locais, designadamente a rede de ciclovias, a consagração da integração dos trabalhadores precários, as medidas de investimento na educação. Portanto, medidas que, efectivamente, consideravam positivas. -----

----- No entanto, porque não tinham o objectivo de cingir a análise do Orçamento aos pontos que o Dr. António Costa optara por colocar ali a debate, pensavam que o Orçamento deveria ser analisado no seu conjunto, no conjunto dos seus instrumentos e no conjunto das suas previsões, não o podiam encarar como a concretização, não só de uma política de esquerda para a Cidade de Lisboa, mas da própria política que o PS se comprometera nas eleições e no acordo que, mais tarde, viera a celebrar para concretizar em Lisboa. -----

----- Portanto, com a mesma coerência com que acompanharam o PS, mesmo com algumas divergências, na aprovação do Orçamento de 2008, iriam votar contra o Orçamento de 2009. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que a Câmara Municipal de Lisboa tinha como objectivo servir os munícipes do concelho, que no caso coincidia com a Cidade de Lisboa, capital de Portugal. -----

----- Afirmação óbvia, diriam alguns, porventura muitos, entre os presentes. Mas se insistia nesta afirmação óbvia era porque desde há muitos anos os sucessivos governos da cidade têm esquecido o objectivo fundamental, diria mesmo único, que deveria presidir à actividade da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Esses sucessivos governos criaram uma estrutura baseada em meios humanos e materiais desajustados, e numa gestão desses meios frequentemente incompetente e irresponsável. -----

----- Esses sucessivos governos criaram uma estrutura ineficiente e ineficaz, como de aplicação de locais ocupados por serviços, muitas vezes criados para servir interesses, por vezes meramente partidários ou corporativos. -----

----- Esses sucessivos governos partidarizaram, descaradamente, a estrutura da Câmara Municipal de Lisboa, desde as chefias ao Quadro de Pessoal. -----

----- Esses sucessivos governos compactuaram com práticas imorais, injustas e lesivas dos interesses dos lisboetas, como sejam as famosas horas extraordinárias inexistentes mas pagas, ou o desvario no uso de viaturas da Câmara. E esses sucessivos governos foram, durante doze anos, liderados pelo PS com a companhia cúmplice do PCP. -----

----- Era essa estrutura, essa cultura de funcionamento que a Câmara Municipal de Lisboa devia a essa coligação PS/PCP, e era por isso que o CDS-PP se sentira no direito de exigir, desde a primeira hora, ao PS e ao Dr. António Costa, medidas claras para mudar de vida. -----

----- E mudar de vida exigia coragem e afrontar gente instalada, afrontar a rede de favores e cumplicidades, a irresponsabilidade que essa rede propiciava e protegia. -----

----- Exigia capacidade de mobilizar os trabalhadores, responsabilizar as chefias, penalizar quem, declaradamente, não quisesse mudar de vida. -----

----- Exigia demonstrar a muitos trabalhadores e chefias, de que a reconversão das suas funções não tinha que ser uma ameaça mas uma oportunidade. -----

----- Exigia saber negociar com os sindicatos, ordens profissionais e outras estruturas representativas dos trabalhadores e das forças vivas da cidade. -----

----- Exigia racionalizar o uso dos meios materiais, a começar pelas instalações camarárias, cuja dispersão e inadequação às funções era geradora de custos e ineficiências que urgia eliminar, instalações essas que muitas vezes foram adquiridas, alugadas ou ocupadas por razões que nada tinham a ver com os interesses da cidade, mas apenas com interesses corporativos e/ou particulares. -----

----- Exigia criar e aproveitar as redes de serviços sociais, culturais, desportivos e outras, para aumentar a capacidade de intervenção da Câmara, com custos marginais reduzidos. -----

----- Exigia, em suma, capacidade de gestão e preocupação com o bom uso dos recursos que os munícipes pagavam e que a eles e a mais ninguém pertenciam. -----

----- Ora, nada disso transparecia nas propostas de Plano de Actividades e de Orçamento para 2009. As despesas correntes subiam mesmo, face à execução de 2007, para cima de 80 milhões de euros, e se comparassem com o Orçamento de 2008 veriam que o aumento era de perto de 60 milhões, sem que isso tivesse um impacto evidente no aumento de actividade da Câmara naquilo que era essencial aos munícipes. -----

----- E isso acontecia porquê? Porque, de facto, a Câmara precisava de gastar mais dinheiro porque não o economizara na reestruturação que deveria ter feito, que fizera numa pequena parcela mas que não fizera no essencial, naquilo que efectivamente poderia fazer a diferença e poderia tornar a Câmara Municipal de Lisboa num exemplo para a gestão autárquica do País. -----

----- Mas nada nas propostas de actividade da Câmara apontava para a vontade de empreender essa mudança essencial. Ela poderia não ter sido feita este ano, poderia ter sido iniciada, mas deveria continuar no próximo ano. Só que nada aparecia nos documentos em apreciação, que efectivamente os fizesse crer que isso era uma actividade do Executivo. -----

----- E essa mudança era essencial. -----

----- Essencial porque ao contrário do que PCP e o Presidente António Costa sempre afirmavam, o problema do desequilíbrio financeiro da Câmara Municipal de Lisboa era, em primeiro lugar, estrutural. -----

----- Essencial porque só assim libertaria os meios para os investimentos necessários e para os serviços regulares que a qualidade de vida dos lisboetas exigia. -----

----- Essencial porque só com ela se criaria a nova cultura de servir, que tão necessária era e tão arredada tem estado da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Não havia um estudo sequer sobre a reorganização e reinstalação dos serviços, sobre a alienação e libertação dos espaços actualmente pela Câmara. -----

----- Não havia, uma linha que fosse, sobre projectos de reconversão e formação dos trabalhadores, visando melhor adaptar o Quadro de Pessoal às actuais necessidades dos munícipes. -----

----- Recordou que já no ano passado, que se vissem as actas respectivas, o CDS-PP centrara a sua intervenção nessa prioridade. Face às reduções de custos orçamentadas para 2008, o CDS-PP dera o benefício da dúvida ao Executivo do PS, mas foi avisando que estariam atentos à realidade, a qual, temiam nessa altura, viria a ser bem mais negra que o cenário idílico apresentado à data. E, para mal de Lisboa assim foi, porquanto não se fizera o fundamental das reformas, ainda que alguma contenção tivesse sido alcançada, mérito fosse dado ao Executivo por isso. -----

----- Dessa forma, o Orçamento para 2009 voltava quase ao ponto de partida, ou seja, aos gastos de 2007, que, aliás, ultrapassava. E não valia dizer que estavam orçamentadas esta ou aquela acção, projecto ou estudo e que, como tal, não tinham razão, porque o detalhe dos objectivos e acções principais apresentadas nas Grandes Opções do Plano, era, para não dizer mais, ridículo. Não podiam adivinhar o que o Sr. Presidente imaginava para a cidade. -----

----- Aliás, se a reorganização que preconizavam fosse tida por importante, ela estaria em realce nas poucas letras com que o Executivo os contemplara nos documentos em debate. -----

----- Assim, concluíam a esse respeito, que o Executivo do PS não considerava necessária essa medida que o CDS-PP tinha por essencial, pelo que se comprometera a réstia de confiança que tinham nele. Não era esse o caminho que servia Lisboa, pelo que o CDS-PP se sentia na obrigação de votar contra os documentos em apreciação. --

----- **O Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que este ano a Câmara promovera, finalmente, pela primeira vez, uma auscultação pública tendente à preparação de um Orçamento Participativo, que, para 2009, foi fixado em cinco milhões de euros. A medida só não era original em Lisboa porque, por exemplo, a Junta de Carnide, desde há alguns anos, a vinha promovendo com sucesso. -----

----- Depois o Executivo dizia que determinara nas Grandes Opções Plano três áreas prioritárias – as escolas, o espaço público e a reabilitação urbana – mas não só descapitalizara outras áreas, como não eram garantidas as receitas que dizia esperar. --

----- Isto porque o total das receitas previstas no Orçamento era de 530 milhões de euros: 27 milhões vinham de rendimentos de propriedade, 74 milhões de transferências correntes, outros 74 milhões da Administração Central e 55 milhões da venda de bens e serviços. As rendas rentabilizavam 10 milhões de euros e as transferências de capital 20 milhões, e a Câmara previa arrecadar 60 milhões de euros em taxas e multas. E previa ainda arrecadar uma outra percentagem com base na venda patrimonial, o que estava longe de ser tomado como garantido. -----

----- Depois, para o total das despesas o Orçamento previa atingir os 643 milhões de euros. A Câmara estimava gastar cerca de 501 milhões em despesas correntes, das quais 179 milhões respeitavam a remunerações, 32 milhões a abonos, 44 milhões à Segurança Social, 23 milhões à aquisição de bens, 110 milhões à aquisição de serviços, e 94 milhões em investimentos. -----

----- Porém, duvidavam que a Câmara conseguisse eficazmente gerir este Orçamento, se o saldo entre as despesas e as receitas se apresentasse negativo. -----

----- Sendo a EDP um dos seus maiores credores, por que não apostava a Câmara investir rapidamente em medidas de eficiência energética, como “Os Verdes” há muito vinham aconselhando? -----

----- Outra das dívidas consideradas era com a Portugal Telecom, e questionava porque não reduzir o número de comunicações ou mesmo introduzir, definitivamente, os sistemas *wireless* nos espaços públicos e para o funcionamento dos serviços externos da Câmara, como também “Os Verdes” já sugeriram na Assembleia Municipal? -----

----- Por que não, ainda, uma redução drástica nas viaturas de serviço, designadamente das chefias, com poupanças óbvias nos gastos em combustível? E porque não, também, o recurso a combustíveis verdes, menos poluentes? -----

----- Seguidamente, disse que o Sr. Presidente da Câmara, em resposta a um recente parecer negativo do Tribunal de Contas, referira que não necessitava refazer o Plano de Saneamento Financeiro, pois dos 360 milhões de euros em dívida a Câmara teria já pago metade, e dos restantes 180 milhões, 110 milhões teriam, entretanto, sido alvo de negociação com os credores, 20 milhões continuariam a ser negociados pelo Executivo e os restantes 50 milhões iriam entrar em regime de contencioso, por as despesas não poderem ser pagas devido a terem sido irregularmente constituídas. -----

----- Mas o que o Executivo ainda não esclarecera devidamente foi ao abrigo de que capítulo ou revisão orçamental teria sido liquidada a primeira metade dos 360 milhões. Continuava, assim, por explicar o pagamento dos 180 milhões de euros da dívida, embora se soubesse que apenas 25 milhões de euros saíram para esse fim do Orçamento de 2008. -----

----- Em relação ao empréstimo, em negociação corrente com o Banco Europeu de Investimentos, destinado à reabilitação urbana, inserido neste Orçamento de 2009, disse que “Os Verdes” gostariam que fosse esclarecido como seria efectuado o pagamento desse empréstimo? Em quantos anos, com que juros e em que condições? -----

----- Por outro lado, tinham também dificuldade em encontrar o investimento nos documentos em debate. Falava-se de novo na venda de património, o tal que, indo os anéis, a seguir, qualquer dia, também iriam os próprios dedos. -----

----- Disse que o Executivo previa um aumento de 46,4 milhões de euros face ao previsto no Orçamento de 2008. Em 2008, a previsão foi de 45,4 milhões de euros, em Outubro de 2008 estavam apenas cobrados cerca de 7 milhões de euros, e passavam para 91,7 milhões de euros em 2009. -----

----- Ora, o grande aumento em 2009 advinha, sobretudo, da venda de terrenos cuja previsão de receita era de cerca de 71 milhões de euros, quando, em 2008, fora de 29 milhões e dos quais apenas 2,7 milhões se encontravam executados em Outubro de 2008. -----

----- As previsões de vendas propostas pareciam-lhes, assim, irrealistas, apesar de apresentarem cerca de 46% das receitas próprias previstas para financiar o Plano de Actividades. Mas os terrenos e edifícios que se pretendiam vender não só colocavam problemas de sustentabilidade, como, também, de opções de financiamento. -----

----- Referiu que “Os Verdes” estavam claramente contra essa periódica e sistemática alienação de património. Os terrenos em questão eram importantes, quer no âmbito de uma futura política de urbanismo, ainda não definida – e qual será nele o papel da EPUL, agora que estava para mudar de administração – quer, por outro lado, tendo em conta a crise instalada. Portanto, não lhes parecia uma boa ocasião para venda de terrenos. -----

----- E também eram contra o aumento da carga fiscal em sede de IMI. A receita cobrada nos últimos quatro anos tinha vindo a subir consecutivamente. Em 2007 foram arrecadados cerca de 80,5 milhões de euros, e até Outubro de 2008 já tinham sido arrecadados cerca de 89 milhões com esse imposto. A previsão de receitas para 2008 era de 82 milhões de euros, propondo-se agora mais um aumento para 88 milhões nesse imposto, que seria certamente ultrapassada ao longo de 2009. -----

----- Mas, em alternativa à constante penalização dos orçamentos familiares dos lisboetas, porque não apostava o Município na cobrança de IMI aos edifícios do Estado sedeados na capital!? -----

----- É que, até hoje, não se conhecia qualquer diligência por parte do Executivo junto da Assembleia da República, no sentido de viabilizar a cobrança de IMI aos edifícios do Estado, sendo esta uma antiga aspiração da Assembleia Municipal de Lisboa. Iniciativa que, aliás, o Grupo Parlamentar do PEV já apresentara na própria Assembleia da República. -----

----- De uma coisa estavam certos, da análise destes documentos sobressaíam as infinitas formas de financiamento e uma proposta de Plano de Actividades que parecia servir, sobretudo, para mostrar projectos e ideias tendentes, talvez, à campanha eleitoral que se avizinhava, como esses impostos continuariam, sem dúvida, a serem pagos pelos cidadãos, voltando o “ciclo da cidade” uma vez mais a ser adiado. -----

----- Disse que este Orçamento não era propriamente, como afirmara o Sr. Presidente, um Orçamento de rigor nem de contenção, como se vinha tentando fazer crer. A Câmara tem manipulado os números, comparando o Orçamento de 2009, ora com o Orçamento inicial, ora com o final de 2008, de acordo com as conveniências, distorcendo assim os resultados e transformando as Grandes Opções do Plano num folheto eleitoral, ao afirmar que, executando com rigor, reduzira a despesa em 253,5 milhões de euros, menos 31,7%, e teria gerado uma poupança estrutural de 170 milhões de euros. -----

----- Mas tal redução não era de todo verdade que tivesse sido alcançada por mérito próprio, porque os 253 milhões representavam apenas a diferença entre o Orçamento inicial da anterior gestão Carmona, que era de 800 milhões, e o Orçamento final executado, que só atingira 547 milhões. -----

----- Portanto, era claramente eleitoralista porque aumentava a dotação do Plano de Actividades em 36%, mas investia, fundamentalmente, em projectos de grande visibilidade e de concretização rápida, a fim de preparar a cidade para as eleições. ----

----- Aumentava em 92% as dotações para o espaço público e em 73% para os espaços verdes procurando ocultar a inércia verificada este último ano, mas, em contrapartida, penalizava os lisboetas ao reduzir as dotações para a intervenção social e o desporto,

para a protecção ambiental – menos cerca de 340% – no parque edificado ou na prevenção rodoviária. -----

----- Disse, ainda, que existia uma dificuldade suplementar, que era o facto de não se conseguir estabelecer uma correcta ligação entre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, talvez por aquelas serem oriundas dos planos de actividade definidos pelos diversos Departamentos camarários, e este ter já por objectivo a campanha eleitoral em que a cidade ia entrar. -----

----- Por isso, o que “Os Verdes” recomendariam era, apenas, mais execução, mais investimento, e menos campanha e acções que, afinal, o Executivo projectava para um momento futuro, fosse ele 2010, 2011 ou 2012. E sabia-se lá quem estaria nessa altura na cadeira da Praça do Município. Em suma, estas Grandes Opções do Plano não passavam de um plano, um projecto, ou melhor, um programa político. -----

----- Concluiu dizendo que, por essas razões, “Os Verdes” não estavam de acordo com os documentos apresentados, pelo que iriam votar contra em ambas as propostas. -----

----- **O Deputado Municipal Vasco Valdez (PSD)**, no uso da palavra, disse que ia começar a sua intervenção, a propósito do Orçamento da Câmara para 2009, por, uma vez mais, lamentar o facto de ainda não ter sido desta que a apresentação do Orçamento fosse minimamente consistente no sentido de apresentar um conjunto de quadros e de justificações dos números apresentados, e não se limitasse a ser um depósito de números sem explicação. -----

----- Foi, assim, uma tarefa ingrata porque, na realidade, ao longo dos últimos quatro anos continuaram a ter o mesmo modelo de apresentação que era manifestamente insuficiente. Aliás, disso dava conta o Parecer da Comissão de Finanças, porque, de facto, era um elemento de estudo e de enriquecimento para a análise que os Deputados Municipais pudessem fazer, mas que continuava a ser omitido, sendo certo que isso poderia permitir um esclarecimento aprofundado, fosse da evolução da despesa e das justificações que o Executivo apresentava para os valores que dava, fosse do lado da receita. Até porque algumas das críticas que ali se pudessem fazer poderiam ser eventualmente inconsistentes. -----

----- Era certo que o Sr. Vereador responsável pelo Pelouro das Finanças se disponibilizara para ir à Comissão de Finanças, e nesse aspecto foi altamente prestável e produtiva a reunião em que tivera oportunidade de participar porque o Sr. Vereador prestara todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados, mas era um grupo relativamente restrito de pessoas e, portanto, uma vez mais esta chamada de atenção que gostaria de formalizar e verbalizar. -----

----- Disse, depois, que desejava centrar a sua atenção em torno do Orçamento, embora não especificamente nele. O Sr. Presidente da Câmara, há pouco, na sua intervenção, e aliás já foi ressaltado por diversos oradores que o antecederam, falara dos pagamentos efectuados ao longo do seu ano e meio de mandato, designadamente dos famosos 180 milhões de euros. -----

----- E, sobre isso, começaria por referir que previamente à discussão deste Orçamento tinham ali uma questão de alguma opacidade e alguma falta de transparência em relação a todas as questões relativas ao saneamento financeiro. De facto, começaram

por ter um Plano de Saneamento Financeiro que apontava para uma necessidade de financiamento na ordem dos 500 milhões de euros, depois, como era sabido, na Assembleia o valor viera a ser fixado em 360 milhões, entretanto, aparentemente, já nem os 360 milhões se tornariam necessários visto que 180 milhões teriam sido pagos, dos outros 180 milhões 110 milhões teriam sido consolidados e faltariam 70 milhões que eram insusceptíveis de serem regularizados. -----

----- Perguntava, portanto, em que ficavam! Qual era realmente a dívida que o Executivo herdara e à qual respondera? Era bom que se dissesse, independentemente das vicissitudes do empréstimo pedido pela autarquia e não visado pelo Tribunal de Contas, por duas vezes. E também, a esse propósito, desejava dizer à Sra. Deputada Municipal Marta Rebelo que na realidade o PSD procurara viabilizar esse pedido de empréstimo, mas não discutira, nem tinha que discutir, se a forma utilizada era a correcta e se o procedimento utilizado era o mais competente, porque essa era uma opção que caberia à autarquia fazer. Portanto, o PSD viabilizara, em termos de responsabilidade, esse pedido de empréstimo, mas não se solidarizaram, como foi dito, e daí a razão de ser da abstenção que então tiveram. -----

----- Isto para dizer que, na realidade, havia ali uma cortina espessa de nevoeiro que não os deixava perceber, com clareza, quanto era que realmente já havia sido abatido às dívidas enormíssimas que, segundo dizia o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador, este Executivo herdara do passado. Uma coisa desde já podia garantir, é que esses tão propalados 180 milhões de euros podiam ser pagamentos a determinadas empresas ou a determinadas pessoas singulares, mas isso não significava que essa dívida não continuasse a existir na esfera da Câmara. -----

----- Ou seja, deixara de ser do A, B e C para passar a ser a D, E e F. Era preciso dizer com clareza que isso tinha sido assim, porque, senão, teria sido, como disse o seu colega, o “Milagre das Rosas”. De facto, numa Câmara que não tinha gerado saldos orçamentais relevantes, só descobrindo “petróleo no Beato” se conseguiria, subitamente, pagar 180 milhões de euros de uma assentada. No fundo, foi pagar a determinados credores mas deixando a descoberto outros. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara ainda há pouco referira que o passivo, afinal de contas, foi reduzido em 56 milhões de euros. -----

----- Portanto, era preciso falar com muita clareza para que não subsistissem quaisquer dúvidas no domínio das políticas financeiras e de regularização do passado. Senão, com o devido respeito, seria uma mistificação grosseira a apresentação destes números. Porque pagamentos sempre se iam fazendo, o Sr. Presidente até podia dizer que ao longo do ano e meio de mandato já pagara 350 milhões ou 500 milhões de euros, até talvez mais, não fazia ideia. -----

----- Referindo-se concretamente ao Orçamento, disse que o seu colega, Deputado Municipal Saldanha Serra, já se pronunciara sobre os aspectos essenciais do mesmo. Todavia desejava salientar que não lhe parecia que os méritos da autarquia para o Orçamento de 2009 fossem, infelizmente, de enaltecer. É que não o eram, de facto! ---

----- E não eram porque, em boa medida, o acréscimo da receita e consequentemente da despesa em cerca de 100 milhões de euros, de 2008 para 2009, resultavam ou de

factores externos à própria autarquia, ou, eventualmente, a seu ver certamente, de um voluntarismo excessivo, da parte da autarquia, no cálculo das receitas com a venda de património. -----

----- E começaria pela receita salientando, como já foi dito por outros oradores, que na realidade tinham algum aumento das receitas fiscais, decorrente do crescimento da receita do IMI, e provavelmente aí aceitava que a receita viesse a ficar acima daquilo que era a sua inscrição orçamental para 2009, 88 milhões de euros, visto que a execução de 2008, até Novembro, apontava para um valor próximo dos 100 milhões de euros, e como havia aí um crescendo todos os anos era provável que a Câmara viesse a ter mais receita do que os 88 milhões de euros. Aí estava de acordo, era uma questão do POCAL, tinha a ver com os anos anteriores e com a fórmula como se calculava a receita. -----

----- Porém, já lhe parecia voluntarista a forma como a Câmara calculava as receitas do IMT. Para 2009 apontava um valor de 110 milhões de euros, mas não podiam esquecer que, provavelmente, 2009 seria o ano em que a crise financeira se faria sentir com maior intensidade e estranho seria que, infelizmente, a mesma também não incidisse fortemente no sector do imobiliário. E incidindo aí fortemente as receitas do IMT ficariam aquém dos 110 milhões de euros. -----

----- Por outro lado, aí parecia um dado absolutamente seguro e pacífico, a receita prevista da derrama era de 90 milhões de euros, até Novembro de 2008 estavam cobrados 78,5 milhões, mas era evidente que com a quebra significativa dos resultados das empresas este ano, a derrama a cobrar, no próximo ano, seria significativamente bastante menor que o valor que estava apresentado. -----

----- Portanto, na receita fiscal, provavelmente teriam aí também algum voluntarismo da parte da Câmara, porque se a receita do IMI, nos termos do POCAL, não era susceptível da fixação de um valor diferente, já em relação do IMT e da derrama os valores poderiam ter sido calculados de uma forma mais conservadora, como, aliás, foi, por exemplo, a taxa da realização de infra-estruturas urbanísticas. -----

----- Disse que uma vez mais, este aumento da receita para 2009, que permitia o incremento das despesas de investimento, assentava na venda de terrenos e edifícios com um valor de cerca de 85 milhões de euros, que comparava, era bom que se dissesse, com uma execução orçamental, a Novembro de 2008, de 7 milhões de euros. Portanto, significava que a Câmara estava a prever um crescimento avassalador da receita da venda de terrenos e edifícios. -----

----- E uma vez mais, segundo pensava, o fazia num contexto de crise económica. Era certo que o Sr. Vereador, em Comissão, explicara que num conjunto de bens, em determinados palácios, já estava feito o processo de avaliação desses mesmos bens, portanto administrativamente o processo estava razoavelmente avançado. Ponto era, todavia, que houvesse compradores interessados ao longo de 2009 para concretizar esse mesmo negócio. Aí era mais duvidoso e porventura teria sido prudente que a autarquia, num contexto de crise, apresentasse também aí um orçamento realista. Aliás, no fundo, adoptara, em relação a essa matéria, um pouco o paralelismo com o

Governo que só depois do Orçamento estar encerrado é que foi rever os números das suas previsões económicas para 2009. -----

----- Portanto, havia ali um acréscimo significativo de receita que justificaria uma execução do lado da despesa, que depois não tinha contrapartida e podia, aliás, contribuir para o agravamento da situação financeira da autarquia se não fosse devidamente monitorizado. -----

----- Por outro lado, dessas receitas, a única, pensava falar com certeza mas o Sr. Vereador confirmaria ou infirmaria, era a receita amavelmente cedida pelo Governo para pagamento da cedência dos terrenos para a construção do Hospital de Todos os Santos. Uma amabilidade que nunca ocorrera entre a autarquia de Lisboa e o Governo, quando as situações se passavam com governos de cores diferentes, mas que esta Câmara teve o mérito de conseguir, vá-se lá saber porquê, da parte do Governo um “valorzito” de 12 milhões de euros pela venda desses terrenos. -----

----- Por isso, era seu entendimento que no domínio das receitas patrimoniais havia, obviamente, uma significativa falta de prudência e porventura um excesso de voluntarismo que penalizaria o investimento da autarquia ao longo de 2009, ou, em contrapartida, permitiria efectuar despesa sem que houvesse uma contrapartida efectiva de receita. -----

----- Seguidamente, disse que para o milagre dos 100 milhões de euros que o Orçamento para 2009 apresentava comparativamente com o de 2008, aparecia-lhes o acréscimo de receita proveniente da participação do Casino, num valor próximo dos 20 milhões de euros, e, portanto, como há pouco dizia os méritos da autarquia não eram muitos. O único mérito que tinha era ter conseguido que o Governo do PS tivesse feito com a autarquia PS aquilo que nunca fizera com a autarquia PSD. Ou seja pagar efectivamente as verbas do Casino que eram uma receita da autarquia, mas que nunca foi paga no passado. Inscreveram-na este ano, já não era mau, mas, de facto, não era propriamente um mérito da gestão camarária do Dr. António Costa ou dos Senhores Vereadores, mas era uma gestão política para afectar essa verba a um ano politicamente adequado. -----

----- Portanto, do lado da receita tinham um empolamento, em termos simpáticos, na ordem dos 50 ou 60 milhões de euros, senão mais. Mas no final do exercício ali estariam para ver quem tinha razão, se era a autarquia ou o PSD. -----

----- Passando à despesa, disse que lhe apareciam ali aumentos significativos, mas que eram, por um lado, aumentos significativos da despesa de capital, com as fortes dúvidas que acabara de expressar face aos valores da receita enunciados, mas também um aumento significativo das despesas correntes, da ordem dos 15,7%. -----

----- E destas, o que achava mais significativo tinha a ver com o acréscimo de algumas “rubricas símbolo” que foram apresentadas aquando do Orçamento da Câmara para 2008, nomeadamente as despesas com combustíveis, que cresciam 71%, as despesas com horas extraordinárias, que cresciam 138%. Ou seja, eram despesas que era suposto serem um paradigma da redução e da prova que na realidade a autarquia estava fortemente empenhada numa diminuição das despesas correntes moralizadoras, mas que, na realidade, agora se vinha a verificar que não era bem assim. -----

----- A comparação do Orçamento inicial com o Orçamento do ano seguinte, apresentava esses valores disfuncionais com aumentos absolutamente brutais, o que no caso dos combustíveis nem sequer se percebia porque, se os árabes e os produtores assim quisessem e o mercado também, tenderiam a descer. Portanto parecia que o impacto na Câmara Municipal de Lisboa andava às avessas, mas, segundo o Sr. Vereador Ihes disse em Comissão, já não seria assim se comparassem com a execução orçamental, o que Ihes fazia lembrar a intervenção do Deputado Municipal Saldanha Serra, quando, a propósito destas inscrições, nomeadamente das horas extraordinárias, questionara, e muito bem, se porventura não teria havido voluntarismo a mais no corte das horas extraordinárias, que afinal não foi possível executar e cumprir. -----

----- Referiu que estava a falar destas despesas por serem muito propaladas em termos de contenção da despesa, mas que, afinal de contas, acabavam por se esboroar. -----

----- Disse, ainda, que a Câmara lá saberia se se sentia ou não confortável com este Orçamento. Ela apresentara um Orçamento com um crescimento de 100 milhões de euros na receita e na despesa, portanto um crescimento na ordem dos 17,8%, mas parecia ser ela própria a primeira a desconfiar dos números, porque, na realidade, não fazia muito sentido que estivessem a propor um aumento de 17,8% da receita e da despesa e ao mesmo tempo darem uma migalhinha de 0,2% às freguesias. -----

----- E uma de duas: ou a Câmara sabia que 17,8% era um ficção e na realidade o Orçamento não iria crescer nem mais nem menos que 0,2%, e então estava certa a taxa de crescimento para as freguesias, ou então a Câmara, politicamente, entendia que como a maioria das freguesias eram do PSD, e como bem dissera o Deputado Municipal Saldanha Serra seriam penalizadas para que não brilhassem pelo trabalho que tinham vindo a desenvolver, a Câmara não queria transferir as verbas adequadas, justas e proporcionalmente correctas, limitando-se a transferir 0,2%. -----

----- Esta, disse a concluir, era a marca política de uma injustiça flagrante deste Orçamento, que evidentemente teria que ser ponderada à luz destes e de outros interesses na opção que o PSD iria fazer no que tocava à votação dos documentos. ----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que ouviram o PSD, há pouco, dentro do uso legítimo da palavra que a democracia e o pluralismo político conferia, referir ali muitas vezes a palavra rigor em relação a este Orçamento municipal. -----

----- Naturalmente o PSD podia falar de tudo, mas não tinha nenhuma autoridade para falar em rigor, porque ausência de rigor foi justamente aquilo que caracterizara a gestão do PSD nos seis anos que estivera à frente da Câmara Municipal de Lisboa, e também, muitas vezes, ausência de rigor político foi o seu comportamento na Assembleia Municipal ao longo desses seis anos. -----

----- Foi a ausência de rigor que permitira a escalada da dívida da Câmara Municipal de Lisboa. Essa era uma marca da gestão do PSD, que não tivera rigor nenhum. Foram as trapalhadas urbanísticas, foram as inúteis querelas políticas que viram, com espanto, serem travadas na Assembleia Municipal. Todos se recordavam da querela política entre Santana Lopes e Carmona Rodrigues, depois entre o PSD e a Dra. Maria José Nogueira Pinto, do CDS-PP, e a seguir entre Marques Mendes e Carmona

Rodrigues, tudo isso foi um exemplo típico de total ausência de rigor e da forma como o PSD maltratara Lisboa ao longo desses anos todos. -----

----- Mas também era preciso lembrar ao PSD aquilo que tem sido dito, ainda hoje de manhã foi dito pelo líder da Distrital do PSD, que por acaso não veio hoje ali, que iam aprovar o Orçamento porque não faziam ao PS aquilo que o PS fizera ao PSD. Mas era bom que ele soubesse que isso também tinha a ver com o rigor, e para isso era preciso lembrar o seguinte. -----

----- No primeiro ano da gestão do Dr. Santana Lopes o PS aprovava o Orçamento, e no segundo ano da gestão do Dr. Santana Lopes o PSD solicitava ao PS uma negociação para se aprovar o Orçamento, o PS negociara de boa-fé, concordara com o PSD pedindo-lhe como condição para viabilizar o Orçamento que fossem incluídas três rubricas, a saber: construção da esquadra no Alto do Lumiar, mais verbas para as freguesias e mais protocolos, e o PSD não cumprira nenhuma dessas três questões, e foi por isso que, no ano seguinte, o PS não aprovava o Orçamento que o Dr. Santana Lopes ali lhes apresentara. Isso é que era importante que se soubesse! -----

----- E isso também tinha a ver com rigor, porque se comparassem o que era o compromisso e a palavra dada pelo Presidente António Costa, que cumpria a palavra que dava, com o compromisso e as palavras do Dr. Santana Lopes, ficavam a saber que para o Dr. Santana Lopes palavras levava-as o vento porque do resto não interessava mais nada. -----

----- Mas rigor também tinha a ver com a argumentação muitas vezes ali usada. Ainda há pouco ouviram, com pouco rigor mas com seriedade, o Deputado Municipal Vasco Valdez dizer que foi uma pena mas que era um bocado opaca essa história do Plano de Saneamento Financeiro da Câmara que foi rejeitado pelo Tribunal de Contas. Ora, não era verdade que o Plano de Saneamento Financeiro tivesse sido rejeitado, o que foi rejeitado foi o empréstimo, era importante que tivessem rigor naquilo que ali diziam. -----

----- O Plano de Saneamento Financeiro foi aprovado na Assembleia Municipal! E era importante que se dissesse também que, apesar de tudo, esse empréstimo foi chumbado, erradamente, pelo Tribunal de Contas. Aliás, a líder do PSD, Dra. Manuela Ferreira Leite, que supunha que agora todos apoiavam, dissera, na altura, que tinha sido um disparate, um erro, um absurdo, o Tribunal de Contas ter chumbado tal empréstimo. E o chumbo desse empréstimo custara ao Município mais um milhão de euros por mês até à conclusão dos acordos que foram feitos. -----

----- Essa é que era a verdade, isso é que tinha a ver com o rigor! Portanto, não valia a pena que quisessem ali lançar a confusão sobre essa matéria. -----

----- Mas também houve falta de rigor na argumentação que ali foi usada pelo PSD na sua primeira intervenção. Por exemplo, em relação ao Casino o importante era dizer-se ali que com o Dr. Santana Lopes tiveram um Decreto, um Casino e zero projectos! E quem foi que ganhara com isso? Ganhara o dono do Casino e, naturalmente, os apostadores que lá jogaram e tiveram sorte, porque a cidade não ganhara. Com o Dr. António Costa tiveram “n” projectos e mais 20 milhões de euros para investir na Cidade de Lisboa! -----

----- Essa era a diferença entre o rigor do PSD e o rigor do PS, e os Deputados Municipais do PSD não tinham autoridade política para falar em rigor. Podiam falar, mas havia palavras que eram pesadas como tijolos, atiravam-se mas podiam cair em cima da cabeça de quem os atirava, e era o que acontecia em matéria de rigor com o PSD. -----

----- Disse, ainda, que nada os surpreendia da parte do PSD, de quem já sabiam que podiam esperar tudo. Esperavam irresponsabilidade, esperavam *show-off* e esperavam a contradição. Esta manhã, durante o dia, se calhar já esta tarde, ouviram o líder da Distrital do PSD pomposamente afirmar que iam aprovar o Orçamento porque não faziam ao PS aquilo que o PS fizera ao PSD. -----

----- A um aparte respondeu: “não diga que não, Sr. Deputado. Isso é de facto escandaloso, não diga que não porque nós todos ouvimos”. Agora, ao que constava, o PSD iria pedir, com algum dramatismo, uma interrupção pré-votação, e por isso desafiava que dissessem já, porque depois do discurso do Deputado Municipal Saldanha Serra, que apresentara uma visão catastrofista do Orçamento, só havia uma consequência de voto para o PSD. Portanto, que tivessem coragem de o afirmar porque sabiam também o que podiam esperar do PSD: falta de responsabilidade e falta de amor por Lisboa, que foi aquilo que sempre demonstraram com o líder, Dr. Santana Lopes, ao longo destes anos. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho teria que ter a paciência democrática de esperar para ouvir até ao fim o que o PSD tinha a dizer perante os lisboetas, sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano em debate, e a forma como o PSD se iria determinar para votar. -----

----- Referiu que o Deputado Municipal Miguel Coelho estava incomodado, estava impaciente, estava aflito, lá teria má consciência daquilo que fizera, em 2004, ao chumbar, da forma irrazoável que agora ali procurara justificar, o orçamento do Dr. Santana Lopes, mas iria ter que ter paciência porque os *timings* do PS eram do PS, os do PSD eram os que eram, e os do PSD ninguém condicionava. -----

----- Depois reafirmou que o Tribunal de Contas chumbara o Plano de Saneamento Financeiro porque fizera uma análise profundamente crítica e destruíra de cima a baixo toda a argumentação. Ele foi chumbado uma e duas vezes pelo Tribunal de Contas! -----

----- Quanto à referência à esquadra do Lumiar, disse que a questão era que neste momento não havia esquadra do Lumiar porque estava lá a Brigada de Trânsito, com o beneplácito, com o compadrio do Executivo municipal liderado pelo PS e pelo Dr. António Costa. -----

----- Sobre as verbas para as Juntas de Freguesia, disse que este Orçamento, que tinha um aumento de 18%, atribuía-lhes um aumento de 0,2%, pelo que perguntava onde estava o aumento para as Juntas de Freguesia. -----

----- No tocante às verbas do Casino, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho devia ter vergonha de dizer ali aquilo que disse, porque, se houvesse pudor da sua parte, teria de agradecer a visão do Dr. Santana Lopes em construir o Casino em

Lisboa, que permitira que o PS fosse ali hoje encher a boca com projectos e com o Orçamento Participativo porque, de outra forma, não teriam financiamento para o mesmo. -----

----- Ainda sobre as verbas do Casino, disse que a Lei referia que elas eram para ser aplicadas na requalificação do Pavilhão Carlos Lopes, e perguntava se era rigor violar a Lei e dizer que as iam aplicar no Parque Eduardo VII. -----

----- Por fim, perguntou ainda se era rigor, em ano eleitoral, ter um Orçamento que permitia realizar mais despesa, empolar a receita por causa do princípio do equilíbrio orçamental porque a despesa ia ser executada, a receita não iria existir e o Município iria ficar em pior situação financeira. -----

----- Por isso, o PSD protestava veementemente contra as palavras do orador anterior.-

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em contraprotesto, disse que tinha que encarar o protesto do Deputado Municipal Saldanha Serra como uma espécie de protesto defensivo, já que ele se viu obrigado a ir acrescentar mais qualquer coisa à completa ausência de rigor que o PSD tinha demonstrado ao longo deste debate. Rigor e, naturalmente, omissão da verdade. -----

----- Disse, depois, que não foi ele que dera a entrevista que hoje de manhã surgira nas rádios, pelo menos na TSF fartara-se de ouvir, do líder da Distrital do PSD, a dizer que iam viabilizar o Orçamento em nome da seriedade e da responsabilidade para com Lisboa. -----

----- Agora o Deputado Municipal Saldanha Serra dizia-lhe que tinha que esperar até ao fim para ver a posição do PSD. Bom, que se entendessem eles, mas que isso não abonava nada em favor do rigor que o PSD proclamava, lá que não abonava não abonava! -----

----- Portanto, teria sido muito bom que o Deputado Municipal Saldanha Serra tivesse aproveitado a figura do protesto para ali esclarecer como era que iam votar, em vez de depois pedir um intervalo porque iam todos perder tempo. É que ou o PSD estava mesmo atrapalhado, não sabia o que fazer e iam decidir a dez minutos do fim, ou então estavam ali a brincar, porque era certo que sabiam que aquilo que o PSD queria era impedir que o Orçamento fosse aprovado. -----

----- Disse, ainda, que o Deputado Municipal Saldanha Serra, mais uma vez, não estava a ser rigoroso, porque o Tribunal de Contas podia opinar sobre tudo, mas não chumbara o Plano de Saneamento Financeiro porque não tinha competência para isso. Chumbara o empréstimo, infelizmente, contra a opinião da líder do PSD, que achava que o Deputado Municipal Saldanha Serra agora apoiava, e que custara à cidade mais de um milhão de euros por mês até à conclusão dos acordos que foram feitos entre a Câmara e os credores. -----

----- Por outro lado, se o Deputado Municipal Saldanha Serra achava que era rigoroso dizer que o importante para a cidade era a visão do Dr. Santana Lopes, que era uma pessoa simpática com quem pessoalmente tinha um relacionamento cordial, era evidente que isso, em termos de rigor, dizia tudo. Porque se alguma coisa caracterizara a gestão do Dr. Santana Lopes foi o casuísmo, foi o dia-a-dia, foi a trapalhada, foi a confusão, foi o *show-off*, foram as zangas, foram as querelas, enfim,

foi tudo aquilo que levava a que a cidade tivesse que ser confrontada com eleições intercalares. -----

----- Contra essa situação protestava porque o PSD, de facto, fizera mal à Cidade de Lisboa. -----

----- **A Deputada Municipal Lúcia Fernandes (BE)**, no uso da palavra, disse que havia uma divergência de fundo no que dizia respeito às políticas de reabilitação urbana e habitação, que importava explicitar. -----

----- O Sr. Presidente, na sua intervenção, dissera que o papel da Câmara era o de agilizar e criar condições de investimento aos proprietários, portanto ao investimento privado, pelo que o papel do poder autárquico, no seu entender, resumia-se ao de facilitador do investimento privado. -----

----- Essa visão não era nova, levava décadas de tradição na Cidade de Lisboa. Foi essa incapacidade, falta de vontade política de intervir e regular o mercado imobiliário que, conjugada com a falta de adequação dos instrumentos de planeamento urbano, levaram à situação actual. -----

----- Repare-se: parque habitacional extremamente degradado, um mercado de arrendamento exíguo, um mercado habitacional ditado pela especulação pura, uma acção autárquica que era restringida à acção social, neste caso até subcontratada numa empresa municipal, a GEBALIS, que se demonstrava ineficaz. -----

----- Enfim, que a habitação fosse encarada, ano após ano, não como um direito mas como um privilégio. Bastava olhar o número dos sem-abrigo acampados no Terreiro do Paço, para compreender que a situação actual era dramática. -----

----- Disse que numa cidade com um parque habitacional degradado, deveria ser dada prioridade à reabilitação e não à nova construção. Seria que era isso que estava previsto para as zonas de Braço de Prata, Aterro da Boavista, Alcântara e frente ribeirinha? Seria que em algum desses planos a Câmara previa estabelecer, ou pelo menos negociar no caso de loteamentos já autorizados, preços de referência condicionados pelo princípio de 25% de habitação a custos controlados? -----

----- Referiu que o Plano e o Orçamento previam um reforço de verbas na rubrica de reabilitação urbana. Aí cumpria assinalar avanços positivos na negociação com o IHRU, no programa de requalificação para os bairros da Amendoeira e dos Lóios, que justificavam o reforço da verba; o reforço para a reabilitação da frente ribeirinha, mas aí restava saber exactamente qual a sua justificação; e, finalmente, o caso da Baixa-Chiado que era ilustrativo da falta de vontade política para condicionar o mercado imobiliário. Primeiro, optava-se pela suspensão do PDM sem plano de pormenor, e, segundo, avançava-se com o licenciamento sem estabelecer um único mecanismo de regulação do mercado e de promoção de uma política pública de habitação. -----

----- Disse, ainda, que sem o estabelecimento de mecanismos de condicionamento dos preços do mercado imobiliário, sem uma visão global e integrada que permitisse a promoção de uma política pública de habitação – aí sugeriu uma leitura atenta ao que dizia a Lei das Autarquias Locais nesse *item* – sem a promoção do mercado de arrendamento, sem o condicionamento da nova construção, cada licenciamento

aprovado seria uma oportunidade perdida, e cada reforço orçamental na reabilitação seria uma manobra de cosmética. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que ao longo das últimas intervenções do PS, ele próprio e os seus colegas de bancada ficaram com dúvidas se entraram na Sala para vir a uma Sessão da Assembleia Municipal discutir as Grandes Opções do Plano para 2009, ou se vieram assistir a um debate eleitoral do PS com um candidato que fazia parte da actual Câmara. -----

----- Isto porque, ao invés de se discutir – e essa era a obrigação do PS – os problemas da cidade e aquilo que a Câmara se propunha fazer em 2009, o PS refugiava-se na discussão de questões que não eram para discutir ali. -----

----- Por outro lado, o que se estava ali a discutir eram as Grandes Opções do Plano 2009-2012, mas se olhassem para as quatro ou cinco páginas que a Câmara lhes apresentava de actividades nesse plano, viam que todas essas se restringiam a 2009. Portanto, não era um plano de 2009-2012 mas sim um plano para 2009. -----

----- E concretizando no Plano de 2009, tinham que o qualificar como uma manifesta falta de ambição, desde logo porque se restringia a três áreas que o Executivo apontava como prioritárias. Mas como era que se podia dar prioridade a uma coisa que nem o conteúdo dessa prioridade era pleno e era correcto? -----

----- Reabilitação urbana!? Era uma prioridade a reabilitação urbana quando não havia um projecto uniforme, um projecto claro, mas apenas medidas avulsas que a Câmara pretendia implementar em vários pontos da cidade? A prioridade da reabilitação urbana implicava um plano coordenado, implicava medidas coordenadas, uma política estruturada para esse fim. E isso o Executivo não tinha nem apresentava nas Opções do Plano para 2009. -----

----- Disse para justificar o enquadramento do Orçamento e das Opções para 2009, o Sr. Presidente da Câmara começara por enquadrar a actividade do Município durante o ano de 2008. E enquadrara bem, só que se esquecera de muita coisa! Esquecera-se, por exemplo, daquilo que o PS há muito tempo falava na Assembleia, que eram as trapalhadas, falava das trapalhadas dos anteriores Executivos, mas esquecia-se das trapalhadas que esta Câmara vivera em ano e meio de mandato. -----

----- E que trapalhadas eram essas? Muitas! A trapalhada do QREN que fizera a Câmara Municipal de Lisboa perder centenas de milhar de euros, o que ali nunca foi justificado; a trapalhada das sucessivas recusas dos empréstimos que a Câmara pretendia junto do Tribunal de Contas e também a votação de propostas e o enquadramento jurídico que a Câmara fazia dessas propostas; as políticas que foram ao longo do tempo encetadas pelo PS para tentar uma maioria artificial; as sucessivas polémicas do Vereador Sá Fernandes com a maioria e do Vereador Sá Fernandes com o partido pelo qual foi eleito; a trapalhada que foi o fecho da Praça das Flores, uma iniciativa que era para ser repetida mas que até hoje ficara esquecida na memória do Vereador Sá Fernandes e das imputações de responsabilidade que foram transmitindo de Vereador para Vereador, sem que o Sr. Presidente da Câmara alguma vez, nessa ou noutra situação polémica, tivesse dado a cara pelos seus Vereadores e pela cidade, e, ainda, as trapalhadas que foram as propostas sucessivamente apresentadas pela

Câmara, que foram retiradas na Assembleia por falta de qualidade, por falta de estrutura, por falta de objectivos. -----

----- Essas, disse, eram trapalhadas que, a bem da cidade, desejavam que não se repetissem em 2009. -----

----- Por outro lado, 2008 foi um ano que também ficara marcado pela intervenção estatal na cidade. Chegaram ao fim de 2008 e partiam a discutir estas Opções do Plano para 2009 com a dúvida de quem mandava efectivamente na cidade, se era o Presidente António Costa ou se era o Primeiro-Ministro José Sócrates. Ficavam com essa dúvida, esperavam que o Sr. Presidente a tirasse durante o ano de 2009. -----

----- Quanto a poupar em despesas de funcionamento, como referira o Sr. Presidente, disse que palavras levava-as o vento, porque poupar em despesas de funcionamento era o Sr. Presidente ter apresentado, nas Opções do Plano para 2009, uma reestruturação dos serviços camarários, uma verdadeira reestruturação das empresas municipais. Que não se dissesse que reestruturar o quadro empresarial municipal foi extinguir duas SRU's e alterar os Estatutos da EPUL. Era muito mais profundo, mas isso a Câmara não fizera nem se propunha fazer em 2009. -----

----- Por outro lado, não se propunha coordenar e definir funções EPUL/GEBALIS, não se propunha, nem sequer uma palavra era dito sobre isso, a coordenação entre os serviços camarários das áreas respectivas com as empresas municipais tuteladas por essas mesmas áreas. E mais, poupar em despesas de funcionamento seria aplicar um verdadeiro SIMPLIS e não duas ou três medidas avulso que foram implementadas. ---

----- Reestruturar os serviços da Câmara, reestruturar os locais onde a Câmara tinha o seu funcionamento, os edifícios espalhados por toda a cidade traziam muitos custos para a Câmara! Nada disso era equacionado pelo Executivo, quando, isso sim, seria o patamar de tudo para reduzir despesas de funcionamento. -----

----- Seguidamente, disse que a Câmara acordara em 2009 para o espaço público, porque, olhando para a segunda prioridade da Câmara, viam o elenco dos espaços verdes que eram contemplados o que os deixava extremamente perplexos, porque durante ano e meio andaram a dizer ao Executivo, e em particular ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador Sá Fernandes, que os espaços verdes estavam degradados, que os jardins não eram cuidados, que os jardins estavam abandonados, e o que ouviam da Câmara era que os espaços verdes estavam em perfeitas condições, que esta Câmara tinha recuperado os espaços verdes. Mas agora, para 2009, a segunda grande prioridade do Executivo, afinal, era recuperar aquilo que antes dizia que estava recuperado. Esta era a imagem de rigor que a Câmara trazia à Cidade de Lisboa! -----

----- Continuando a referir-se ao espaço público, disse que olhando para aquilo que a Câmara definia como objectivos para 2009 nessa área, era de fugir com medo, porque era obrigação de uma Câmara manter passeios calcetados e ruas pavimentadas, e o que a Câmara se propunha fazer em 2009 era pavimentar meia centena de ruas e calcetar duas dezenas de pavimentos. Era fantástico! Portanto, a Câmara, em 2009, ia omitir a sua obrigação de zelar pelo pavimento e pelo calcetamento, e ia calcetar duas dezenas de pavimentos e ia pavimentar meia centena de vias. -----

----- Portanto, todos ficavam desde já a saber que todas as outras vias da cidade não teriam qualquer tratamento, em 2009, por parte da Câmara Municipal de Lisboa. Era essa a prioridade que a Câmara dava ao espaço público. Que se imaginasse se o espaço público não fosse uma prioridade da Câmara Municipal de Lisboa! -----

----- Referindo-se à mobilidade, disse que nem uma palavra sobre essa área para 2009: articulação dos transportes públicos, reforço dos corredores BUS, aumento dos lugares de estacionamento, reforço da fiscalização a nível daquilo que o Sr. Presidente tanto apregoara na comunicação social, que era a tolerância zero. A tolerância zero durara dois dias e para 2009 não havia nada sob tolerância zero, não havia nada sob criação e regras de estacionamento. Era uma Câmara zero a nível de mobilidade, a nível de transportes e a nível de estacionamento. -----

----- Disse que havia graves omissões no Plano. Desde logo, em matéria de intervenção social, perguntava onde estava o papel da autarquia na defesa dos mais desfavorecidos, em particular dos idosos? Qual era o papel que a Câmara ia ter em 2009? E num momento em que as famílias estavam a suportar dolorosamente uma crise nunca vista em Portugal, o Executivo, ao invés de dar o exemplo de ajuda a essas famílias, agravava-lhes o encargo fiscal com as taxas e impostos que elas iriam ter que pagar durante o ano de 2009. -----

----- Em termos de cultura, disse que a omissão era completa, não havia uma palavra sobre cultura no Plano para 2009. -----

----- Em suma, este Plano para 2009, com esta Câmara, não estava apto a servir os interesses de Lisboa. -----

----- Aliás, este não era só o sentimento de alguém que como Deputado Municipal estava ali em representação de um partido político, era também o sentimento do munícipe que estavam lá fora e esperava que a Câmara resolvesse os seus problemas. Mas esse munícipe, olhando para esta Câmara, ficava com a certeza que ela não lhe iria resolver os problemas que o afectavam no seu dia-a-dia. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que a palavra “rigor” estava em voga, hoje, na discussão destes documentos, pelo que, em abono da palavra rigor, começava por referir que quando o PS falava em arrumar a casa importaria dizer que era uma casa que tinha 1.500 milhões de euros em dívidas, dos quais 900 milhões à data de 2001. -----

----- Isso tinha sempre vindo a ser esquecido, portanto nunca seria demais voltar a referir que quando o PSD tomara posse da Câmara em 2001 havia 900 milhões de euros em dívida. Era uma questão de consultar os documentos da época para se verificar isso. Entretanto, a dívida crescera mais 600 milhões. -----

----- O que se podia retirar daí, era que mais que uma questão de esquerda ou de direita era uma questão estrutural, porque a Cidade de Lisboa, da forma como estava estruturada, tinha um custo adicional de 100 milhões de euros por ano. Por isso, que não viessem ali falar da questão do rigor, porquanto o PSD teve uma herança bem pior que aquela que o PS tivera, porque se tivera 900 milhões era bem diferente de quem tivera 600, e não se lembrava do Dr. Santana Lopes, nessa altura, vir ali todos os dias carpir essas mágoas. -----

----- Passando ao Orçamento, disse que para ver o seu rigor não havia nada como pegar na súmula programática de “Unir Lisboa” medidas para Lisboa, ou seja, o programa do Dr. António Costa quando se candidatara à Câmara. -----

----- “Saneamento Financeiro de Emergência”. -----

----- Ponto 1 – Auditoria de contas de fornecedores. A Assembleia Municipal soubera alguma vez se a auditoria foi feita e qual o resultado? Não! -----

----- Ponto 2 – Aprovação do Plano de Saneamento Financeiro Municipal até ao final de Outubro. Foi efectuado? Foram pagos? Não lhe parecia! -----

----- Ponto 3 – Pagamento, até final de Outubro, de pequenas dívidas do Município. Foram pagas até Outubro de 2007 todas as pequenas dívidas do Município? Gostaria de ver! -----

----- Ponto 4 – Redução drástica das assessorias externas. Efectuado. Pensava que aí podiam reconhecer que aí houve um trabalho efectuado. -----

----- Ponto 5 – Moralização da realização de trabalho extraordinário. Já ali ficara demonstrado que, efectivamente, tentaram diminuir o trabalho extraordinário a um número que não podia ser, portanto houvera uma excessiva boa-vontade. Reduzira-se, em parte, mas não aquilo que foi prometido aos munícipes, nem de perto nem de longe. -----

----- Ponto 6 – Redução em todas as áreas, sob proposta dos Directores Municipais, de 10% da despesa corrente prevista até ao final do ano. Bom, quando viam os números de 2008 não era isso que eles diziam. Certamente estariam a falar de 2007, mas já iriam a 2008 para ver do rigor da despesa corrente. -----

----- Ponto 7 – Análise da necessidade de todos os contratos de prestação de serviços actualmente existentes. Pensava que teria sido efectuado, portanto não punha isso em questão. -----

----- Ponto 8 – Reorganização do sector empresarial. Já falaram ali de algumas empresas, mas perguntava o que se passava em relação às principais, aquelas que efectivamente custavam à cidade. Por exemplo, onde estava a reorganização da EPUL, da GEBALIS, da EMEL? Havia um trabalho feito nas SRU’s que não merecia desprezo, era verdade, mas nessas três empresas que referira, que eram essenciais para a cidade, a reorganização não foi feita, e já passara ano e meio. -----

----- A um aparte, respondeu: “Isto era o que o Senhor dizia em “Unir Lisboa”, eu estou a rebater ponto a ponto”. -----

----- “Sustentabilidade financeira”. -----

----- Ponto 1 – Reestruturação da Câmara e do sector empresarial municipal. Como acabaram de ver, não foi feita na totalidade. Foi feita parcialmente em três empresas, mas como a Câmara tinha quinze havia ainda muito para fazer. -----

----- Ponto 2 – Racionalização de todo o tarifário da Câmara Municipal de Lisboa. Aí pensava que estavam conversados. -----

----- Ponto 3 – Adequar a gestão do património municipal, aquisição centralizada de bens e serviços. A central de compras estava efectuada e a funcionar na íntegra para todas as compras? Gostaria de saber! -----

----- Ponto 4 – Lançamento, durante o ano de 2008, da elaboração de um orçamento plurianual. -----

----- “Tempo de preparar o futuro”. -----

----- Ponto 1 – Lançar desde já o Plano Estratégico Lisboa 25. Quem fosse este ano ver as Grandes Opções do Plano, via que voltavam a referir isso. Ou seja, havia um plano que ainda não viram nem conheciam, mas ele estava a ser feito até 2025, era uma questão de esperarem por essa data. -----

----- Ponto 2 – Resolver as grandes questões da governação da cidade há muito adiadas, relação com a Administração Central a propósito de temas como a segurança, relação com o Porto de Lisboa e empresas de transporte municipais. -----

----- Sobre esta matéria referiu que tinham muito a dizer. Por exemplo, na relação com o Governo no que dizia respeito ao Porto de Lisboa estavam conversados. Tinham a questão da zona ribeirinha, que era um problema enorme na cidade, em que o Sr. Presidente não se dignava a dar a cara pelo problema. Mandava o Sr. Vereador dos Espaços Verdes quando a questão estava a ser debatida publicamente, portanto não vinha a público em algo que era essencial para a cidade. -----

----- E era importante saber o que era que o PS e o Sr. Presidente queriam da zona ribeirinha e se concordavam que num sítio onde havia 300 mil contentores passasse a haver um milhão, que tinha um impacto tão simples como este que era duplicar o número de camiões dentro da cidade. Estavam a falar de qualquer coisa como passar de 300 mil para 600 mil camiões dentro da cidade. E isso contando que as barcaças iriam ser utilizadas, porque se retirassem as barcaças e o sistema ferroviário seria o caos dentro da cidade, para além da qualidade de vida a diminuir, as dioxinas em todo o Vale de Alcântara, mesmo que a CRIL fosse terminada para os camiões não terem que circular a passo de caracol. -----

----- Bom, sobre isso o Sr. Presidente não se pronunciava, mas para ele era essencial a relação com o Governo e com a frente ribeirinha. -----

----- Depois, em matéria de empresas de transportes públicos, pensava que nada tinha sido feito. -----

----- Articulação com a Área Metropolitana, preparar a reorganização administrativa de Lisboa. -----

----- Em termos de articulação com a Área Metropolitana, disse pensar que devia ser a terceira via, que ia ligar Lisboa ao Barreiro, que iria potenciar o Barreiro, que merecia ser potenciado, só que a reorganização da Área Metropolitana de Lisboa não poderia ser feita a expensas de Lisboa, não podiam estar a pôr, como o Governo dizia, uma terceira ponte em Lisboa, que iria estragar completamente uma área da cidade onde 80% dos terrenos eram municipais. Por isso ela aterrava naquele sítio e não noutra! ---

----- Era preciso viabilizar a Área Metropolitana? O Barreiro merecia sair do marasmo em que se encontrava há vinte anos a esta parte depois de terem sido encerradas todas aquelas empresas? Tudo isso era um facto, mas não às custas da Cidade de Lisboa! ---

----- Mais uma vez falaram da terceira travessia do Tejo, e quem foi que falara? O Sr. Vereador responsável pelo Pelouro do Urbanismo, porque o Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez, não dera a cara. Aliás, numa lógica muito parecida com a do Sr. Eng.º

Técnico Sócrates, que também nunca dava a cara pelos assuntos sérios do País, limitava-se a mandar os emissários. -----

----- Ponto 3 – Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Município a longo prazo. -----

----- Sobre esta matéria, disse que para assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Município a longo prazo, o que deveria entrar aí seria retirar o aeroporto de Lisboa. O aeroporto de Lisboa, que contribuiria para que Lisboa fosse uma das dez principais cidades do mundo em termos de turismo profissional/empresarial, com a sua retirada do centro da cidade, se nada fosse feito e se a Câmara não tivesse um Presidente à altura que se opusesse a isso, seria um problema para Lisboa. Uma coisa era construir-se um grande aeroporto internacional em Portugal, outra coisa era Lisboa perder um aeroporto que era essencial para a viabilidade económica da actividade dos hotéis, dos restaurantes, dos centros de congressos e de toda uma fileira de negócios que estava na cidade. Mas o que se ouvira até hoje do Sr. Presidente foi que o aeroporto ia sair, que iam fazer um grande parque verde onde era actualmente o aeroporto. -----

----- Aliás, quanto a isso lembrava que quando foram retirados aos proprietários aqueles terrenos, a expropriação era para fazer um aeroporto, pelo que não sabia se os ex-proprietários não teriam o direito de regresso, e tendo direito a isso o que era que iria acontecer. Mas se o Sr. Presidente dizia que punha lá uma zona verde e destruíam o tecido económico da cidade, deveria encaixar aí a questão de assegurar, a longo prazo, a sustentabilidade económica da cidade. Mas, mais uma vez, não ouvira o Sr. Presidente a pronunciar-se sobre esse tema. -----

----- Isto, disse, era apenas sobre o programa eleitoral do PS, mas passava agora ao que acontecera, efectivamente, no ano de 2008 para debater os números um a um. ----

----- Disse, então, que para 2008 constava: “saneamento das finanças municipais por via do ajustamento da despesa a uma estimativa realista da receita”. Mas o que era que viam no Orçamento para 2009? Exactamente o contrário, porque era a receita que foi reajustada à despesa que tinha que ser efectuada! E porquê? Porque estavam em ano eleitoral, e como estavam em ano eleitoral então a receita teria que se ajustar com um grande *good will* nos impostos a receber, um grande *good will* em vendas que não se iriam efectuar, até porque todos sabiam que, em 2008, nas vendas de imóveis que a Câmara tinha para fazer a execução foi inferior a 10%. Ora, se em 2008 a Câmara não conseguira vender 10% daquilo que se propunha, seria no ano de 2009, que estavam numa crise internacional fortíssima, que iriam conseguir realizar as centenas de milhões que agora anunciavam? -----

----- Não lhe parecia! Este era apenas um caso típico de ajustar a despesa à receita, portanto o inverso do que foi prometido para 2008. -----

----- Continuando na análise dos números de 2008, disse que se referia: “A execução orçamental do próximo ano exigirá, assim, uma forte contenção na despesa estrutural, redução de 11% nas despesas correspondentes a despesas de serviços externos”. Isso era o que foi prometido! Mas o que foi que acontecera? Execução orçamental até Outubro de 2008, na aquisição de bens e serviços mais 1,8%, ou seja, uma diferença

de 12% em relação ao prometido. Redução, até 2009, nas despesas com arrendamento, mas a execução até Outubro dizia, em encargos com instalações, mais 21%, ou seja, uma decalage de 70% ao enunciado. -----

----- Por outro lado, na regularização disciplinadora dos critérios de distribuição de subsídios e transferências, houve uma redução de 30% nos encargos, mas a execução dizia que mais do que uma redução de 30% houvera um aumento desse tipo de subsídios em 62% e de transferências em 5,3%. -----

----- Em termos da redução nas despesas globais com pessoal, disse que houve uma pequena derrapagem de 1,2%, portanto nada de especial a dizer, e em trabalhos de natureza extraordinária uma derrapagem de 16,3% sobre o que era prometido no Orçamento de 2008. -----

----- Seguidamente, disse que depois de terem analisado o que foi prometido eleitoralmente com o que foi prometido com o Orçamento de 2008, que a execução orçamental provara que nada disso acontecera, ia passar a referir-se ao Orçamento para 2009 para se ver, depois da análise dos números, se efectivamente este Orçamento era para cumprir ou se estavam, pura e simplesmente, na presença de um Orçamento eleitoralista. -----

----- Começou então por dizer que o Sr. Presidente, na sua intervenção, referira três prioridades: reabilitação urbana, espaço público e escolas, o que mais uma vez o levava a dizer que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano deveriam ser o plasmado que queriam para a cidade. -----

----- Como Deputado Municipal que era, no final do segundo mandato, o que era que via? Via uma cidade que tinha quase um milhão de habitantes que estava agora em 500 mil, perdia à razão de 25 mil habitantes/ano. Via uma cidade onde futuramente só haveria lugar para os ricos, com casas superiores a 700 mil euros, ou então bairros sociais porque a classe média e média-baixa simplesmente desaparecera, porque os bairros dessas classes estavam a degradar-se e cada vez a envelhecer mais. -----

----- Por outro lado, o parque escolar era o pior parque escolar nacional, bastava ver que qualquer vila do interior tinha melhores escolas, primárias ou pré-primárias que a Cidade de Lisboa. E o PSD só estivera à frente da Câmara Municipal de Lisboa seis anos, quem estivera antes, durante 12 anos, foi o PS, convinha não esquecer isso. -----

----- E também as condições dos centros de saúde eram inenarráveis, portanto tinham uma cidade que não tinha saúde primária e que não tinha educação pública de qualidade. -----

----- Relativamente a espaços verdes lembrou que foram criados o Parque da Bela Vista, a recuperação para a cidade do Parque Florestal de Monsanto que era uma zona de prostituição e de tráfico de droga, o jardim interior da cidade no Arco do Cego e o jardim da Quinta das Conchas e da Quinta dos Lilases, todos eles efectivamente conquistados para a cidade nos últimos seis anos. -----

----- Disse que, como Deputado Municipal, quando percebia que não havia casas, que não havia saúde, não havia educação, que havia uma perda de meio milhão de habitantes, interrogava-se o que era que podia esperar da cidade. De facto, a Cidade de Lisboa precisava de um Presidente de Câmara que quisesse ser presidente dela

durante um, dois ou três mandatos e que quisesse fazer obra estrutural. Não era um presidente que transferisse para a EGEAC, em ano de eleições, oito milhões de euros! Não era um presidente que metesse 200% a mais para poder fazer sempre em festa, e chegar às eleições e ganhar. -----

----- Lisboa precisava de obra, de estrutura e de visão de longo prazo, e este Orçamento não acautelava nada disso. O Plano falava de reabilitação urbana, espaço público e escolas, mas então não merecia que falassem também na zona ribeirinha? Não havia nada para que falassem do aeroporto de Lisboa? -----

----- Em matéria de espaços verdes disse que deixava um desafio ao Sr. Presidente. Falara das quatro maiores zonas verdes que foram feitas pelo anterior candidato do PSD, aquele de quem toda a gente ali dizia mal, que não tinha obra e que era uma cigarra, o Dr. Santana Lopes. Neste momento, o Ministério da Defesa acabara de colocar à venda o quartel do Regimento de Transmissões, na zona de Sapadores, um planalto no topo da cidade com mais de 50.000 m² e com uma vista soberba sobre o rio. A cidade tinha zonas verdes era um facto, mas não estavam bem distribuídas, tinham bastantes na zona ocidental com o Parque de Monsanto, e na zona nova oriental com o Parque das Nações, mas a zona central da cidade não tinha um único jardim condigno. -----

----- Portanto, o Sr. Presidente da Câmara tinha a possibilidade, já que era do PS e o Governo também, para fazer ali obra estrutural devolvendo à cidade uma parte importante dela e dar qualidade de vida a toda aquela zona, que era da classe média e média baixa, a tal que o Sr. Presidente nunca referia. Este era um exemplo de obra que o Sr. Presidente, se quisesse, podia fazer. -----

----- Continuando, disse que a cidade não podia ser um trampolim – isto também servia para o seu partido – para outras vontade políticas. Não podia ser um trampolim para Santana Lopes, para João Soares ou para Jorge Sampaio que, com muito sucesso, foi a Presidente da República. Lisboa precisava de um presidente que o quisesse ser e que visse a cidade como seu destino político, um presidente que quisesse fazer obra. E não lhe parecia que fosse esse o destino do Dr. António Costa como n.º 2 do PS, parecia-lhe mais que estaria de passagem pela Câmara Municipal de Lisboa a cumprir calendário de acordo com o Senhor Primeiro-Ministro José Sócrates. -----

----- Relativamente ao Parecer da Comissão Permanente de Administração e Finanças, disse que tinha só uma pequena nota a fazer à Sra. Deputada Municipal Marta Rebelo. Não havia qualquer tipo de desentendimento entre os Deputados Municipais do PSD da aludida Comissão e o líder da bancada, Deputado Municipal Saldanha Serra. -----

----- Se era de facto verdade que o actual Vereador prestara sempre informação de qualidade e a tempo e horas, quanto a isso reconhecia que foi diferente o anterior Vereador, a verdade a quem de direito, mas se isso era verdade tal não lhe dava o direito de pôr em questão o relacionamento dos três Deputados Municipais do PSD que tinham assento na Comissão com o líder da bancada, porquanto o entendimento era perfeito. Aliás, o que o Deputado Municipal Saldanha Serra pusera em questão foram afirmações do Sr. Presidente da Câmara, que nada tinham a ver com o que o Sr.

Vereador referira em sede de Comissão, e tentar criar esse tipo de mal-entendidos na bancada do PSD não era com certeza a melhor forma. -----

----- Pessoalmente não iria por aí no relacionamento que tinha, e que queria ter, com os elementos do PS. Não iria pôr o Deputado Municipal A do PS contra o Deputado Municipal B do PS, porque essa não era a sua forma de estar na política. Mas podia deixar descansada e segura a Sra. Deputada Municipal de que não havia qualquer desentendimento entre os Deputados Municipais do PSD que tinham assento na Comissão e o seu líder de bancada. -----

----- Disse, ainda, que o Deputado Municipal Feliciano David referira duas coisas com as quais não podia deixar de estar em completo acordo. A primeira, foi a falta de obra estruturante da Câmara, que efectivamente foi zero, ou seja, esta Câmara não tinha uma obra estruturante para apresentar à cidade. A segunda, foi o fracasso do planeamento financeiro, matéria que, sinceramente, o irritara ali durante as duas últimas horas, porque muitas vezes sentira que quem estava ali era a Sra. Deputada Edite Estrela. É que houve ali um jogo de palavras, diziam que o Plano de Saneamento Financeiro não foi chumbado, que o que foi chumbado foi o empréstimo, quando, como era óbvio, o empréstimo era a pedra de toque do processo de saneamento financeiro! -----

----- Depois, disse que desejava também ali reconhecer um facto referido pelo BE que era o Orçamento Participativo, o qual era positivo na questão dos cinco milhões de euros, mas era preciso ver que essa verba representava menos de 1% do montante do Orçamento total. Parecia um bocado demagógico o tempo que o Sr. Presidente ali gastara com o Orçamento Participativo dando-lhe uma visibilidade incrível, utilizando-o como ferramenta eleitoral. Que era positivo ele existir, era! Se os temas em questão das ciclovias e dos espaços verdes iriam ser contemplado pelo Orçamento Participativo, era sim senhora, não punham isso em causa. Agora, jogar isso de uma forma demagógica como se menos de 1% se transformasse numa pedra de toque da cidade, era preciso que fossem razoáveis na forma como apresentavam os argumentos. E nisso o BE criticara e, a seu ver, com muita razão. -----

----- Terminou dizendo que teria mais alguns pequenos números a referir sobre o Orçamento para 2009, o que não faria porque já ia adiantada a hora. Mas pensava que na sua intervenção teria deixado claro que entre o que foi prometido durante a campanha eleitoral, o que foi prometido com o Orçamento de 2008 e não executado, e as palavras que estavam no Orçamento para 2009, percebiam que este era um Orçamento essencialmente eleitoralista, o PS queria ganhar a Câmara e estava a fazer os possíveis para tal. Não havia ideias novas, não havia nada de estruturante, havia muito dinheiro para festa, e tudo isso teria que ser considerado na votação que se iria seguir. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que ia tentar fazer algumas breves paragens pelo longo discurso que orador anterior ali traçara durante alguns minutos, e começava por lhe perguntar, ou a quem lhe quisesse responder da bancada do PSD, se o Dr. Pedro Santana Lopes seria um Presidente que quisesse permanecer dois ou três mandatos na Câmara de Lisboa, e se

o Dr. Pedro Santana Lopes encontrou em Lisboa, ou encontraria algum dia, o seu destino político. Se encontraria o seu destino político já era uma questão mais vaga, mas em Lisboa, do ponto de vista geográfico, teria sido que o Dr. Pedro Santana Lopes encontrara o seu destino político, ou foi no Governo na primeira oportunidade que tivera, para depois voltar à Câmara porque, afinal, já era o seu destino político novamente? -----

----- Mas podia garantir, da parte do PS, que o Dr. António Costa era um Presidente que encontrava o seu destino político em Lisboa, que se preparava para acabar este mandato, fazer o próximo e outro que viesse. -----

----- Disse, depois, que fazendo as tais paragens no longo discurso do Sr. Deputado Municipal Nelson Coelho, iria empregar rigor. -----

----- Quanto à frente ribeirinha, disse que o Deputado Municipal Nelson Coelho não devia estar a par do projecto, pois os contentores saíam da frente ribeirinha por via-férrea e, portanto, não haveria aumento de transportes pesados no centro de Lisboa. --

----- Sobre dívidas herdadas, disse que o Dr. Pedro Santana Lopes, que não estando ali presente era um ausente muito presente, herdara uma dívida de 900 milhões de euros, relativos, sobretudo, a Programas Especiais de Realojamento e programas de outro tipo, que estiveram desde sempre, e ainda hoje estavam, excluídos da contabilidade dos limites do endividamento municipal. -----

----- Na herança do PS tiveram dívida de curto prazo, dívida comercial, dívida a fornecedores, limites de endividamento completamente ultrapassados e correlativas penalizações. E havia uma falta de rigor duplo: a enunciação dos factos por um lado, e na gestão municipal, ontem, enfim, nos tempos do Dr. Pedro Santana Lopes. -----

----- Em termos de população, disse que entre 1991 e 2001 Lisboa perdera, em média, 1,4%/ano da sua população. Mas, curiosamente, entre 2002 e 2005, Lisboa perdera, em média, por ano, 2% da sua população. Portanto, não se dava o caso dos lisboetas, agora que havia dinheiro para festa como o PSD dizia, estarem todos a fugir da cidade, porque isso já vinha acontecendo. -----

----- No tocante à referência à receita ajustada ao ano eleitoral, disse que achava extraordinária essa acusação de ajustar a receita à despesa, quando ali votaram a participação variável no IRS, a derrama e o percentual do IMT sempre pelos tectos máximos. Portanto, onde era que houve um ajustamento eleitoralista? Diria que a realização da despesa para criar essa obra estruturante que o Deputado Municipal Nelson Coelho falava, implicaria um ajuste da receita à despesa, pelo aumento da despesa e conseqüente aumento da receita, e nunca o contrário. -----

----- Sobre a obra estrutural que o Deputado Nelson Coelho dizia inexistir, disse que ela não foi prometida pelo Executivo. Deveria reler, com maior atenção, o programa eleitoral que ali foi enunciar, pois em nenhum momento houve promessa de, até 2009, se executar obra estrutural. A obra que este Executivo pretendia deixar era a arrumação de uma casa caótica que era a Câmara Municipal de Lisboa, e as contas saneadas, organizadas e a dívida a fornecedores paga na sua maioria. -----

----- Acerca do Plano de Saneamento Financeiro, disse que achava extraordinário que o PSD recusasse a existência do Plano de Saneamento Financeiro quando era um facto

que ele estava a ser executado, e que teimassem que o Tribunal de Contas o rejeitara, quando, em rigor, o Tribunal de Contas não tinha competência legal para analisar o Plano de Saneamento Financeiro, chumbá-lo ou aprová-lo. O Tribunal de Contas tinha tão somente competência para dar ou recusar o visto a empréstimos, decorressem eles de planos de saneamento financeiros ou não, e neste caso decorria. -----

----- Mas o PSD continuava a insistir que o Tribunal de Contas, no âmbito de uma qualquer competência que não se sabia de onde vinha, chumbara ou que tornara inexistente o Plano de Saneamento Financeiro, quando ele efectivamente existia e estava a ser executado. Os 360 milhões de euros, cujo visto do empréstimo foi recusado pelo Tribunal de Contas, foi substituído por outras operações financeiras, com maiores encargos para o Município como o Deputado Municipal Miguel Coelho já ali referira, mas era um facto que o Plano de Saneamento Financeiro existia, estava a ser executado e iria continuar a sê-lo até 2012. E iria ser executado, seguramente, por um Executivo socialista. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que nestas Grandes Opções do Plano e Orçamento não havia plano estratégico actualizado para a cidade, não havia um PDM actualizado, não havia instrumentos que esta Câmara tivesse formulado para um verdadeiro projecto de cidade. Não havia grandes orientações para uma governação do Município. Em 2007 e 2008 era a dívida, foi a dívida e continuara a dívida a ocultar a ineficácia. Agora era o eleitoralismo, embora encapotado! Fazer crer que havia projectos, que havia ideias, enfim, tudo ao molho e fé na confusão eleitoralista que aí vinha. -----

----- Projectos e propostas estruturantes não existiam, não havia ataque sério ao problema do rejuvenescimento da cidade. Pelo contrário, queria-se alienar património. Existia uma previsão elevada com a venda daquilo que fazia falta para planificar, urbanizar e construir para os mais novos, para atrair gente jovem à cidade. -----

----- Disse que sempre falaram dos custos da capitalidade, exigindo dos governos respostas coordenadas com o Município para reconstruir e construir a cidade, desde o tempo do Dr. Jorge Sampaio. Só agora vinham as respostas, pela mão de António Costa, mas eram de alienação de espaços e do futuro da cidade, para ajudar o Governo a fazer negócios com o património de Lisboa. -----

----- Perdia-se emprego, não havia política de atracção de investimento e de criação de empresas. Para António Costa isso não interessava nada. -----

----- Perguntou onde ficava humanização da cidade. Não havia sequer projectos culturais para os espaços abertos da Cidade de Lisboa, que muitas Juntas de Freguesia têm ali reivindicado, e o PCP tem proposto que houvesse articulação de projectos culturais e sociais entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, para animar uma cidade que estava desabitada, que estava empobrecida, que não tinha efectivamente qualidade de vida. Mas não havia resposta! -----

----- Por outro lado, na cultura, o grosso da dotação da acção cultural era para a EGEAC. Teriam festas e festinhas preparatórias de eleições, para além da resolução de problemas financeiros da empresa. -----

----- O orçamento do desporto passava para metade. Não ficavam condições para o lançamento de projectos a sério. Falava-se dos Jogos de Lisboa, mas seriam, mais uma vez, uma fatalidade ausente na cidade. Ajudava-se o Governo a sacrificar o Complexo Desportivo da Lapa e dava-se o Pavilhão Carlos Lopes e as verbas do Casino para ajudar o Governo a avançar na especulação com os terrenos da Lapa. -----

----- Diversas ajudas e terrenos municipais iriam para o Estado, para o IPO e para a construção do Hospital de Marvila, à custa da destruição de cinco hospitais na zona central identitária de Lisboa. -----

----- Tudo iria continuar no marasmo da “formiguinha” que cantava mais do que trabalhava. Era o sinal dos tempos. -----

----- Crise nas vocações da “cigarra” e da “formiga”, e trocas de galhardetes e nomes, e combates menores na perspectiva da real Lisboa que queriam transformar. Lisboa sofria e iria ter de resolver de outra forma a sua vida. -----

----- Prosseguindo, disse que uma situação que se agravava era a do trabalho das Juntas de Freguesia. Não era demais salientar, ali, que as transferências baixavam para 0,2% relativamente a 2008. -----

----- Mas havia outra situação mais grave a complicar a vida das Juntas de Freguesia. Em Lisboa, as Juntas de Freguesia eram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, na área social, na área cultural e em todas as áreas da vida da cidade. Sem elas não havia trabalho efectivo para a melhoria das condições de vida em Lisboa, mas não era isso que se tinha em atenção, porque, por um lado, a Câmara reduzia as transferências através do seu Orçamento, e, por outro, o Governo, através do Orçamento de Estado, retirava as dotações para pagar àqueles que estavam a tempo inteiro nas Juntas de Freguesia. -----

----- Isso era um crime, e a ele se associavam o Governo e a Câmara para atacar as Juntas de Freguesia, e com isso a qualidade de vida em todo o País, porque era sabido que eram efectivamente as Juntas de Freguesia que davam respostas locais mais imediatas aos interesses e aos problemas das populações. -----

----- Referiu que tinham uma atitude de luta e de defesa do Poder Local Democrático. Estariam com os projectos de planeamento e desenvolvimento, bastava ler novamente o Plano Estratégico, ele era do início da década de noventa mas valia a pena lê-lo para tirar ideias e para lançar realmente uma perspectiva de planeamento a sério para toda a cidade. -----

----- A terminar, disse que por tudo isso votariam contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, que não resolviam a vida da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que, numas breves palavras, desejava referir o sentido político da apreciação que o BE fazia do Orçamento e do Plano de Actividades, que a Câmara propusera para o ano de 2009. -----

----- Como era sabido, a imagem política da candidatura autárquica do BE, foi a ideia simples, mas que para o BE tinha muito significado, que era “Lisboa é Gente”. Queriam com isso significar que a principal preocupação tinha a ver com as políticas que afectavam directamente as pessoas, que mexiam com elas, que as traziam de novo

para a cidade, que lhes permitiam viver melhor na cidade, que lhes permitiam deslocar-se melhor na cidade, que lhes permitiam, no fundo, aumentar a sua qualidade de vida. -----

----- Era com essa perspectiva que procuravam agir neste mandato autárquico, e era, também, com que olhavam os instrumentos para a realização das políticas, os orçamentos e os planos de actividades, que eram, efectivamente, instrumentos de realização de políticas que, para o BE, deveriam ser políticas que tinham a ver sempre e prioritariamente com as pessoas, mais que propriamente com as pedras. Mas, infelizmente, este Orçamento parecia preocupar-se mais com as pedras que com as pessoas. -----

----- Disse que o Sr. Presidente da Câmara, Dr. António Costa, era um homem de esquerda, era um homem que se habituaram a olhar e a ver nele preocupações que eram muito mais caras e próximas da esquerda do que da direita. Referia-se, em particular, à questão da pobreza que era uma questão política essencial que estava a aparecer cada vez com mais força no País. Aliás, no Relatório do Observatório Europeu Contra a Pobreza, Lisboa era referida como sendo uma das capitais europeias com maior índice de pobreza que existia na Europa. -----

----- Isso foi em 2008, e o Sr. Presidente, que era um homem de esquerda, deveria preocupar-se com aquilo que se passava à sua volta, e em particular com o aumento crescente do número de pobres em Lisboa. Deveria preocupar-se que este Orçamento, que era, como o Sr. Presidente disse, e bem, o primeiro em que era possível fazer política a sério na cidade, fosse um Orçamento que se dirigisse muito mais às pessoas do que às pedras. O Sr. Presidente, com este Orçamento, perdera uma excelente oportunidade de virar o rumo da política na Cidade de Lisboa, tornando essa política mais preocupada com os pobres do que com os espaços públicos ou com a reabilitação do edificado público na cidade. -----

----- Portanto, o Sr. Presidente deveria aproveitar este Orçamento para anunciar 2009 como o primeiro ano de um plano especial de luta contra a pobreza na Cidade de Lisboa, que se deveria continuar com as acções dos orçamentos camarários nos anos subsequentes. O que o Sr. Presidente podia e devia ter anunciado com este Orçamento, era um plano especial de luta contra a pobreza, em articulação com as Juntas de Freguesia, porque como já alguém ali referira, e bem, eram os instrumentos autárquicos mais próximos das pessoas e que podiam agir mais eficazmente sobre as questões da pobreza na cidade. -----

----- Esse, infelizmente, não foi o caminho que o Executivo camarário seguira, e diziam infelizmente porque, no entender do BE, foi uma oportunidade perdida para atacar um problema que tinha impactos cada vez maiores e feitos cada vez mais nefastos na vida e na reabilitação da Cidade de Lisboa. -----

----- Era um facto, isso era mais ou menos indesmentível, que em todas as verbas para a acção social, em regra não se vislumbrava nenhum *item* novo para uma acção que, nessa área, a Câmara podia e devia protagonizar. -----

----- Disse que sabiam de municípios pelo País que se destacavam por tomar algumas medidas de natureza social, e que tentavam responder a algumas situações de

carência, de certa forma inovando na acção política dos municípios, fazendo isso com recurso a instrumentos e meios que, no caso de Lisboa, seriam provavelmente muito superiores a esses municípios. -----

----- Mas o Município de Lisboa a razão pela qual se destacava, não era por tomar acções inovadoras nesse capítulo, mas sim, normalmente, por notícias que não encontravam nenhuma resposta positiva concreta. -----

----- Referiu que nesta quadra natalícia que atravessavam, uma das coisas que ouviam falar com maior frequência era das acções protagonizadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome por todo o País. E uma das notícias que era sempre recorrente, era que o Banco Alimentar Contra a Fome continuava a ter uma importância crescente, em Lisboa, no apoio aos pobres da cidade. -----

----- E a Câmara Municipal de Lisboa poderia ter aproveitado esta oportunidade para inovar alguma coisa na política, desenvolvendo políticas que fossem ao encontro das pessoas de Lisboa. -----

----- Continuando, disse que a Câmara, com este Orçamento, parecia que não vivia no País em que vivia, pois todos sabiam, e o próprio Primeiro-Ministro o confessara, ontem, numa entrevista televisiva, que o ano de 2009 iria ser um ano de recessão económica, o que queria dizer que, do ponto de vista social, seria um ano com mais dificuldades que o ano de 2008. -----

----- Ora, se a Câmara tivesse atenção aos sinais que lhe vinham de fora, se o Sr. Presidente António Costa, que era um homem de esquerda, fosse realmente sensível às notícias que lhe chegavam de fora, deveria saber que uma das acções que os poderes públicos tinham para contrariar esses sinais de crise e de recessão económica, era exactamente os orçamentos e os planos públicos para socorrer as situações de carência social e económica mais pronunciadas. -----

----- E este Orçamento para 2009 surgia num momento em que parecia que a Câmara não se dava conta das dificuldades que a gente da Cidade de Lisboa iria atravessar no ano de 2009, porque não se preocupava minimamente com o assunto, não havia nenhuma medida. Por exemplo, já ali se falara das medidas de desenvolvimento económico, do apoio das actividades económicas na cidade, e o apoio dessa situação deveria merecer alguma reflexão, a nível orçamental, por parte da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Disse, ainda, que este Orçamento poderia ter sido construído e proposto numa situação de recessão económica, mas dava a ideia que não se passava nada à volta da Câmara da Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, era um bocado contra essa insensibilidade política, contra esse desfasamento do Orçamento, que o BE achava que ele não servia as gentes de Lisboa, não servia a cidade, e não iria permitir que a cidade desse um golpe de rins, em matéria da sua orientação política, para um futuro melhor e para uma qualidade de vida melhor para todos os lisboetas. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que não estavam presentes o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente da Câmara nem o Sr. Vereador do Pelouro do Urbanismo, pelo que estavam ali com uma

falha. E lamentava que não estivessem presentes porque era sempre importante ouvir aquilo que as forças políticas tinham a dizer, principalmente pela sua maior expressão, ouvir aquilo que o PSD tinha para dizer na Assembleia. -----

----- E aquilo que tinha para ali dizer, em nome do PSD, era muito sério, era a demonstração daquilo que representava o Dr. António Costa para a Cidade de Lisboa. Recordou que já ali disse várias vezes que o Dr. António Costa era uma pessoa desajustada para Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Completamente desajustada e ia prová-lo. -----

----- Lembravam-se com certeza que quando foi a discussão da localização do aeroporto de Lisboa na Ota, que foi considerado por toda a gente que vivia em Lisboa, por todas as forças económicas representadas na cidade, pelo turismo, pela actividade comercial, etc., que seria uma desgraça, uma desvantagem competitiva que Lisboa teria, que um dos principais defensores do aeroporto na Ota foi o Dr. António Costa. Se ele, de facto, tivesse Lisboa no coração, como seria necessário a quem assumia o lugar de Presidente da Câmara, no mínimo omitiria uma posição tão veemente, como ele tivera, relativamente à localização do aeroporto na Ota. -----

----- E lembravam-se também certamente daquilo que se passara e o que representava para Lisboa a terceira travessia do Tejo. O PSD sempre ali defendera que a terceira travessia do Tejo, se viesse a concretizar-se, apenas fosse ferroviária, porque, sendo rodoviária, para além de meter em Lisboa milhares e milhares de veículos todos os dias, ela iria fazer com que fugissem de Lisboa ainda muitas mais pessoas que se transfeririam para a outra margem, perdendo Lisboa população, perdendo receitas e capacidade económica. Isso era contra a Cidade de Lisboa, mas o Dr. António Costa defendia isso! -----

----- Lembravam-se, porque foi mais recentemente, da posição sobre aquilo que denominaram de “muralha de aço”? Lembravam-se daquele contrato muito estranho, feito de repente, porque havia um alto dirigente do PS que assumia um lugar de chefia numa grande empresa, em que se resolvera aquilo que andara anos e anos sem ninguém conseguir resolver? Sem contrato, sem concurso, sem nada, de um dia para o outro! -----

----- Qual era a posição do Dr. António Costa relativamente a essa matéria? Defendia que Lisboa tivesse uma muralha de aço frente ao Tejo! Aliás, o Dr. António Costa tivera o desprante de mandar, pois com certeza ele não teria ido lá sem consentimento do Presidente e a sua audição prévia, o seu homem de maior coerência, de maior carácter político, de maior rigor, que era o Vereador Sá Fernandes, defender a muralha de aço. O Dr. António Costa solicitara que o Dr. Sá Fernandes fosse defender a muralha de aço! Que coerência aquele homem tinha, que rigor aquele homem de facto lhes dava em relação àquilo que era a sua prática política ao longo dos vários anos. Mas foi o Dr. Sá Fernandes que foi à televisão defender a muralha de aço. -----

----- Lembravam-se também daquela questão que chateara quase todos os lisboetas e que chamara a atenção de milhares e milhares de pessoas que visitavam Lisboa, que foi aquilo de alugarem em *time-sharing* as praças de Lisboa a empresas, nomeadamente à Santa Casa da Misericórdia e à TMN, desvirtuando completamente a

época natalícia porque não tinha nenhuma relação com ela, e as praças de Lisboa ficaram cheias de luzes e formas esquisitas. -----

----- Isso era de quem gostava de Lisboa? Isso era de quem apoiava a Cidade de Lisboa? Não, não era! Isso era de quem se estava borrifando para Lisboa e que, de facto, não tinha vocação para algum dia ter assumido o importante lugar de Presidente da Câmara, que deveria honrar quem quer que o desempenhasse. -----

----- Prosseguindo, disse que olhando para o Orçamento e Plano de Actividades, em discussão, o que verificavam era que estavam, se calhar, num ano idêntico ao ano de 1998 ou 1999, ou talvez 2001, 2002, 2003, 2004. Mas não! Viviam agora no ano de 2009, o mundo era agora completamente diferente do que era antes. Aquilo que permitia à Câmara cada vez mais aumentar o número de pessoal, criar uma hidra autêntica e desenvolver-se de uma forma que não se notava porque havia um crescimento permanente das receitas que tudo mais ou menos abafava, esse tempo acabara, esse tempo deixara de existir! -----

----- Nesta altura estavam numa viragem da vida económico-social, não só nacional como do mundo, que a todos devia fazer reflectir, e que deveria também fazer-se reflectir neste incompetente Orçamento, porque além de não conter essa perspectiva de resolução estratégica numa época de viragem, era apenas eleitoralista, era apenas falso porque sobrevalorizava as receitas para poder sobrevalorizar as despesas. -----

----- De facto, o Orçamento não servia e a actual equipa da Câmara também não. Ela não tinha um plano estratégico para Lisboa, não estava embutida da responsabilidade que era governar a cidade neste momento concreto de crise. Ela devia fazê-lo e não pensar apenas em ganhar as eleições, ou que o lugar de Presidente da Câmara, à semelhança do que ali já foi dito, não fosse um mero trampolim do Dr. António Costa para outros voos. Ele já andava a dedicar-se, quase em exclusivo pelos vistos, ao programa eleitoral do Eng.º Sócrates. Se calhar o destino dele devia ser esse. -----

----- Seguidamente, dado que o Sr. Presidente da Câmara acabava de regressar à Sala, disse que ainda bem que ele chegara, porque, assim, as suas palavras seriam dirigidas à pessoa certa. -----

----- Disse, então, que o Dr. António Costa tem procurado, em toda a sua actividade política na Câmara Municipal de Lisboa, esconder-se pela incompetência, pela incapacidade e pela falta de jeito, e isso era notório porque só quem tinha falta de jeito usava todos os argumentos e todos os instrumentos para se vitimizar, já que quem tinha jeito lutava, ultrapassava as questões, resolvia os problemas e não arranjava desculpas. -----

----- Mas aquilo que o Dr. António Costa sempre fizera foi procurar arranjar desculpas para tudo. Primeiro, quando foi a votação do Plano de Saneamento Financeiro, que como se verificara foi também incompetente, mal feito e mal desempenhado, o Dr. António Costa vitimizara-se dizendo que o PSD não iria deixar passar o plano e que ele se iria embora. Depois, quando o Tribunal de Contas chumbara o Plano de Saneamento Financeiro, o Dr. António Costa disse, citou: -----

----- “O que não deverá deixar indiferente nenhum dos senhores, é que a questão política de fundo que está ali é saber se o controlo do Tribunal de Contas é um

controlo de mera legalidade ou se, como pretende o Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas tem um controlo de mérito sobre os actos de natureza eminentemente política como é um plano de saneamento financeiro. Isso é o maior ataque à autonomia do Poder Local Democrático, o maior ataque à separação dos poderes, que eu me lembro de ter existido alguma vez no Portugal do 25 de Abril, que é uma entidade de Estado e um órgão jurisdicional permitir-se entender que quando há um acto de natureza política, como é a aprovação de um plano de saneamento financeiro, tem o direito de sindicar as opções políticas de uma Câmara ou as opções políticas de uma Assembleia Municipal”. -----

----- Disse que ao Dr. António Costa daria imenso jeito que o Presidente do Tribunal de Contas fosse o Dr. Vítor Constâncio. Mas não era! Era um homem sério, um homem de rigor, um homem independente, e esse era um azar que o PS tinha. -----

----- Por outro lado, o Dr. António Costa também já dizia, agora, que era inqualificável se o PSD viesse a chumbar este Orçamento. Mais uma vez se iria vitimizar se o PSD efectivamente o vier a chumbar, mais uma vez diria que não o deixavam fazer o que queria. É que o Dr. António Costa não era a formiga e também não era a cigarra, o que o Dr. António Costa era é o Calimero! -----

----- Disse, ainda, que estavam num momento importante, o PSD sentia que este Orçamento e este Plano de Actividades tinham imensos defeitos como já ali foi demonstrado pela maioria das forças políticas, não valia a pena estar a repetir, mas tinha, no entanto, três áreas que ao PSD preocupavam, como certamente aos outros partidos preocupavam também. -----

----- Era inadmissível, como ali foi dito, que o aumento das transferências para as Juntas de Freguesia fosse apenas de 0,2%. O PSD exigia que fosse, no mínimo, de 3%! Achavam que era irrealista que o aumento fosse de 18%, que era aquilo que o Orçamento aumentava, porque isso era falso. Não iria aumentar isso com certeza! -----

----- E exigiam também que fossem reforçadas as verbas para a acção social, porque era inadmissível, como ali já foi referido pelo BE, que numa época de grande crise económica em que as famílias iriam sofrer devido à situação económico-financeira que o País atravessava, que a acção social da Câmara visse as suas verbas diminuídas.

----- E o PSD iria exigir também naquilo que se referia à promessa do Sr. Presidente da Câmara, que inclusive lhe prometera a si que em 2008 haveria os Jogos da Cidade mas que efectivamente não houve, que no ano de 2009 houvesse porque todos queriam que eles voltassem a existir por aquilo que representaram na vida dos jovens da cidade. Mas porque a verba que estava atribuída ao Pelouro da Juventude e Desporto era ridícula, o PSD também exigia que ela fosse aumentada. -----

----- E em relação à actividade económica, sabendo-se como se sabia que aí iria residir um dos grandes problemas da cidade e dos lisboetas, no fundo aquilo que estava já a acontecer em grande escala que era a falência de empresas de pequeno comércio e de pequena actividade, porque não tinham condições para lutar contra aquilo que eram o aumento de impostos, a diminuição do poder de compra e todos os entraves que uma situação de recessão lhes estava a causar, igualmente exigiam que a Câmara, dentro deste Orçamento que empolara, tivesse um mínimo de referência sobre essa questão.--

----- Relativamente à Fundação D. Pedro IV, recordou que os bairros passaram para a Fundação porque a Câmara não conseguira que a Assembleia, por força do veto do PS, aprovasse a sua passagem para o Município. Aliás, o Sr. Presidente também dissera que foram recuperados cinco bairros da Fundação D. Pedro IV, e daquilo que era do conhecimento do PSD só foram dois, concretamente o Bairro das Amendoeiras e o Bairro dos Lóios, pelo que gostariam que os informassem quais foram os outros bairros. -----

----- Terminou aconselhando o Sr. Presidente da Câmara a que deixasse de ser Calimero, porque não lhe ficava bem essa postura. -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer, citando o Senhor Presidente da República, que precisavam de se ajudar uns aos outros, os tempos eram difíceis e não valia a pena que agravassem os tempos difíceis. -----

----- Depois, disse que ia citar um conjunto de factos, que eram as suas opiniões, que obviamente podiam ser divergentes, e começaria por um que era o seguinte: ninguém era proprietário dos pobres e dos desfavorecidos. Tinha respeito por todas as forças políticas, e o projecto europeu de coesão social não poderia ter sido feito sem a democracia cristã, a que não pertencia, e sem os liberais. Ninguém, pelo facto de ser de esquerda ou de direita, tinha o monopólio dos pobres e dos desfavorecidos. Não tinha dúvidas que todos os Deputados Municipais ali presentes pretendiam preencher fins mais elevados, provavelmente com políticas diferentes, e por isso é que tinham organizações políticas diferentes. Uma das virtudes da democracia era terem convicções, mas aceitarem as opiniões dos outros e submeterem-se à vontade da maioria. -----

----- Mas na questão do problema social, desde já referia que considerava que as Câmaras Municipais eram grandes instrumentos, e no caso de Lisboa também as Juntas de Freguesia porque estavam mais próximas, como veículos de acção social, mas isso não podia ser feito sem coordenação com o Governo, porque as Câmaras Municipais, na sua leitura, não tinham neste momento recursos para resolver esse problema. -----

----- Aliás, um dos grandes problemas da Câmara Municipal de Lisboa era ter tarefas a mais e não as recentrar. Não fariam nunca nenhuma reestruturação se não estivessem de acordo em recentrar as actividades da Câmara, porque não seria dispersando, não seria cada pessoa acrescentando uma nova actividade que seriam capazes de fazer um uso eficiente dos recursos. -----

----- Referindo-se às receitas, disse que era óbvio que tinha uma preocupação com a derrama, mas com certeza teriam reparado que tiveram ali três visões diferentes: aquela que ele próprio vertera no Orçamento, aquela que o Sr. Deputado Municipal Feliciano David referira sobre as receitas ordinárias, e aquela que o Sr. Deputado Municipal Vasco Valdez e o PSD tiveram sobre as mesmas. -----

----- Como certamente sabiam, na Câmara justificara a subida dos impostos ligados à propriedade, baseando-se não só na experiência do que estava acontecendo, como também numa concepção, que admitia que estivesse errada mas que já acontecera no

passado, que era que quando tinham problemas na Bolsa normalmente as pessoas se refugiavam no imobiliário. Era evidente que Lisboa e algumas partes do Algarve eram, em Portugal, as zonas onde as pessoas consideravam o imobiliário como refúgio, porque a probabilidade de subida de preços era mais elevada e também porque a procura era mais elevada. -----

----- Mas podia garantir que todos os grupos políticos, com assento na Câmara, tinham acesso a toda a informação que ele próprio tinha, através do SAP, e dos Grupos Municipais que não estavam representados na Câmara falara com cada um, particularmente, dizendo-lhes que se para além das explicações que dera, ou que não dera, na Comissão de Finanças, estaria disponível para esclarecer e fazer uma sessão com cada um deles. Mas gostava que tivessem consciência que distribuíra aos Deputados Municipais da Comissão de Finanças a execução orçamental de Novembro, também com um anexo da evolução das dívidas de curto prazo. -----

----- Ainda sobre a receita, disse que usara o critério de anos anteriores ao utilizar o POCAL, mas se o utilizasse considerando não o mês de Setembro mas o mês de Outubro poderia ter aumentado as receitas do IMI e do IMT. Todos sabiam que o Vereador do Património tinha de passar todos os dias certificados de que não exercia o direito de opção, e por isso, pessoalmente, tinha um sentimento físico da actividade de compra e venda de imobiliário em Lisboa, porque para haver um certificado tinha que haver uma intenção de compra e uma intenção de venda. -----

----- Mas era óbvio que estava preocupado com a evolução da derrama, porque pelo menos os bancos, que tinham uma importância enorme nessa receita da Câmara, no seu entender iriam sofrer uma diminuição da matéria colectável. -----

----- Disse, depois, que de facto cometera uma falta com a Comissão de Urbanismo e Mobilidade, porque tendo sido pessoalmente convidado pelo seu Presidente, Deputado Municipal Victor Gonçalves, não estivera presente. Foi uma falha sua, tinha explicações mas não tinha desculpas. Contudo, não voltaria a acontecer. -----

----- Em relação à alienação de património, disse que o Sr. Vereador Pedro Feist avisara-o, nos primeiros dias em que o conheceu, aliás com enorme prazer, que para se vender qualquer coisa na Câmara eram precisos dois anos. E de facto, no ano passado, orçamentaram 45 milhões de euros e iam realizar apenas cerca de 10 milhões. -----

----- Uma parte não era culpa de ninguém, aquela que tinha a ver com a venda de casas, porque tiveram que fazer um regulamento que tinha o consenso de todas as forças políticas. Mas, a propósito, desde já referia que discordava do Sr. Deputado Municipal do BE, porquanto não perdiam nada, antes pelo contrário, em transformar habitantes de cedências precárias em habitantes com arrendamento, ou em donos. E, felizmente, já tinham prédios de 10, 12 ou 18 andares em que já só faltava vender um andar. Aliás, ficava muito satisfeito que nos bairros municipais as pessoas deixassem de ser dependentes da Câmara para serem proprietárias. -----

----- Referiu que ao Sr. Padre Felicidade Alves, quando ele era estudante na Associação Académica de Económicas, ouvira-o um dia dizer uma coisa que na altura o chocara muito, mas que lhe tem servido imenso: “conservador é aquele que tem

alguma coisa para conservar”, e se as pessoas tivessem coisas para conservar, provavelmente os bairros municipais seriam mais facilmente geridos. -----

----- Portanto, essa era uma matéria em que tiveram alguma dificuldade mas, uma vez resolvido o problema do regulamento, continuariam essa política com muito gosto. Aliás, na generalidade, quando se faziam essas vendas na Câmara, elas colhiam sempre a unanimidade. Por isso, não era apenas uma opinião sua. -----

----- Por outro lado, em matéria de património e urbanismo, levaram também muito tempo a colocar as parcelas em condições de serem vendidas, e uma parte, como já sabiam, eram palácios para hotéis de charme. Isso já foi aprovado em Câmara, haveria de vir à Assembleia, mas podia desde já dizer que tinham procura. Ainda hoje lhe telefonavam com frequência a perguntar quando isso seria vendido, e, como era sabido, com esta Câmara tudo seria vendido através de hasta pública, pelo que não haveria nenhum problema nessa matéria. -----

----- Disse que estava no Orçamento uma lista com todo o património especificado. Havia apenas uma coisa que faltava, que os Deputados Municipais da Comissão de Finanças conheciam, que eram cerca de 50 prédios, mas prédios com um pequeno número de fogos, que só recentemente ficaram em condições de serem vendidos, o que daria cerca de 10 milhões de euros. -----

----- Referiu que considerava que a Câmara, ao alienar património, estava a tornar as casas em Lisboa mais baratas. Era das pessoas que acreditava no mercado, o que não queria dizer que ele não devesse ser regulado, mas se conseguissem encontrar as soluções no mercado não deveria ser a Câmara a resolvê-las. E, como antigo financiador de construtores, podia dizer que a grande dificuldade que as pessoas tinham, em Portugal, era obter licenças com rapidez, obviamente dentro das regras, e se conseguissem ultrapassar isso estariam a contribuir imenso para baixar o preço das casas em Lisboa. -----

----- Portanto, em relação ao património, o que iam procurar fazer este ano, porque já estavam em condições de o fazer, era aquilo que não fizeram em 2008, mais cerca de 40 milhões de euros com a venda do património que estava discriminado no Orçamento. -----

----- Porém, aproveitava para dizer que o facto da Câmara Municipal de Lisboa começar a estar estabilizada financeiramente, não permitia devaneios. Não havia sucessivos patrimónios para serem vendidos! A Câmara tinha que se reestruturar, mas, sem demagogia, até à existência desta Câmara todas as reestruturações o que deram foi aumento de encargos. Foi excelente, resolveram problemas sociais, mas nunca nenhuma reestruturação, até agora, diminuíra os encargos. -----

----- Mas já que estavam a falar de despesas desejava dizer que, desde 1932, o ano de 2007 foi o primeiro em que diminuíram as despesas de funcionamento na Câmara. Elas diminuíram 17%, e não podia deixar de dizer que aí o pessoal foi quem mais sofrera. Em 2006 tinham cerca de 250 milhões de euros de despesas com pessoal, em 2007 a Câmara gastara 244 milhões de euros nessa rubrica, e estava convencido que em 2008 iriam ter menos do que os 244 milhões. E isso não se fazia sem dor! -----

----- E desejava também dizer que a política tem sido completamente apartidária. As únicas entradas que se verificaram foi pessoal dirigente, mais os 150 polícias, iriam entrar cantoneiros de limpeza e pessoal para a acção social escolar. Basicamente a política seguida tem sido essa, o que não queria dizer que tivesse sido cumprida, porque, como se sabia, um dos problemas na Câmara não era dar ordens, era ver se elas eram cumpridas. -----

----- Portanto, a orientação que a Câmara tinha era que as horas extraordinárias fossem só para operacionais, e quer os cantoneiros, quer os bombeiros, quer o pessoal dos museus e outras actividades, tinham uma organização de trabalho que exigia horas extraordinárias e nalguns casos eram importantes para o seu rendimento pessoal. Estivera a assinar contratos de entrada de pessoal na Câmara e verificara que o valor era inferior ao salário mínimo que, obviamente, ia ser corrigido. Portanto, tinham que ter consciência disso. -----

----- O que não se fazia hoje na Câmara, ou que pelo menos a orientação era de não se fazer, era pagar horas extraordinárias sem as pessoas as fazerem. Isso é que pretendiam que não se fizesse. Agora, com os cantoneiros de limpeza, os bombeiros, etc., tinham uma organização de trabalho que, ou por horas extraordinárias ou por subsídios de turno, tinham que ter horas extraordinárias. -----

----- Foram voluntaristas? Foram sim senhor, mas corrigiram! O valor global da despesa de pessoal diminuía, apesar de terem aumentado as horas extraordinárias. ---

----- Seguidamente, referiu que as Juntas de Freguesia, pela primeira vez, receberam tudo a que tinham direito. Havia quatro freguesias que, por ironia, duas eram do PS e duas do PCP, que não receberam pequenas importâncias por razões burocráticas, e havia uma Junta de Freguesia que tinha uma relação que não estava esclarecida mas que esperava esclarecê-la nos próximos 15 dias. Porque mais do que estava no Orçamento, a Câmara cumprira com as transferências. -----

----- Por exemplo, podia dizer que em 2007 transferiram 20,8 milhões de euros para as Juntas de Freguesia, em 2008 transferiram aquilo a que se propuseram, que foi 23,705 milhões de euros, faltando neste caso os valores de quatro ou cinco Juntas de Freguesia que somavam cerca de 100 mil euros. Todos os Presidentes de Junta sabiam que isso era verdade, que não era propaganda. Aliás, as transferências para as Juntas de Freguesia, em 2008 foi a única rubrica que não diminuía. -----

----- Sobre a EGEAC, disse que o valor que estava previsto para essa empresa se destinava a equipamentos para o Teatro Maria Matos, para a Orquestra Metropolitana, etc. Também havia para as Festas da Cidade, que normalmente eram feitas por sociedades recreativas e não pela EGEAC. -----

----- Quanto à situação financeira, disse que um olhar cuidadoso permitia-lhes ver que tinham que continuar nesta linha porque ainda não geravam, no funcionamento corrente, receitas para fazer o investimento. E o património não era inesgotável, o uso do património como receitas complementares era finito, tinha poucos anos. -----

----- Finda a intervenção da Câmara, o **Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em interpelação à Mesa, requereu, nos termos da alínea a) do artigo 37º do Regimento, um intervalo pré-votação de 15 minutos, tendo o **Senhor Presidente em**

exercício deferido o requerimento e de imediato suspenso os trabalhos por esse lapso de tempo. -----

----- Na reabertura dos trabalhos, o **Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que numa breve nota sobre uma questão que ali foi referida quanto aos pagamentos às Juntas de Freguesia, desejava dizer que pese embora tivesse havido quase o pagamento total, havia ainda acertos a fazer como o Sr. Vereador bem sabia e reconhecia. -----

----- Aliás, importava dizer também que era um pressuposto da actividade do Executivo e do relacionamento institucional que cumprisse os compromissos que livremente assumia, e, portanto, não era nenhum mérito fazer as transferências a que estava obrigado para as Juntas de Freguesia. Demérito era que essa transferência fosse feita na 25ª hora, ou seja, no dia 31 de Dezembro de 2008, obrigando as Juntas de Freguesia, até lá, a viverem com as dificuldades que qualquer Presidente de Junta reconhecia, se não fosse cego política e partidariamente. -----

----- Disse, depois, que durante de todo o processo de apreciação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento por parte da Assembleia Municipal, ou seja, mais ou menos desde o dia 10 de Dezembro, o PSD foi pressionado por todos os agentes e actores com interesse no Município, a revelar, antecipadamente, a sua posição em termos de votação. Quando o PSD respondia que estava a analisar esses instrumentos com responsabilidade e profundidade, tendo presentes os interesses da cidade, de imediato declaravam uns que isso era sinal de viabilização e declaravam outros que isso era sinal de inviabilização. -----

----- Ao olhar para este Orçamento, o PSD podia chumbá-lo porque entendia que ele agravaria a situação económica-financeira do Município, ou podia viabilizá-lo para que a cidade não vivesse todo o ano de 2009 em regime de duodécimos. Podia o PSD chumbar o Orçamento, ainda, porque um Orçamento e Opções tão eleitoralistas poderiam ser uma alavanca eleitoral relevante para o PS e para o Presidente António Costa. Ou podia o PSD viabilizá-lo porque para fazer um Orçamento tão pouco rigoroso e irresponsável, com um aumento de apenas 0,2% num Orçamento que aumentava cerca de 18%, o Presidente António Costa só poderia querer que o PSD o chumbasse mesmo. -----

----- Aliás, não podia deixar de partilhar com a Assembleia alguma convicção que recolhera das intervenções dos Deputados Municipais do PS, Miguel Coelho e Marta Rebelo, que sempre que se referiram à posição do PSD o fizeram continuamente como indo inviabilizar o Orçamento, ou seja, reforçando a sua convicção de que o PS pretendia que o PSD chumbasse o Orçamento. -----

----- Perceberam bem a posição e a vontade do PS, porque face à incapacidade e imobilismo deste Executivo, presidido por António Costa, face à ausência de dinâmica de cidade, o PS teria a campanha feita sem obra para mostrar, culpando o PSD pela falta de obra em Lisboa. -----

----- Bastava ver, conforme referira a Sra. Deputada Municipal Marta Rebelo, como ainda, ao fim de quatro anos de ter deixado a Câmara Municipal de Lisboa, o Dr.

Santana Lopes era um ausente tão presente e tão incómodo para o PS. Sinal dos tempos que se avizinhavam! -----

----- Mas não foi nenhum desses caminhos que determinara a posição que o PSD ali iria assumir hoje. O PSD entendia que o interesse da Cidade de Lisboa, na actualidade, era defendido pela transparência e pela clareza na assunção de responsabilidades, efectivas e reais, por parte do actual Executivo municipal. O Presidente António Costa e o PS deveriam ser responsabilizados, eleitoralmente, pela gestão que fizessem das propostas incompetentes que apresentavam na Assembleia, mas sob condições rígidas de acompanhamento da Assembleia Municipal dessa mesma gestão. -----

----- Por isso, o PSD apresentara, ao abrigo do n.º 10 do artigo 40º do Regimento, uma Recomendação à Mesa da Assembleia, que previa que fossem prestadas mensalmente à Assembleia Municipal, que poderia remeter para as respectivas Comissões Permanentes, os seguintes documentos com toda a documentação que lhes estivesse inerente: -----

----- “1 – Balanço mensal de receitas e despesas da Câmara Municipal e das empresas municipais; -----

----- 2 – Relatório de Actividades com tradução económica-financeira, desenvolvidas pelas empresas municipais durante o respectivo mês; -----

----- 3 – Discriminação das transferências correntes e de capital efectuadas pelo Município durante o respectivo mês e sua justificação; -----

----- 4 – Compromisso de actualização das transferências para as Juntas de Freguesia de imediato ou na próxima revisão orçamental em 3%; -----

----- 5 – Com a mesma actualização deverão ser contempladas as áreas de Acção Social, Actividades Económicas e Juventude e Desporto; -----

----- 6 – Acompanhamento permanente das acções de reabilitação urbana, acção social, elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e intervenções no espaço público, com reuniões semanais com os respectivos responsáveis políticos e dirigentes municipais; -----

----- 7 – Celebração, até 15 de Fevereiro de 2009, dos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia.” -----

----- Assim e nestes precisos termos, o PSD iria viabilizar o Orçamento municipal para 2009, sendo certo que este nunca seria um orçamento que o PSD apresentasse à Assembleia Municipal. -----

----- Não repetiriam a irresponsabilidade do PS que chumbara, na Assembleia Municipal, o Orçamento de 2005, colocando os seus egoístas interesses partidários à frente dos superiores interesses da cidade, colocando entraves inesperados e desnecessários à normalidade da vida da cidade, e complicando a capacidade de gestão do Município, por parte do PSD, apenas e só para retirar espúrios dividendos eleitorais. -----

----- Todos sabiam como acabara essa história, porque, então, o povo de Lisboa derrotara e condenara o PS. E o mesmo sucederia com este Orçamento, não seria o PSD a chumbá-lo, mas seria, isso sim, o povo de Lisboa em Outubro de 2009. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, antes de dar a palavra ao orador seguinte, informara que a Mesa recebera uma Recomendação, apresentada pelo PSD, ao abrigo do artigo 40º do Regimento, da qual se estavam a tirar fotocópias, com urgência, para que rapidamente fosse distribuída aos Senhores Deputados Municipais, sendo que, nos termos regimentais, a votariam imediatamente a seguir à aprovação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, referiu que se o ridículo pagasse imposto, o PSD, com esta sua Recomendação, ficaria endividado para toda a vida, nunca mais se levantaria. Era, de facto, uma coisa ridícula! -----

----- E tanto mais ridículo era quando todos já sabiam que isso ia acontecer. Aliás, quase diria que não obstante a ausência do “convidado” ilustre que costumava estar sempre presente, que era o líder da Distrital do PSD, estava mesmo – alguém lhe dizia isto há pouco, portanto não tinha direitos de autor – escrito nas estrelas que o PSD iria fazer este número e que iriam votar como iam votar e as coisas seriam como eram. ---

----- Podiam ter-se poupado a esse ridículo porque, de facto, o PSD saía dessa situação por culpa própria, por factores internos, por questões que não tinham nada a ver com o PS nem com a Assembleia Municipal, completamente de rastos para não dizer outras palavras mais duras. Era, de facto, lamentável! -----

----- Mas havia uma coisa que queria dizer com toda a clareza e com toda a sinceridade. O PS, em Lisboa, enquanto responsável pela cidade neste momento e enquanto políticos eleitos, só tinham um incómodo e uma preocupação: o incómodo era o estado a que Lisboa chegara com a governação do PSD, e a preocupação era dar a volta à cidade para que as coisas voltassem a ser diferentes. -----

----- E aquilo que ali foi bem patente, neste debate, foi que o PSD estava completamente esfrangalhado sob a estratégia a seguir nesta matéria. Uma corrente, fazia o discurso que fizera o Presidente da Distrital esta manhã “nós não podemos chumbar o Orçamento porque isto põe em causa a viabilidade e o sentido de Estado”, outra corrente, porventura mais basista, se calhar até quiçá mais pura, dizia “não, nós devemos chumbar porque somos da oposição”, e depois havia uma terceira corrente que não sabia muito bem para que lado havia de cair. -----

----- Mas era evidente que tudo isso não escondia a preocupação do PSD. Mas essa preocupação era do PSD, era um incómodo do PSD que teria de viver com ele até ao fim, e muito naturalmente quando chegasse a altura das eleições todos seriam julgados, e o PSD também. É que o PSD estava em pânico com a possibilidade da Câmara, porque gerira bem financeiramente o ano transacto, poder fazer investimento e poder fazer obra, o PSD estava altamente preocupado com isso. Tal foi indisfarçável no discurso que hoje ali tiveram, até parecia que era pecado a Câmara ter conseguido mais receitas. Portanto, o PSD tivera ali hoje uma triste demonstração do seu exercício político na Cidade de Lisboa. -----

----- A terminar, disse que viesse quem viesse o PS estava ciente do trabalho que estava a fazer, estavam cientes da importância daquilo que foi feito até agora, e tinham plena consciência que quando o mandato chegar ao fim a Cidade de Lisboa já

não seria o pandemónio que era na altura do PSD. E isto graças às gestão que vinha sendo feita por esta Câmara Municipal, por este Presidente e pelo PS. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, novamente no uso da palavra, começou por dizer que tiveram a convicção mas agora tinham a certeza, porque a intervenção frustrada que acabaram de ouvir, essa sim de pânico pelo facto do PS ter perdido o discurso eleitoral de face à inexistência de obra aqui-d’el rei que o PSD não os deixava fazer obra, era esse o discurso que desde 2007 o Executivo vinha seguindo. O seu obrigado ao Deputado Municipal Miguel Coelho por isso, porque o PSD fazia com convicção as suas tomadas de posição, mas tinham mais satisfação quando viam que acertaram no alvo. -----

----- Efectivamente, a intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho demonstrara pânico e frustração pelo facto do PSD não ter chumbado este Orçamento e lhe ter retirado o discurso. -----

----- O PSD lamentava, ficaria para uma próxima, mas por enquanto o *record* de situações inqualificáveis, em Lisboa, de chumbo de um orçamento municipal – nas palavras do Presidente António Costa, ilustre membro do PS – por uma maioria na Assembleia Municipal era da sua lavra, era da responsabilidade do PS que estava sozinho e mal acompanhado nesse *record* do Guinness Book. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, terminadas as intervenções, submeteu à votação a Proposta 1217/2008, referente às Grandes Opções do Plano 2009-2012, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS, votos contra do PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PSD. -----

----- Depois, submeteu à votação a Proposta 1218/2008, referente ao Orçamento para 2009, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS, votos contra do PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PSD. -----

----- Quando se preparava para pôr em votação a Recomendação apresentada pelo PSD, o **Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que a Lei e o Regimento previam que a Câmara estivesse representada pelo seu Presidente nos trabalhos, esta reunião ainda não chegara ao fim, iam votar uma Recomendação que julgavam que era importante para a Câmara, e realmente viu o ar de desprezo com que o Sr. Presidente da Câmara se dirigira ao funcionário da Assembleia, Sr. Ramiro, quando este lhe foi entregar uma cópia da Recomendação, dizendo-lhe “não quero isso para nada, guarde isso para si”. Isso era inqualificável da parte... -----

----- Devido a alguma efervescência que se verificava na Sala, com apartes constantes ao orador, o **Senhor Presidente em exercício** chamou a atenção dizendo que se as coisas continuavam assim suspendia a reunião, porque não havia condições para continuar com ela. -----

----- E depois de decorrido algum tempo, dado que a efervescência se mantinha, deu mesmo por encerrada a reunião, acrescentando que nunca uma reunião terminara da forma que esta estava a terminar, e que achava isto inqualificável. -----

----- Respondendo a um aparte oriundo de uma das bancadas, disse: “A Senhora Presidente depois fará uma convocatória e decidirá”. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----
----- Eram 20 horas e 20. -----
----- E eu, _____, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.
----- O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----